

“ Refletir sobre a escritura da história, sobre a história da história, significa perguntar-se sobre as origens de nossa civilização ocidental: é em função da situação presente que cada geração olha de maneira diferente o passado e suas origens. ”



Introdução à Historiografia

Marie-Paule Caire-Jabinet



Marie-Paule Caire-Jabinet



# Introdução à Historiografia

EDUSC

Olhar para o passado sem perder a visão do presente sempre constituiu uma das mais difíceis tarefas para qualquer estudioso das Ciências Humanas, especialmente os historiadores.

Inúmeros livros já discutiram com maior ou menor adequação esta problemática, mas raros deles a situaram de uma maneira tão objetiva como esta *Introdução à Historiografia*. As fases pelas quais passou a Historiografia desde a época medieval até o século 20, desenvolvidas especialmente na França, são o tema central deste livro, que as apresenta de forma lúcida e sempre explicadas e interpretadas.

O interesse perene de várias camadas sociais pela história encontra aqui a devida contextualização em função de suas origens nas inquietações motivadas pelos mais diversos fatores.

A questão já levantada e amplamente debatida quanto à história ter ou não um sentido é aqui retomada, mas situada em seus contornos mais sutis, como fruto de um debate que vem alimentando obras de historiadores das mais diversas linhagens interpretativas e cuja significação para a própria Historiografia só há pouco começou a se configurar.

As inúmeras obras produzidas pela historiografia do passado e pela própria historiografia francesa são selecionadas e elencadas no final do livro segundo um critério didático excelente para o leitor especializado ou o leigo, pois não se deixa fascinar por discussões formais insossas e improdutivas.



## Marie-Paule Caire-Jabinet

É Professora do Lycée Lakanal de Sceaux e Mestre de Conferências do IEP de Paris.

Redigiu verbetes para a *Encyclopédie Hachette* e é autora de *Chronologie de la France depuis 1944* (1998) e *Histoire des Auvergnats et des Bourbonnais* (1979).

*Coordenação Editorial*  
Irmã Jacinta Turolo Garcia

*Assessoria Administrativa*  
Irmã Teresa Ana Sofiatti

*Coordenação da Coleção História*  
Luiz Eugênio Vécio



# Introdução à Historiografia

*Marie-Paule Caire-Jabinet*

Tradução de  
Laureano Pelegrin

  
**EDUSC**

Editora da Universidade do Sagrado Coração

---

C1362i Caire-Jabinet, Marie-Paule.  
Introdução à Historiografia / Marie-Paule Caire-Jabinet ; tradução  
de Laureano Pelegrin. -- Bauru, SP : EDUSC, 2003.

168 p. ; 21 cm. -- (Coleção História)

Inclui bibliografia.

Tradução de: Introduction à l'Historiographie, c1994.

ISBN 85-7460-164-0

I. Historiografia - Europa. I. Título. II. Série.

CDD 907.2

---

ISBN 209 190685-9 (original)

Copyright© 1994 by Éditions NATHAN, Paris

Copyright© (tradução) EDUSC, 2003

Tradução realizada a partir da edição de 1994.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa  
para o Brasil adquiridos pela

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Arminda, 10-50

CEP 17011-160 - Bauru - SP

Fone (14) 3235-7111 - Fax (14) 3235-7219

e-mail: edusc@edusc.com.br

## SUMÁRIO

- 7 PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA
- 11 INTRODUÇÃO
- CAPÍTULO 1
- 17 O período medieval: uma história cristã
- CAPÍTULO 2
- 49 Os tempos modernos: do historiador de corte ao erudito
- CAPÍTULO 3
- 79 A história adulta: de Voltaire a Lavisse
- CAPÍTULO 4
- 111 A história em questão: os grandes debates do século 20
- 145 CONCLUSÃO
- 147 AS OBRAS HISTÓRICAS
- 157 BIBLIOGRAFIA
- 163 ÍNDICE ONOMÁSTICO

## PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Escrevi este livro para os estudantes de história e ciências sociais, bem como para o público interessado em assuntos relativos à historiografia. Inicialmente idealizado como parte de uma coleção universitária, ele almeja simplesmente atualizar as grandes linhas de um assunto muito vasto e que, nesses últimos anos, tem recebido cada vez mais atenção.

Fiquei muito emocionada ao tomar conhecimento de que o livro, originalmente escrito em francês, iria ser traduzido e publicado no Brasil, aos cuidados do editor Luiz Eugênio Vescio, levando-se em consideração tantos laços de união entre Brasil e França e que, para uma historiadora, o Brasil é também o país onde trabalharam Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss.

Este estudo, consagrado à escritura da história na França a partir da Idade Média, procura dar respostas às expectativas dos leitores interessados nas realidades francesas, mas que também gostam de refletir sobre a progressiva transformação da história até conquistar o status de disciplina autônoma.

Refletir sobre a escritura da história, sobre a história da história, significa perguntar-se sobre as origens de nossa civilização ocidental: é em função da situação presente que cada gera-

ção olha de maneira diferente o passado e suas origens; nisto consiste o dizer de Benedetto Croce, segundo quem “toda história é contemporânea”.

Contemplan o passado, mas também olhar para o presente: normalmente tendemos a reduzir a história à busca das origens ou ainda a imaginar o que se chama atualmente na França “história imediata”. Isso seria o mesmo que esquecer Tucídides e a extensa linhagem de seus herdeiros que têm colocado a serviço da compreensão de sua época os elementos de explicação e análise disponibilizados pelo método histórico.

História do passado ou do presente, a história desempenha um papel importante na construção das identidades coletivas e das sociedades humanas; já Mathieu Paris, no século 13, constata: “um homem sem cultura, que ignora o passado, é uma besta ambulante”. Cinco séculos mais tarde, um cronista mongol observa: “Se o homem comum desconhece suas origens comporta-se como um macaco doido. Aquele que ignora a grandeza e honestidade de sua família de origem é como um dragão gigante. Aquele que ignora as circunstâncias e os feitos de seus nobres pais e avós é como um homem que, tendo legado a dor aos seus filhos, os abandona ao mundo”. Inúmeras outras citações como essas insistem sobre o lugar da história na sociedade.

Contudo, o historiador não é um simples servo da memória. Testemunha atenta e curiosa, ele se rende às exigências de um trabalho rigoroso cujas regras têm sido objeto de progressiva elaboração no curso dos séculos, e que fundaram a história como disciplina autônoma. A história ocidental nasce portanto nos entrecruzamentos da erudição e da reflexão, da análise e da síntese. Este livro tenta descrever as principais etapas da construção da ciência histórica. Embora ele parta da situação francesa, suas linhas gerais são resolvidas de maneira similar aos outros países europeus. A escola dos *Annales* (nascida em 1929) difundiu os princípios da pesquisa francesa para muito além das

fronteiras nacionais e mesmo européias, o que fica ilustrado, por exemplo, pelo percurso de Fernand Braudel.

De disciplina erudita, nascida nas sombras dos claustros medievais, a história atualmente abre-se aos horizontes mais vastos da interdisciplinaridade. A história na França se beneficiou logo de início de dois elementos: uma rede de mosteiros, principalmente beneditinos, e um poder régio que procura afirmar sua legitimidade fundamentado-a na escritura de uma história nacional. Desde o século 12 lançam-se as regras da erudição, mas a história só se torna uma paixão nacional nos séculos 14 e 15, quando ela encontra um público laico. Já na Idade Média punha-se a questão do sentido da história e de sua utilidade, a questão também da narração e do estilo na escritura da história. No entanto, durante séculos, até o 17, a história foi preponderantemente considerada como uma disciplina menor ao lado da teologia, e o sentido da história permaneceu no âmbito dos designios da Providência.

Os séculos 16 e 19 são os grandes séculos da escritura da história e da vontade de encontrar um equilíbrio entre erudição rigorosa cujas regras são lançadas, e a preocupação de se construir um pensamento histórico. Nessas duas épocas – e sem dúvida mais ainda no século 16 – a França faz uma contribuição original inspirada no exemplo alemão, e os historiadores do final do século (a escola metódica) propõem um método de trabalho do qual somos até hoje herdeiros. É no século 20 com a escola dos *Annales* e seus continuadores que a história francesa rompe as fronteiras européias, e graças a Fernand Braudel e seus alunos ela encontra um vasto público. Ela encontra também um momento de fertilidade com outras ciências sociais, como a sociologia e a antropologia.

Embora a escola histórica francesa no início deste século 21 esteja mais inclinada a uma atitude de suspeição, a história continua sendo uma paixão francesa, declinada em gêneros di-

versos: da história universitária ao romance... e o trabalho histórico é visto pelo que ele é: um modelo de rigor que se baseia sobre o respeito a regras precisas, a recusa do anacronismo, a curiosidade e a abertura intelectual. O campo do historiador é muito amplo: das ciências às representações coletivas, da história política à história social...

É com prazer que deixarei a última palavra deste prefácio a Michel Pastoureau, historiador francês que constituiu uma obra muito original ao interrogar-se sobre a história da cor. Eu aprecio particularmente sua definição de história: "O historiador tem o direito de se comprazer? Fazer tal pergunta parece atualmente um pouco insólito, pois parece evidente que o prazer do historiador é uma das forças motrizes de sua pesquisa, e que uma relação de simpatia, ou mesmo de afeição ou de júbilo com o objeto de suas pesquisas, não pode senão ajudá-lo a melhor compreender os homens e as sociedades sobre os quais ele se debruça".<sup>1</sup>

---

1. *L'Histoire en couleurs*. In: REVEL, J.; SCHMITT, J. C. (Org.). *L'ogre historique: autour de Jacques Le Goff*. Paris: Gallimard, 1998, p. 127.

## INTRODUÇÃO

A história possui um lugar de destaque dentro da cultura francesa, cuja preocupação precoce – desde o século 18 – tem sido estabelecê-la como disciplina acadêmica, para a educação dos jovens. A Revolução Francesa e os diferentes regimes que se sucederam durante o século 19 recorreram amplamente à história em busca de fundamentação legitimadora, e os franceses comungam desta certeza comum e solidamente estabelecida segundo a qual a história é um elemento essencial da cultura do cidadão. Se por um lado, como se diz normalmente, eles desconhecem a geografia, por outro lado tal defasagem fica compensada pelo seu conhecimento de história. Suas origens, a natureza do discurso histórico e sua evolução ao longo dos séculos são alguns dos pontos sobre os quais uma discussão deve ser desenvolvida.

### HISTÓRIA DA PALAVRA "HISTÓRIA"

O termo em si possui um *duplo sentido* porque designa tanto o *acontecimento* quanto a *narrativa* que se faz desse mes-

mo acontecimento. Sua raiz etimológica é indo-européia: “wid”, saber. Heródoto a adota como título de sua *Historia*, que hoje na França traduz-se por “investigações, pesquisas”, para mostrar com maior clareza que se trata mais de narrativas de um viajante de mente aberta e inquiridora do que história propriamente dita. O antigo francês, por exemplo, utiliza o termo “estoire” e é somente na esteira do Renascimento que, recuperando o latim clássico “historia”, a palavra “história” se imporá, sem por isso restringir-se unicamente ao campo histórico, pois alguns escrevem “histórias naturais”.

Não se conhece nenhuma sociedade sem história e sem a determinação de conservar a memória de seu passado, embora, em um primeiro momento, essa memória seja normalmente preservada pelos mitos e pelas estreitas relações entre os homens e os deuses. A história nasce somente quando surge um distanciamento e uma vontade crítica.

## A GRÉCIA, BERÇO DA HISTÓRIA OCIDENTAL

A história de que somos herdeiros nasce no século 5º a. C., na Grécia, e três são os autores que lançam os fundamentos da tradição histórica tal como é conhecida pela sociedade ocidental.

O primeiro deles é *Heródoto* de Halicarnasso (c. 485-420 a. C.); ele entrega-se ao projeto de relatar as guerras médicas entre gregos e persas, que favoreceram a expansão da civilização grega. Com esta finalidade, ele traça as origens e faz um levantamento geográfico, suma enciclopédica dos conhecimentos sobre os mundos grego e bárbaro (= não grego) e explica no prefácio de sua obra as razões de sua iniciativa:

Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui os resultados de sua investigação, a fim de que o tempo não apague os trabalhos dos ho-

mens e de que as grandes realizações, seja dos gregos, seja dos bárbaros, não caiam no esquecimento; e ele explica em particular a razão do conflito entre esses dois povos. (*Enquête*, Livro 1, Éditions de la Pléiade, 1964).

Heródoto inaugura desse modo a narrativa histórica, procurando desvinculá-la do mito, e realiza igualmente um trabalho de geografia e de etnologia. Escrita em um estilo ameno, esta narrativa é primeiramente obra de um cronista cujo prazer em narrar o acontecimento por vezes sobrepõe-se à preocupação com a precisão dos fatos.

*Helânico de Metilene* (c. 479-395 a. C.) compõe tabelas cronológicas abarcando desde as origens míticas da Grécia até o princípio da guerra do Peloponeso. Ele é considerado o primeiro a ter empregado um método científico, pela sua preocupação com a precisão dos fatos. Trata-se da primeira tabela cronológica visando à exatidão, instrumento de erudição – por vezes um pouco incerto – do qual se serviram generosamente os seus contemporâneos e seus sucessores, em particular Tucídides. Helânico de Metilene é também autor de monografias sobre instituições das cidades que visitou.

*Tucídides* (460-396 a. C.) é ele próprio ator da guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta, de 434 a 404. Estratego (general) de Atenas, derrotado em Anfípolis em 424, ele escreve uma história contemporânea: busca relatar com objetividade os acontecimentos por ele vividos, fazendo uma leitura crítica dos fatos que historiou. Com ele, a história começa a tornar-se exigente e ultrapassa a simples narrativa para tender ao conhecimento “científico”. Assim como Heródoto, Tucídides sente a necessidade de iniciar seu trabalho por uma apresentação da história da Grécia desde as origens, considerando que a explicação dos fatos contemporâneos baseia-se no conhecimento e na compreensão do passado. Como alguém que está consciente de seu esforço, ele se explica neste célebre prefácio:



No que se refere aos eventos ocorridos durante a guerra, evitei acreditar no "ouvi dizer", ou confiar cegamente em impressões. Procurei verificar tão escrupulosamente quanto possível a exatidão dos acontecimentos dos quais eu mesmo fui testemunha, ou que me foram reportados por outros. Este não foi trabalho dos mais fáceis, pois em diversas ocasiões as testemunhas de um mesmo acontecimento forneciam versões discordantes entre si, conforme simpatizassem com um dos campos, ou conforme sua memória.

Aqueles que tomarem conhecimento desta narrativa poderão julgá-la pouco atraente, ou desprovida de floreios. De minha parte, ficarei satisfeito se ela for considerada útil por aqueles que desejam enxergar com clareza os acontecimentos do passado, bem como aqueles que a natureza humana nos reserva para o futuro. Mais do que ostentação para uma platéia de momento, é um capital imperecível que se encontrará aqui (*Guerre du Péloponnèse*, I, Éd. de la Pléiade, 1964).

Estas poucas frases, que insistem sobre a importância da história para as sociedades, fornecem as bases do método histórico ocidental: a exposição deve possuir clareza e rigor; o historiador deve coletar uma documentação variada e analisá-la com espírito crítico. Tucídides, no entanto, toma certas liberdades a que nenhum historiador de hoje se atreveria. Em nome da beleza da narrativa do acontecimento e da qualidade do estilo, ele reescreve os discursos dos grandes atores da guerra do Peloponeso; sacrifica o "rigor histórico" para facilitar a compreensão da seqüência dos acontecimentos.

Após esses brilhantes começos, os historiadores da época helenística (entre Alexandre e a conquista romana) irão refugiar-se na simples enumeração analítica erudita, ou na virtuosidade da narrativa, que se converte mais em escrita literária do que em história.

## TRADIÇÃO ROMANA E CRISTIANISMO

Nos tempos da expansão do poderio romano, cabe a um grego, *Políbio* (c. 200-120 a. C.) a tarefa de renovar a tradição histórica. Refém em Roma, ele frequenta os meios políticos e intelectuais dos Cipiões, escreve uma vasta obra de síntese no esforço de compreender as razões que alçaram Roma, de vilarejo rural, a capital de um império que alcançou os extremos habitados do mundo. Em seguida, os *historiadores romanos* preservam a dupla tradição de erudição e de síntese; os séculos posteriores admirarão Tácito pela qualidade de seu estilo, Suetônio pela graciosidade de suas narrativas, Tito Lívio pela amplitude de seus conhecimentos, e mesmo Salústio pela importância dos modelos que propõe.

É dessa maneira que gregos e romanos encontram-se na origem do pensamento histórico ocidental. Nos primeiros séculos de nossa era, contudo, surge um elemento essencial: a expansão do cristianismo. Baseado no Antigo Testamento, o *cristianismo* se quer uma religião histórica. Os evangelhos de Mateus e de Lucas o demonstram, cada qual à sua própria maneira: Mateus ao relatar a genealogia de Cristo (1, 1-17), enraizando-o na tradição judaica; Lucas inserindo-o na história contemporânea:

No ano décimo quinto do império de Tibério César, quando Pôncio Pilatos era governador da Judéia, Herodes tetrarca da Galiléia, seu irmão Filipe tetrarca da Ituréia e da Traconítide, Lisânias tetrarca de Abilene, sendo Sumo Sacerdote Anás, e Caifás, ... (3,1-2)

Assim, desde o princípio, a história cristã considera-se ao mesmo tempo o ápice de uma tradição – a história "sagrada" do povo judeu – e uma abertura para o novo, marcada pelo acontecimento de Cristo. Toda a civilização ocidental, pelo menos até o

século 19, fica impregnada por esse pensamento. Esta concepção se estende de Eusébio de Cesaréia (século 4º) até Bossuet.

A *história ocidental* bebe de três fontes: a grega, a romana e a judaico-cristã. É delas que nascerão, a partir do século 12, as histórias nacionais. Mas a história nunca é escrita de modo “inocente”. É preciso investigar a “história da história” para compreender a maneira como aquela tem sido escrita, o modo e as razões pelas quais ela tem conquistado progressivamente seu instrumental.

## A HISTÓRIA DA HISTÓRIA, OU HISTORIOGRAFIA

Este vocábulo possui diversas acepções. Tendo surgido no século 19, em imitação aos historiadores poloneses e alemães, ele significa, conforme os casos: a arte de escrever a história, a literatura histórica ou, ainda, a “história literária dos livros de história” (LITTRÉ, 1877). Ele pode, conforme o contexto, referir-se às obras históricas de uma época, às obras dos séculos posteriores sobre essa época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história. O termo “historiografia” talvez seja ainda mais ambíguo do que o vocábulo “história”.

Esta obra, adotando a definição corrente de historiografia como “história da história”, limita-se à história francesa, destacando algumas influências européias que se exerceram sobre ela.

## O PERÍODO MEDIEVAL: UMA HISTÓRIA CRISTÃ

Durante o período medieval (séculos 5º-15) e história é considerada, de modo geral, como uma disciplina menor dentro de um mundo impregnado de cristianismo. Durante muito tempo, historiadores e filósofos acreditaram que a sociedade medieval havia, de alguma maneira, ignorado a história. A Idade Média incontestavelmente produziu uma obra histórica abundante, embora esta, após análise dos historiadores das épocas posteriores, exibisse uma forte ligação com uma visão cristã dos acontecimentos, sem o distanciamento crítico por parte dos autores e de seu público. Era uma sociedade que se referia constantemente ao passado e às “autoridades”, desconhecendo a independência intelectual.

### UMA HISTÓRIA INJUSTAMENTE SUBESTIMADA

#### A tradição historiográfica

Durante muito tempo, a produção histórica medieval foi alvo de rotundo desprezo. Os primeiros responsáveis por

esse fato são os humanistas do Renascimento. Embevecidos pela civilização romana, eles classificam os séculos intermediários como “Idade das Trevas”. Esta concepção é bem traduzida pela expressão então inventada de “*medii aevi*”, ou seja, os “anos intermediários, a Idade Média” entre os dois únicos períodos cuja vitalidade criadora merece consideração: a Antiguidade e o Renascimento. Os autores dos séculos 5º-15 são acusados aleatoriamente de não terem podido ou desejado escrever obra de historiadores, seja pela carência de instrumental necessário ou por simples despreparo intelectual. Com efeito, a história ainda não existe enquanto tal. Ela ocupa apenas um lugar secundário depois da teologia, do direito e das “artes”. Ela aparece apenas como *uma serva da religião, uma auxiliar da liturgia* (à qual ela fornece, por exemplo, as causas “históricas” das festas do calendário cristão), sem que ela consiga conquistar seu lugar como um gênero autônomo.

Embora Hugo de São Vítor desde o século 12 afirme que “a História é a base de todas as demais ciências”, ele não faz escola; os homens da Idade Média relacionam de maneira muito estreita *história e moral*, reduzindo a primeira à mera provedora de exemplos destinados a ilustrar um discurso edificante. Esta leitura da história explica também o grande sucesso experimentado na época medieval pelos historiadores latinos, principalmente Salústio e Lucano, e de modo mais geral a História Romana. A codicologia (estudo dos materiais utilizados na confecção de manuscritos), vem reforçar a impressão de que se trata de uma disciplina menor e mal definida: os livros de História são freqüentemente classificados nos manuscritos medievais com a rubrica “profecias”, ou ainda nos textos hagiográficos (vidas dos santos); quando existem inventários de biblioteca, não se encontra a rubrica “história”; será preciso aguardar até que surja o inventário da biblioteca da Sorbonne, em 1338, para ver aparecer uma seção “história” contendo obras sobre a história bíblica, a

*Histoire Scolastique* de Pedro Comestor, etc., e uma seção “crônica”, que inclui as hagiografias.

A partir do século 15, os trabalhos dos historiadores, que retomam as fontes e buscam encarnadamente demonstrar os erros de seus predecessores, contribuem para a execrável reputação da historiografia medieval. As *anecdotes* (os pequenos fatos, ou fatos pitorescos) são abundantes e citados prazerosamente, procurando mostrar como os autores medievais confundem os períodos históricos: é o caso do conselheiro de Isabel da Baviera (citado por Bernard Guenée) que transforma Trajano em contemporâneo de Carlos Magno “rei de França”. Destaca-se igualmente, na literatura histórica medieval, o peso da hagiografia e o gosto do maravilhoso cristão, considerados como obstáculos ao pensamento histórico.

De fato, os trabalhos históricos recentes fazem ampla justiça a esta visão simplista, e Bernard Guenée insiste sobre o esforço genuíno dos historiadores da Idade Média, apesar dos grandes obstáculos:

É durante a Idade Média que as técnicas de que nos orgulhamos possuir atualmente começam a ser desenvolvidas. Talvez mereçamos a pecha de mal agradecidos por termos permitido que nossa arrogância e ignorância expusessem sem dó as lacunas da erudição medieval. Se possivelmente os historiadores de hoje são gigantes, talvez os da Idade Média tivessem sido anões. Mas os gigantes de hoje estão sentados nos ombros dos anões de ontem. (*Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980).

Com esta breve consideração sobre seus longínquos predecessores, Bernard Guenée retoma a célebre fórmula de Bernard de Chartres, em princípios do século 17: “Nós somos anões apoiados nos ombros de gigantes. Vemos melhor e mais longe do que eles, não porque nossa visão seja mais aguçada ou nossa

estatura maior que a deles, mas porque eles nos elevam a partir de sua altura gigantesca”.

Em dez séculos, a produção histórica evoluiu consideravelmente e se diversificou conforme os interesses, os públicos, as novas aberturas. Duas grandes fases podem ser distinguidas: do século 5º ao século 12, a história é escrita pelo clero, está intimamente ligada à religião, e sofre com a escassez de material técnico, o que impossibilita a elaboração de um método seguro por parte dos historiadores. No século 12, a dinamização da vida das cidades, o enriquecimento generalizado e o desenvolvimento da teologia vão alterar consideravelmente o contexto da produção histórica e possibilitar sua renovação. Um público mais ampliado – tanto de clérigos como de leigos – começa a interessar-se pela história, as Cruzadas descortinam novos horizontes culturais, um gosto pela narrativa histórica e o desejo de relatar as explorações. Paralelamente, o poder real se afirma e se encomendam histórias oficiais que dão forma ao sentimento nacional. É sob estas diversas influências que a história vai conquistar progressivamente sua autonomia como disciplina intelectual.

### Os documentos à disposição do historiador medieval

Uma das grandes dificuldades com as quais se debate o historiador é a insuficiência de material documentário. Contudo, os princípios do método já estão postos e, desde o século 8º, o historiador anglo-saxão Beda faz referência ao fato em sua *História eclesiástica dos ingleses*, ao indicar que ele redigiu sua obra “com aquilo que ele pôde aprender a partir dos escritos dos antigos ou das narrativas dos antigos, ou com aquilo que ele sabia por ter sido testemunha”.

### Suas referências

O historiador cita sempre no começo de sua obra as *autoridades* sobre as quais ele fundamenta seu conhecimento. Esse recurso torna possível estabelecer uma *lista indicativa dos textos que serviram de fonte à história escrita da Idade Média*: primeiramente a Bíblia, Santo Agostinho e os Padres da Igreja. Aí também figuram os autores que Cassiodoro recomendava em suas *Institutiones*, por volta de 560: Flávio Josefo (*A Guerra dos Judeus e Antigüidades Judaicas*); Eusébio de Cesaréia (*História Eclesiástica*, continuada por Rufino, e *Crônicas*, complementadas por São Jerônimo); Próspero de Aquitânia, Paulo Orósio (*História contra os pagãos*) e o *De Viris Illustribus* de São Jerônimo (imitação de Suetônio). A estas obras, cujo sucesso não arrefece durante dez séculos, somam-se as de Beda, de Paulo Diácono (*História dos Lombardos e História Romana*, c. 720/30-799) e a *Crônica*, de Isidoro de Sevilha (560-636).

Paulatinamente a documentação histórica medieval adquire consistência. Nas bibliotecas carolíngias aparecem os historiadores pagãos: Quinto Cúrcio (*História de Alexandre*), Dares (*Queda de Tróia*), Tito Lívio, Salústio, Lucano, Suetônio, César, Valério Máximo. Estes ganham importância à medida que um público leigo manifesta interesse por um tipo de leitura algo diferente da dos eclesiásticos. Enfim algumas obras recentes são igualmente bem-sucedidas: a *História dos reis de Bretanha* de Godofredo de Monmouth (escrita por volta de 1138), a *História escolástica* de Pedro Comestor (escrita por volta de 1170), a *História de Carlos Magno* do pseudo Turpino (meados do século 12), o *Miroir historial* de Vicente de Beauvais (meados do século 13), a *Crônica dos papas e dos imperadores*, de Martinho o Polonês (aproximadamente 1270).

## Arquivos e fontes

Esses textos, lidos e relidos, não constituem as únicas referências do historiador que também dispõe, na maior parte dos casos, de *arquivos*. Esses arquivos – coleções de mapas, textos, registros, documentos fiscais, etc. – são conservados em mosteiros, castelos, chancelarias episcopais ou régias. Sua preservação não se deveu a uma simples preocupação “histórica”, mas para defender títulos de propriedade, ou para provar a antiguidade dos direitos de algum mosteiro ou até mesmo as origens ilustres de alguma família.

Nem todos os materiais encontrados nos arquivos são documentação segura porque contêm um certo número de forjicações, realizadas para garantir com maior segurança os direitos de seus proprietários, fundamentar uma origem legendária ou reforçar o prestígio de algum santuário. Por outro lado, seus consulentes nem sempre se deixam iludir, e os historiadores não poderiam ser facilmente acusados de ingenuidade.

A utilização dos arquivos vai se aperfeiçoando no decorrer das gerações e, no século 12, assiste-se ao tímido aparecimento da distinção entre fontes narrativas (narrações de testemunhos com forte conteúdo imaginativo) e documentos diplomáticos (textos oficiais, títulos honoríficos, diplomas institucionais, etc.).

### A conservação dos arquivos

Aos problemas da interpretação dos arquivos somam-se os das condições de conservação. Raros nos primeiros séculos, sua classificação não está padronizada. Os arquivos episcopais foram classificados desde muito cedo: assim Hincmar, bispo de Reims, estabelece, no início do século 9º, uma classificação dos arquivos episcopais satisfatória o suficiente para ser utilizada um século de-

pois por Flodoardo. A partir do século 11 os arquivos monásticos são também freqüentemente inventariados e classificados; tais procedimentos, não obstante, mostram-se insuficientes. Nos arquivos leigos, reina a desordem entre o material acumulado. É possível constatar, relendo as obras, o desaparecimento de documentos. Com efeito, o historiador medieval tem como ponto de honra relatar, no cabeçário de seu texto, a lista dos arquivos por ele utilizados; se eles são curtos, ele as recopia, caso contrário, ele os resume, permitindo assim, no caso dos manuscritos, proteger os textos. Alguns arquivos particulares sobreviveram graças à decisão de seus proprietários de registrar a história de sua família. Por exemplo, no começo do século 18, Arnoul de Guines solicita ao seu cura Lambert D'Ardres a redação da *Chronique des comtes de Guines*. O cronista se baseia nos arquivos, diplomas institucionais e documentos de família, indicando as fontes com precisão; este documento é de suma importância pois as fontes indicadas são atualmente conhecidas, em sua maior parte, apenas graças a esta crônica. Quando o poder real avança em seu projeto de centralização administrativa no século 14, confirma-se a necessidade de uma classificação dos arquivos. Gérard de Montaigu, clérigo do tesouro de Chartes em 1364 e guardião do tesouro entre 1370 e 1391, realiza um inventário dos arquivos reais. Outras cortes principescas da época seguem o exemplo. Esses arquivos são os documentos de base dos historiadores, mas são especialmente úteis na escrita de uma história local cujo alcance geográfico permanece limitado ao seu meio inicial, em parte pela carência de meios, e em parte pela inexistência de público interessado.

### As bibliotecas

O conjunto dos documentos à disposição dos autores fica conservado nas bibliotecas, reconhecidamente pobres durante os

primeiros séculos. As condições gerais são pouco favoráveis ao acúmulo de livros: os manuscritos são copiados em pergaminho, processo que é demorado e custoso; apenas as catedrais, os mosteiros e algumas escolas apresentam condições de encomendar tais obras. Posteriormente, a utilização do papel reduzirá o custo dos manuscritos, mas a revolução decisiva neste campo somente ocorrerá com a invenção da imprensa no século 15 que permitirá a grande difusão dos livros. Antes dela, as bibliotecas comportam, conforme os inventários que possuímos, apenas um número relativamente pequeno de obras: no fim do século 11, Fleury, um dos grandes centros de escrita, dispõe de cerca de 300 volumes; Notre Dame de Paris, algumas dezenas no século 13; Saint Martial de Limoges, de 450 no início do século 14. Algumas bibliotecas ficaram famosas pelas suas excepcionais dimensões: a da Sorbonne possui 1722 manuscritos em 1338; a de Saint-Denis aproximadamente 1600 em 1465, mas, em todos os casos, os livros de história constituem uma reduzida parcela de um conjunto composto essencialmente de obras eclesiásticas. Nessas bibliotecas, os livros estão expostos à deterioração, perdas e mesmo roubo: a biblioteca Sainte-Geneviève que, conforme um levantamento do fim do século 12, possuía 115 manuscritos, contabiliza apenas 83 em 1492. Essas bibliotecas são idealizadas para a leitura e trabalho dos monges ou cônegos. No século 15, as salas das bibliotecas se abrem a um público mais vasto, como em 1417, o capítulo da catedral de Beauvais.

No final da Idade Média, surgem as bibliotecas dos conventos das ordens mendicantes, sobretudo nas cidades universitárias, bem como bibliotecas particulares: a biblioteca do rei Carlos V no Louvre; a de Nicole Gilles, notário e secretário do rei, do qual se sabe ter possuído, em 1499, uma centena de obras (das quais cerca de sessenta foram impressas em Paris entre 1476 e 1496). As cidades sentem a necessidade de fundar suas próprias bibliotecas: Saint-Lô por volta de 1470, Poitiers por volta de 1474, entre outros.

### *Em busca das fontes*

Desde a Idade Média, os historiadores se deparam com obstáculos de acesso aos textos em razão do reduzido número de manuscritos, de sua difusão limitada e do reduzido número de bibliotecas. Eles procuram enriquecer sua documentação por meio de uma busca às fontes; estão conscientes da importância da variedade de arquivos e de livros e querem construir sua obra sobre essas bases sólidas. É assim que eles procuram munir-se de documentos nos centros mais conhecidos, como as bibliotecas de Reims, Fleury, Saint-Denis, que conservam um material documental cuidadosamente preservado e renovado; os copistas são numerosos. Os ateliês monásticos algumas vezes enviam seus monges para trabalhar em alguma biblioteca com a finalidade de captar textos. Um sinal de tais esforços chegou algumas vezes até nós, como os manuscritos de Guilherme de Malmesbury que visita sistematicamente os mosteiros ingleses (1115-1135) fazendo suas anotações. Além dessas iniciativas, os historiadores procuram montar dossiês sobre questões precisas. Ainda existem alguns exemplos como em Vézelay, uma coleção de textos reunidos no século 12 sobre as liberdades do mosteiro (anais de Vézelay, crônica dos contos de Nevers, cartulários, etc.). No fim do século 12, Balduino, conde de Hainaut, manda realizar uma pesquisa “nas melhores abadias de França” (Nicolas de Senlis, 1202-1203) em busca de textos sobre Carlos Magno, a fim de melhor conhecer a verdade histórica. Gilles de Muisit relata que Luís IX teria feito Vicente de Beauvais descerrar as portas de todas as bibliotecas do reino para que ele pudesse empreender com sucesso a busca de documentos necessários à sua obra. Afonso de Castela decide, em 1270, mandar escrever uma crônica geral da Espanha e dá a ordem de examinar todos os documentos disponíveis no país. Eduardo I da Inglaterra faz o mesmo quando, em 1291, quer provar seus direitos sobre o trono da

Escócia. Estes dois últimos exemplos ilustram ao mesmo tempo preocupação de fundamentar a obra histórica sobre uma seleção de documentos tão ampla quanto possível e a utilização da história em proveito das ambições políticas.

### As fontes “auxiliares”

O historiador utiliza outras fontes além das fontes escritas: *ruínas, monumentos, inscrições*. O território francês é particularmente rico em ruínas romanas; os tesouros em moedas, restos de objetos, sarcófagos, são numerosos na época. Os autores pressentem sua importância, embora estejam desequipados para interpretá-los. As inscrições romanas colocam problemas insuperáveis e suas interpretações são amplamente fantasiosas. Será preciso esperar até o século 14 e Cola di Rienzo para que a *epigrafia* comece a ser aceita como uma “ciência auxiliar da história”. É aproximadamente na mesma época que os humanistas italianos realizam progressos na *arqueologia*. Relativamente aos monumentos da Idade Média, os primeiros que apresentam grande interesse para os historiadores em razão de seus epitáfios funerários são as tumbas, com suas indicações sobre a vida dos personagens, as listas de abades, a genealogia, etc. Elas interessam igualmente àqueles que delas podem se aproveitar com objetivos políticos. Assim, o monastério de Saint-Denis deve parte de sua fama ao papel que desempenhou, desde a época merovíngia, de “cemitério dos reis”, reorganizado por Luís IX com uma finalidade política: a escolha do lugar de instalação das tumbas corresponde à preocupação de demonstrar a seqüência lógica desde a dinastia dos Meroveus até a dos Capetos. O visitante, guiado por numerosos manuais e resumos da história dos reis, inevitavelmente experimentará o sentimento da grandeza capetíngia. Neste lugar turístico que é a necrópole real, a história

aparece como um amálgama ideológico que fundamenta a política dos Capetos.

### As fontes orais

Por fim o último tipo de documento: *o testemunho*. Todos os autores preocupam-se com a qualidade do testemunho, à semelhança de Isidoro de Sevilha: “Entre os Antigos, ninguém escrevia uma história da qual não tivesse sido testemunha pessoal” (apud GUENÉE, 1980, p. 77). A referência a Isidoro de Sevilha (c. 560-636) explica-se pela imensa influência de sua obra. Autor de diversas obras sobre a Sagrada Escritura, tratados de teologia, ele redigiu igualmente uma grande enciclopédia inacabada, as *Etimologias*, que agrupa todos os conhecimentos antigos disponíveis em sua época. Isidoro de Sevilha aparece ao mesmo tempo como a última testemunha da cultura antiga e a referência obrigatória de toda a cultura medieval da qual ele é um dos fatores.

Nos passos de Isidoro de Sevilha, os historiadores medievais prestam máxima atenção à *tradição oral* que lhes permite voltar ao passado, e mais particularmente ao que eles consideram como fontes seguras: os testemunhos diretos. Porém, como estes possuem um “prazo máximo de uso” de aproximadamente cinquenta anos – como os historiadores costumam dizer: “nosso século”, “época moderna”, “época atual” em oposição aos “tempos antigos” –, é preciso confiar em testemunhos secundários.

Os autores descobrem que a História é constituída de períodos sucessivos, e por isso sentem a necessidade de identificá-los. Com essa finalidade, eles adotam os momentos considerados mais significativos: uma referência comum é o nascimento de Cristo, que inaugura uma nova era. Em compensação, à medida que as histórias nacionais se fortalecem, acontecimentos di-

ferentes se impõem conforme os países. Na França, a referência à época carolíngia torna-se uma constante no século 12, em um momento em que o poder real insiste sobre uma continuidade dinástica entre Carolíngios e Capetos. Na Inglaterra, o ano de 1066, data da ascensão de Guilherme o Conquistador ao trono marca um acontecimento fundacional.

Além dos testemunhos já descritos, os historiadores recorrem às crônicas populares, às canções de gesta, às tradições, aparentando nutrir uma real preocupação com a erudição. Estas escolhas desembocam em um debate aberto entre historiadores: deve-se, considerando-se a natureza das fontes utilizadas, falar em ingenuidade e recusar qualquer crédito aos historiadores da Idade Média? Ou, ao contrário, impõe-se frisar a criatividade de suas iniciativas que, num período de escassez de documentação, não desprezava nenhuma das possibilidades na busca do alargamento do horizonte do historiador?

## A INVENÇÃO DE UM GÊNERO AUTÔNOMO

### A construção progressiva de um método

#### Fixar a cronologia

Trabalhando sobre os testemunhos, procurando relatar o passado distante, os historiadores medievais recuperaram o *sentido de tempo*, mesmo tendo procurado inscrevê-lo no quadro de um designio divino. Desde suas origens, a liturgia recorre à história para estabelecer um calendário preciso: calendário anual para a ordem regular das festas religiosas, calendário da cronologia dos tempos para se recolocar na ordem aberta da Criação do mundo. Santo Agostinho introduziu uma divisão do tempo que serviu de referência a todos os autores posteriores. *Seis épocas*,

correspondentes aos seis dias da criação, *sucederam-se*: a época de Noé, de Abraão, de Davi, do cativo da Babilônia, o nascimento de Cristo e a sexta e última era, na qual os homens vivem na expectativa messiânica da consumação do mundo. Desde o século 4º, os historiadores têm buscado estabelecer uma cronologia, medir a duração de cada era, normalmente comportando mil anos. Um monge, *Dionísio o Pequeno*, com base no calendário juliano elaborado pelos romanos (e que continua sendo o calendário utilizado no Ocidente, mesmo depois da reforma gregoriana em 1582), inventa a era cristã. Neste quadro, os autores de anais e cronistas anotam escurpulosamente a data dos acontecimentos que eles relatam. Todas as obras de historiadores apóiam-se sobre uma cronologia definida, eventualmente sobre listas de nomes com a duração dos reinados: listas de papas, de imperadores, de reis, das quais a Idade Média é ávida e que transformam-se em marcos. Para estabelecer estes inventários, impõe-se realizar uma comparação entre as diferentes tradições, que conduz a tentativas de verificação das datas, mas que nem sempre funcionam bem devido à escassez de documentos. Torna-se igualmente comum, no século 9º, dar aos reis sobrenomes e números a fim de classificá-los com maior facilidade. Na França, é no século 13, nas *Grandes Chroniques*, que este hábito torna-se sistemático. Tal procedimento oferece, ademais, a vantagem de insistir claramente sobre a continuidade dinástica.

#### Olhar criticamente os documentos

A ansiedade em dominar o tempo é acompanhada de um esforço dirigido à crítica dos textos, que aparece de modo mais sistemático a partir do século 12. Assim Pedro Abelardo demonstra por volta de 1120 aos monges de Saint-Denis que, por razões lógicas e cronológicas, seu mosteiro não poderia



ter sido fundado por Dionísio Areopagita, contemporâneo do apóstolo Paulo; além disso, ele não é o primeiro a contestar essa tradição – que os monges de Saint Denis gostam de evocar para provar a antigüidade de seu monastério. Durante a Idade Média alguns documentos são forjados com a finalidade de provar os direitos de seu autor ou de seus comanditários; muitos deles são redigidos, algumas vezes de boa-fé e com todo conhecimento de causa por excelentes ateliês históricos ocupados em produzir algo útil para compensar o desaparecimento de documentos antigos. É o caso da *Doação de Constantino*, que protegia os direitos pontifícios frente às pretensões imperiais, ou ainda a *Lei Sálica*, que excluía as mulheres da linha sucessória do trono da França: apesar de haver uma lei que cuidava de questões relativas à sucessão em regnal, ela foi alterada com o acréscimo de uma cláusula que impedia a coroação de mulheres. Deve-se acrescentar que, tendo-se em vista a mentalidade medieval, os documentos diplomáticos, considerados normalmente como fontes narrativas, não podem ser considerados estáveis. Admitem-se acréscimos e supressões se facilitam o sentido do texto ou se eles são confirmados por alguma autoridade ou pela tradição. No século 12, aplica-se o princípio segundo o qual a autenticidade de um texto é estabelecida pela comparação deste com outros textos contemporâneos. O problema é que normalmente faltam os documentos de referência.

É apenas a partir dos séculos 14 e 15 que surgem as condições materiais da erudição moderna. Torna-se possível uma crítica efetiva dos documentos. Embora as épocas anteriores houvessem tido a intuição e a ambição de possuir tal aparato crítico, sua aplicação prática estava inviabilizada por falta de instrumental apropriado.

## Os aperfeiçoamentos técnicos

Os historiadores aperfeiçoam seus *instrumentos de trabalho*: os autores obedecem ao método estabelecido por Santo Agostinho que divide o texto em capítulos, facilitando a leitura. Hincmar, em Reims, enumera os capítulos e coloca títulos em vermelho (as rubricas). A partir do século 12 generaliza-se o emprego de índices. No século 13, o copista divide seus capítulos em parágrafos e acrescenta prazerosamente notas marginais. Na mesma época, os manuscritos são freqüentemente ilustrados, como reflexo do gosto de um público mais rico. Estas ilustrações prestaram um desserviço à história medieval, pois buscando edificar seus leitores, estabelecer relações entre passado e presente e criar uma obra estética, os autores desenharam cenas da atualidade de seu tempo, personagens vestidos com roupas contemporâneas dos quais, em seguida, sublinhou-se o anacronismo, em detrimento da erudição medieval.

## A diversidade da produção histórica

Quando a história conquista sua autonomia surgem diferentes *gêneros históricos*. Os *anais* e as *crônicas* pretendem apresentar descrições precisas e breves, desprovidas de artifícios literários, dos acontecimentos resituados no tempo. Nos textos de *história*, ao contrário, a retórica e o estilo são cada vez mais valorizados. Os autores buscam igualar-se aos historiadores da Antigüidade, sobretudo Salústio e Suetônio, que são particularmente apreciados. A proposta é também mais ambiciosa que a dos *anais* e das *crônicas*, e tende normalmente a abordar uma história universal. Estas distinções são essenciais para os autores da Idade Média, mas elas nem sempre foram perce-

bidas pelos seus leitores que utilizam histórias e anais indiscriminadamente. Entre os clérigos, a preocupação com a beleza do estilo avizinha-se ao gosto pelo esplendor litúrgico; assim em Saint-Denis, onde as formas arquitetônicas, a decoração suntuosa, a beleza das cerimônias e a qualidade literária dos escritos são postas em função de um mesmo programa definido por Suger: celebrar as grandezas divinas.

Como já dissemos, o gosto pela História se desenvolve no século 12. O surgimento de novos termos são disso prova: *Fleur des histoires*, *Miroir historial*, *Mer des histoires*, etc. Deve-se acrescentar uma transformação essencial no século 12: o emprego cada vez mais freqüente da língua vulgar em substituição do latim entre os leigos, menos cultivados do que os clérigos. Esta vontade de escrever em uma língua nacional que se quer bela explica, em um primeiro momento, o fato de as obras históricas terem sido escritas em verso. Contudo, a língua francesa apresenta o inconveniente de atingir um público geograficamente mais restrito; é por isso que, em 1476, Robert Gaguin compõe sua *Histoire de France* em latim para que ela seja também acessível aos estrangeiros.

Este gosto pela história acarreta a produção de obras por encomenda: crônicas locais, histórias de famílias nobres. Na ocasião da morte de Guilherme o Marechal, em 1219, seu filho mais velho encomenda uma história em verso da vida de seu pai e "arca com todos os custos". Agindo dessa maneira, ela manifesta a intenção de edificar um monumento duradouro à memória de seu pai. Essas histórias proporcionam também a ocasião de montar uma genealogia.

Houve no país de Brabant um nobre senhor e herdeiro do senhorio de Aalst, chamado de Balduino o Gordo ou o Grande, que teve uma mulher, filha de pais nobres, chamada Matilde, também

cognominada como seu marido, por sua robusta complexão, de a Gorda ou a Grande. O citado Balduino tinha um irmão chamado Ingleberto de Peteghem e uma irmã belíssima, Gertrudes, desposada com o senhor de Ardres, Arnoul o Velho ou o Antigo, pai de Arnoul o Moço... (LAMBERT D'ARDRES. *Histoire des comtes de Guines*. Hanovre, 1879).

Segue uma enumeração prolongada dos parentes dos condes de Guines, que permite defender a qualidade da família. Assim os condes de Guines, Balduino e Arnoul, são designados como os senhores importantes de uma ilustre família, capazes de enumerar uma longa lista de ancestrais conhecidos, o que ocorre apenas entre as famílias nobres. A história, desse modo, é utilizada para reforçar o prestígio social.

Durante as Cruzadas florescem as obras que exaltam as proezas dos cavaleiros, contadas com uma preocupação maior ou menor de exatidão histórica: segundo Lambert d'Ardres, o autor da *Canção de Antioquia* (1096) omite os grandes feitos de Arnaud de Guines porque este lhe recusou um par de sapatos escarlates! Porém, será que Lambert pode ser considerado um historiador imparcial?

À medida que a produção histórica se avoluma, a história torna-se um gênero à parte, subdividido em várias ramificações: a história providencial, estreitamente dependente da teologia e beneficiando-se, como ela, de uma renovação no século 12; a história erudita dos clérigos e das chancelarias, que continua destinada a uma restrita elite; a história política que lança as bases do sentimento nacional francês, e a história "romance" que conquista, consideradas as condições da época, um considerável público de leigos ditos "cultivados".

## À SOMBRA DOS CLAUSTROS E DAS CATEDRAIS: A HISTÓRIA DOS CLÉRIGOS

O clero ocupa um lugar de fundamental importância na sociedade medieval: na divisão tripartida da sociedade, o bispo Adalberão de Laon estabelece que “os que rezam” pertencem à primeira classe, precedendo os que guerreiam e os que trabalham. Os clérigos são também os primeiros a ler e a escrever em uma sociedade basicamente analfabeta e é ao mesmo tempo por eles e para eles que se realiza a primeira produção histórica da França.

### Os bispos: primeiros comanditários

Os primeiros textos históricos que possuímos da Alta Idade Média são devidos à iniciativa dos bispos. Isto se explica facilmente pelo contexto geral: em um mundo atribulado, o bispo é uma autoridade política e moral; normalmente ele é a pessoa mais instruída, tendo à sua disposição uma biblioteca contígua à catedral, cônegos e clérigos competentes, e é o responsável pela administração de sua diocese, o que inclui o dever de ensinar.

Gregório, bispo de Tours, historiador dos francos (538-594)

Uma das primeiras obras históricas francesas é a de Gregório, bispo de Tours em 573. Este homem, oriundo da região de Auvergne (Clermont-Ferrand), de cuja família aristocrática senatorial originaram-se diversos outros preladados, redige uma *História dos Francos* em dez volumes. Ela retoma a *tradição da historiografia cristã* iniciada por Eusébio de Cesaréia e Paulo Orósio, faz um resumo da história do mundo antigo por ocasião

da morte de Sigeberto (591) e se entrega a uma longa descrição política e religiosa dos reinos francos. É dele que extraímos a história dos tempos merovíngios e de Clóvis, herói fundador da França, cujo batismo ele nos relata:

A rainha instava para que ele chegasse a conhecer o verdadeiro Deus e abandonasse os ídolos, embora ela não tivesse nenhum sucesso em conquistá-lo para esta crença até o dia em que, enfim, declarou-se guerra contra os alamanos, guerra durante a qual ele foi forçado, pela necessidade, a confessar aquilo que anteriormente ele havia se recusado a fazer voluntariamente. [Clóvis invoca o “Deus de Clotilde” durante a batalha e, uma vez vitorioso, aceita o batismo.] Ele avança, qual novo Constantino, na direção da piscina, para apagar a doença da antiga lepra e lavar com uma água fresca as sórdidas máculas adquiridas em sua vida passada. Ao entrar na piscina para o batismo, o santo de Deus [São Remi] interpelou-o solenemente nestes termos: “Renuncia humildemente às tuas misérrimas, adora o que queimaste, e queima o que adoraste” (*Historia Francorum*, MGH, *Scriptores*, T1, Hanovre, 1885).

Este texto iria ter uma bela posteridade... Esse curto trecho nos revela o método de Gregório: privilegiar a narração, marcar as referências a acontecimentos antigos, esforçar-se por empregar uma linguagem do dia-a-dia para um público menos familiarizado que ele na estilística latina e compor uma obra com finalidade moralizadora.

Instruir os reis cristãos e seus contemporâneos é uma preocupação constante de Gregório de Tours, que escreve as hagiografias de São Martinho e de São Juliano, e o *Livro da Vida dos Padres*; depois dele, a hagiografia transforma-se em um dos gêneros históricos preferidos pelo clero. Ele compõe também um *Livro sobre os tempos eclesiásticos*, no qual estabelece um método de cálculo para o calendário litúrgico. Mas sua obra, após ter tido

grande sucesso na Idade Média, foi desacreditada pela crítica histórico-literária que lhe reprovava a credulidade e o emprego de uma linguagem rudimentar. Foi preciso aguardar os historiadores contemporâneos para assistir a uma reabilitação da iniciativa de Gregório de Tours, cuja coerência intelectual é hoje frisada: apresentar a um público leigo de reis e senhores uma visão moralizadora da história que o guia em sua ação política.

### As histórias episcopais

Sem atingir as mesmas proporções da *História dos Francos*, as crônicas episcopais são textos importantes. Os bispos encomendam a história de suas dioceses, ou crônicas de sua gestão. Essas *Gesta episcoporum* servem também para ilustrar a qualidade de seus comanditários, e a preocupação com a exibição prejudica a exposição crítica dos fatos. Em Auxerre, a primeira crônica dos bispos começa por volta de 873-876 e prossegue sem interrupção pelo menos até 1167; em 784, Angilram, bispo de Metz e guardião capela real, manda redigir uma *Gesta episcoporum Mettensium*. São igualmente redigidas, a pedido dos bispos, vidas de santos fundadores, que são utilizadas, entre outras coisas, para legitimar os direitos episcopais.

Alguns bispos abriram ateliês (*scriptoria*) de altíssimo nível. Reims, na época carolíngia, é um ótimo exemplo, em vista das estreitas relações entre seus bispos com o poder político, e torna-se o lugar da produção da História oficial. Hincmar, bispo de Reims em 845, decide continuar a obra iniciada na França ocidental por Prudêncio sob Carlos o Calvo: a redação dos *Annales de rois*, texto de caráter político que, a partir das atas reais, registrava a história do reino, evitando uma postura crítica. Para tanto, ele dispõe do exemplar pessoal do rei e mantém em atividade o ateliê de copistas de Reims até sua morte, em 882. Depois

dele, Flodoardo redige, entre 916 e 966, alguns *Anais*, em seguida Richer (narração dos acontecimentos de 888 até 995: *De Gallum Congressibus*). No século 10º, contudo, a cidade de Reims começa a declinar pela sua excentricidade em um reino capetíngio voltado para a Île-de-France.

### Os monges

À semelhança dos bispos, os monges são clérigos instruídos que cultivam o gosto pela erudição, praticam o latim e empenham-se em escrever histórias universais. No monastério, o monge historiador não trabalha sozinho, sendo ajudado por outros que coletam e reúnem os documentos, montam os dossiês e recopiam seu texto. Esta história monástica produz especialmente hagiografias, livros de história universal e história eclesiástica. Adquire sua máxima importância entre os séculos 10º e 13, para em seguida perder o fôlego diante da concorrência da história leiga das chancelarias reais.

### A história beneditina: uma história erudita

O interesse consagrado à história varia conforme as ordens monásticas. *Dois grandes mosteiros beneditinos* exercem um papel fundamental na produção histórica francesa: Fleury (atualmente Saint-Benoît-sur-Loire) e Saint-Denis.

A *abadia de Fleury*, fundada em 645 pelos monges de Monte Cassino, torna-se no século 10º o primeiro centro intelectual francês. Ela possui uma vasta biblioteca e goza de uma posição geográfica privilegiada que, embora estando nos domínios de Hugo Capeto, a coloca em contato com a França do Norte e do Midi. Abades muito ativos aproveitam-se desta si-

tução para suplantar Reims em seu papel de oficina da história oficial; é para escrever uma história dos povos ou dos reis francos que Abbon (988-1004) envia o monge Aimoin a Reims em busca de documentos. Sua *Historia Francorum* inicia-se com a queda de Tróia, mas interrompe-se em 654 com um desentendimento entre Roberto o Piedoso e Abbon, forçando este último a abandonar seu projeto.

### O sucesso excepcional de Saint-Denis

Por fim, a Abadia de *Saint-Denis* torna-se o principal centro historiográfico do reino. No coração do domínio capetíngio, a abadia goza dos favores régios. Quando Suger, próximo do rei Louis VI, é seu abade, Saint-Denis torna-se o lugar da memória dinástica: “cemitério dos reis” e guardião das insígnias reais no intervalo entre duas cerimônias de sacração. Suger decide transformá-la na grande oficina da história real, envia seus monges para copiar documentos de Saint-Germain-des-Prés e Fleury. Ele mesmo escreve uma história do reino de Luís VI e os inícios de Luís VII. É igualmente em Saint-Denis que é redigida, em um momento em que a dinastia francesa procura frisar sua continuidade com os carolíngios (início do século 13), uma versão reescrita da *História de Carlos Magno* atribuída a Turpino, inserida nas *Grandes Crônicas de França*. A vastíssima obra de Saint-Denis é esta compilação latina da história da França iniciada já no século 12, continuada no século 13 por Rigord, que retoma a crônica dos reis de França e escreve uma história de Filipe “Dieudonné”, primeiro sobrenome de Filipe II de cognome Augusto, ou seja, o “aumentador do Reino” para celebrar a conquista do Vermandois. Luís IX encomenda a Primat uma tradução para o francês das crônicas de Saint-Denis sob o título: *Le Roman des rois*. Posteriormente Guilherme de Nangis

(morto em 1300) prossegue a crônica e escreve as *Gesta Ludovici* e as *Gesta Philippi III*. Este trabalho prossegue até 1350, com um último período marcado pela atividade de Richard Lescot (morto em aproximadamente 1400) que reelabora o texto de Guilherme de Nangis em proveito de um espaço maior para o papel da abadia. Ele procede, com a ajuda de Bernard Gui e Jean de Saint Victor, à revisão do texto de Primat, agora intitulado *Chroniques de France*; e, nesses tempos difíceis marcados pela peste negra (1348-1350), o cativo de João II o Bom (1356) e a “jacquerie” (revolta camponesa em 1358), ele escreve uma história real e nacional ao mesmo tempo, com o objetivo de dar sustentação à monarquia.

### A história escrita nos ateliês de copistas dos mosteiros

O papel largamente político representado por Saint-Denis na escrita da história da França não é regra nos ateliês monásticos. Suas produções se orientam mais para as grandes histórias universais, como a de Raul Glaber, morto em 1047 em Cluny. Um dos episódios célebres é a descrição da fome na Bourgoigne, em 1033, da qual ele foi testemunha:

Na época seguinte, a fome começou a estender sua destruição sobre toda a terra e poder-se-ia dizer que o gênero humano iria sem dúvida desaparecer por completo. [...] Esta esterilidade vingadora havia nascido nas regiões do Oriente: ela devastou a Grécia, chegou até a Itália e, a partir de lá, alcançou a Gália, atravessou o país e chegou até as tribos dos ingleses. Como punição dos pecados dos homens, o mundo foi presa deste flagelo durante três anos (apud DUBY, Georges. *L'An Mil*. Paris: Gallimard, 1967).

Glaber descreve fielmente os fatos, analisa seus desenvolvimentos, para em seguida expor sua causa primeira e essencial, conforme sua opinião: a vontade divina, interpretação providencial que será utilizada pela história escrita pelos clérigos até o século 18.

Nessas oficinas de copistas, os monges redigem também crônicas da história local que retraçam a vida de seu mosteiro. Determinadas circunstâncias particulares podem conduzi-los a uma história mais engajada: tal é o caso dos cistercienses da Normandia e da Inglaterra que defendem ardorosamente os interesses de seus mosteiros, confundidos com os da coroa inglesa, e que são nessas regiões os primeiros artesãos do sentimento nacional.

### As ordens mendicantes

Se o interesse dos beneditinos pela história é variável, ela não faz parte, enquanto tal, do campo das preocupações das *ordens mendicantes* que surgem a partir do século 13 com grande sucesso na França. Ordens urbanas próximas das universidades – sobretudo os dominicanos –, as ordens mendicantes utilizam a história conforme as suas necessidades.

### A história dominicana: uma história livresca

Os *dominicanos* procuram matéria para a pregação, dão pouco valor à história universal e ainda menos à história política, e redigem manuais eruditos, escritos de maneira simples e clara: por exemplo, a *Chronique de Martin le Polonais* (1272-1274), ou a *Arbre généalogique des rois de France* de Bernard Gui (1312-1314). Vice-re de Beauvais é um dominicano de ex-

ceção que escreve, com a ajuda de numerosos colaboradores, seu *Miroir Historial*, antologia dos conhecimentos de sua época. Na maior parte das vezes os dominicanos escrevem uma história livresca, utilizando as bibliotecas da ordem, sem acesso direto aos documentos disponíveis nos arquivos. Eles preocupam-se mais com uma pregação eficiente do que com um engajamento numa empresa histórica.

### A história franciscana: “belas histórias”

Os *franciscanos* são ainda mais indiferentes à história e procuram nela apenas exemplos simples que possam ser utilizados em sua pastoral entre as pessoas de menos cultura. Eles reproduzem principalmente fatos edificantes cujos testemunhos são conhecidos; eles apreciam as *anecdotes*, os contos e as crônicas populares, as hagiografias, e um de seus livros favoritos é a *Lenda Áurea* de Jacques de Voragine. Por outro lado, eles são viajantes incansáveis, e redigem crônicas inteligentes de suas longínquas missões como verdadeiros etnólogos e geógrafos: Jean de Plan Carpin entre os mongóis por volta de 1245, Odorico de Pordenone entre os tártaros (ele retorna a Pádua em 1329), Jean de Marignola, embaixador em Pequim junto ao grande khan, em 1343.

Beneditina ou mendicante, a história escrita nos mosteiros e conventos está em latim e está reservada a um público eclesiástico sequioso de uma resposta aos seus próprios centros de interesse. Hoje elas são relidas pelos historiadores com um novo olhar, preferindo àquilo que havia sido motivo de orgulho dos historiadores eclesiásticos (grandes cronologias, histórias universais) as hagiografias e as crônicas locais, que alimentam uma reflexão sobre a história das mentalidades.

## A HISTÓRIA DOS LEIGOS

A história escrita pelos clérigos não poderia ser considerada propriamente “francesa”, pois eles se dirigiam ao público da cristandade ocidental. Com a emergência de um público laico e letrado no século 12, assiste-se ao surgimento de uma história nacional, escrita em francês. No século 12, esse público restrito pertence a uma elite aristocrática, ampliando socialmente nos séculos seguintes até atingir uma burguesia urbana. Sobre todo o território francês despontam diversos públicos com preocupações diferentes. Uma diferença fundamental surge entre a França do Norte e a do Midi. Ao sul do rio Loire, permanece o gosto herdado da civilização romana, pelo direito e textos jurídicos. Ao norte, o público se apaixona pela história. Isto deve sem dúvida ser relacionado à presença, nesta zona cultural, da monarquia capetíngia para quem a história – como já o afirmamos – é um instrumento político importante.

### Um público laico

Já no século 12, os jovens aristocratas recebem uma educação relativamente avançada, ao menos nas grandes famílias. A base de sua cultura é latina, como entre os clérigos. Os cursos de gramática e retórica descortinam às crianças os historiadores romanos; os exemplos são retirados de Suetônio, Salústio, César, por causa de suas qualidades estilísticas. Mais crescidos, lêem com prazer as compilações da história antiga, sendo que a mais conhecida delas, os *Faits des Romains*, é obra de um clérigo anônimo. Escrita em francês por volta de 1210, ela relata a vida dos doze imperadores e dedica uma parte importante aos feitos de César. Esse texto tem enorme sucesso, o que é atestado pelos cerca de sessenta manuscritos (do século 13 ao 15) atualmente exis-

tentes. Um público rico adquire esplêndidos manuscritos ilustrados. No começo do século 13, os autores escrevem prefácios em francês, preferindo a prosa ao verso, isso pela preocupação com a autenticidade, como o mostra a reflexão de Nicolas de Senlis, no começo do século 13: “Nul conte rimé n’est verais”. (Nenhum relato em rimas é verdadeiro).

### Um gênero muito apreciado: os relatos das Cruzadas

As *Cruzadas*, sobretudo a quarta e a quinta (1204 e 1217-1221), renovam o interesse pela História. O público mais amplo que existe no início do século 13 encanta-se por essas expedições a lugares longínquos e pelos feitos dos francos. As crônicas das Cruzadas satisfazem a todos os gostos: exotismo, ambição de riquezas, narrativas épicas, feitos dos guerreiros da família... Algumas crônicas são canções modernas de gesta nas quais os heróis carolíngios ou arturianos são substituídos pelos cruzados francos; outras mais ambiciosas fazem obra histórica. Guibert de Nogent relata a segunda Cruzada (1104-1108) a partir de narrativas anônimas (*Gesta Dei per francos*); Guilherme de Tiro (morto em 1186) escreve uma *História do reino latino de Jerusalém*, traduzida em francês por volta de 1220, que é retomada por diversos continuadores e fornece a base de toda a história das Cruzadas. Robert de Clari, pequeno cavaleiro (morto por volta de 1216), retornando ao país, narra aos seus companheiros a *Conquista de Constantinopla* (1204), da qual tomou parte no grupo de Thibaut de Champagne; ele ordena a seqüência da narrativa precisando a data, dando os nomes do papa reinante, do rei da França, do imperador, e começa por uma reflexão sobre as causas antes de entregar-se a um relato cronológico dos acontecimentos. Godofredo de Villehardouin (nascido por volta de 1150) também parti-

cipou da quarta Cruzada; mas, na qualidade de marechal da Champagne, faz parte dos principais cruzados, assina tratados com o imperador de Constantinopla e cumpre um papel guerreiro importante; sua narrativa, a primeira grande obra francesa escrita em prosa, retoma os feitos dos anos 1198-1207, que ele descreve com sobriedade ao defender as posições dos francos.

No final do século, Jean de Joinville (1225-1317), senescal da Champagne que participou da sétima Cruzada ao lado de Luís IX, redigiu a última crônica daquele acontecimento. Em seu relato, escrito em 1272, ele indica suas fontes (*Livre de Terre sainte*, de Ernoul, as *Grandes Chroniques de France*). Esta crônica faz parte de uma obra mais vasta: as *Mémoires* ou *Vie de Saint Louis*, que ele compõe a pedido de Joana de Navarra, esposa de Filipe o Belo, e que é dedicado em 1309 ao jovem príncipe Luís. Com os múltiplos textos de qualidade variável ligados aos relatos das Cruzadas, intensifica-se o gosto do público pela história “romance”. No século 12, tratava-se do romance antigo (quer dizer, a história antiga), acrescentou-se a “matéria de Bretanha”\* (Chrétien de Troyes), em seguida, a epopéia carolíngia (do pseudo Turpino). Mas, no século 13, a “matéria de França” aparece como o assunto mais interessante para o público ao norte do rio Loire, que lê estas obras escritas para eles em *langue d'oïl*\*\* e fundamenta seu orgulho nacional sobre o conhecimento de um passado escrito para a circunstância.

### A crônica: um gênero renovado por Froissart

Arrancada ao domínio da Igreja e dos ateliês reais, a história adentra as cortes principescas dos grandes feudos. Redigi-

\* O universo celta, para os autores medievais. (N.T.)

\*\* A *Langue d'oïl* era formada pelos vários dialetos falados ao norte do rio Loire, onde “oïl” (sim) se dizia “oïl”. (N.T.)

das sob encomenda, essas crônicas são destinadas a um público aristocrata, por um historiador patrocinado por um príncipe.

O exemplo mais clássico de um ponto de vista literário e histórico é o de Jean Froissart (c. 1337-1404), que relata as guerras de 1327 (o advento de Eduardo III) até a morte de Ricardo II (1400) nas *Chroniques de France, d'Angleterre et des païs voisins*, escritas entre 1370 e 1400. Seu relato, cheio de vivacidade, evolui de acordo com os interesses de seus protetores, a rainha Filipa, esposa de Eduardo III, e depois da morte desta em 1369, o duque Wenceslau de Luxemburgo. Ele compila ativamente as crônicas de sua época e complementa, por meio de sua pesquisa pessoal, o relato dos acontecimentos por ele mesmo descritos, objetivando destacar os feitos e proezas dos cavaleiros, mesmo sem muita preocupação de análise histórica. Rigorosamente parcial, ele reescreve seu texto em função dos interesses de seus protetores. Apesar desse fato, ele é uma testemunha privilegiada, meio historiador, meio repórter, em virtude das qualidades de seu relato e da documentação abundante, recolhida durante suas visitas às diversas cortes européias. O prólogo que ele escreve indica quais são suas intenções:

A fim de que os grandes e admiráveis feitos durante as grandes guerras entre a França, a Inglaterra e os reinos vizinhos – guerras provocadas pelos reis e seus conselheiros – sejam registrados de maneira cuidadosa no tempo presente e para o tempo vindouro e seus descendentes. É com esta finalidade que quero ordenar e colocar em prosa as verdadeiras informações que obtive de homens corajosos, cavaleiros valorosos e escudeiros, autores desses grandes feitos, e também de outros combatentes (arautos de armas) e seus marechais, que são por direito dignas testemunhas (...) Coloquei em primeiro lugar no meu proêmio que quero dizer e tratar de grandes maravilhas (apud EHRARD, J.; PALMADE, G. *L'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1971).



## Da história dos reis à história nacional

A partir do século 12, algumas dinastias utilizam a história para dar sustentação à sua política. Uma das primeiras nesse campo é a dinastia dos Plantagenetas, na Inglaterra, que retoma uma tradição inaugurada no começo do século 11 (cf. *História dos Normandos* de Dudon de Saint Quentin, escrita a pedido dos reis Ricardo I e Ricardo II). Por ocasião da querela das investiduras entre papas e imperadores, a história é amplamente invocada por ambas as partes para sustentar suas pretensões políticas.

Em meados do século 14, no contexto atribulado da época (guerra com os ingleses, a “jacquerie”, cativo do rei) a monarquia francesa vai procurar na história da França conforto e justificativa. Carlos V confia a seu chanceler Pierre d’Orgemont a redação de uma história do reinado de seu pai e do seu. A partir de então as preocupações políticas tornam-se presentes com maior força nas crônicas: a história das batalhas (da qual Bouvines, no século 13, na narrativa de Guilherme, o Bretão, havia sido bom exemplo) a diplomacia, a vida nas cortes: fatos que interessam principalmente ao público aristocrata dos ambientes régios ao qual esta história é destinada. O trabalho de Pierre d’Orgemont é continuado até 1380 sob o título *Chroniques de France* e seu sucesso é imediato; de acordo com os manuscritos conservados (mais de cinquenta da edição de 1380), e as listas das bibliotecas, podemos discernir o público leitor: basicamente príncipes e grandes senhores; não há nenhuma difusão ao sul do Loire. A história nacional erudita interessa, em um primeiro momento, apenas à aristocracia; será preciso aguardar até o século 15 para que ela atinja o conjunto dos franceses instruídos. Os funcionários reais escrevem histórias da França: Jean de Montreuil, secretário de Carlos VI compõe, no final do século 14, um tratado sobre a história da França que ele dedica “a toda a cavalaria de França”.

Nem por isso Saint-Denis perde seu papel de oficina da história oficial, mesmo quando se depara com a concorrência

cada vez mais intensa da chancelaria real. Em 1437, Carlos VII nomeia Jean Chartier, monge de Saint-Denis, *historiógrafo do rei* e lhe paga salários. Para os contemporâneos, o ateliê de Saint-Denis parece ser tão especializado que os autores pensam em reservar o termo “crônica” apenas para a produção histórica, um tipo de terminologia reservada...

A história também serve de base ao sentimento comum das origens dos franceses: *todo francês cultivado, desde o fim do século 11, considera-se descendente dos troianos*. Chegados à Gália após um período de permanência entre o Reno e o Danúbio durante o qual eles se tornam francos, eles se misturam aos gauleses e dão seu nome a Paris:

[a cidade] foi chamada nesse tempo por seu primeiro nome: Lutécia, que quer dizer “cidade lamacenta”, “planície de lama”. E, como os habitantes daquele tempo tinham horror a este nome pela sua feiúra, decidiram alterá-lo e dar-lhe o nome de Paris em honra de Páris, o filho mais velho de Príamo de Tróia. Pois, como se sabe, eles descendem dessa linhagem (*Chroniques de France*).

Até o fim da Idade Média, o mito de Tróia continua com um imenso sucesso e permite ao mesmo tempo fundar a origem do Estado e de possibilitar um enobrecimento coletivo – contrariamente à leitura do século 17, que transformará os nobres em descendentes dos francos e os povos em descendentes dos gauleses. No século 13, o cronista Philippe Mousket observa: “Somos todos troianos”. Em sua obra *La Naissance de la nation France* (Gallimard, 1985, p. 38), Colette Beaune constata que “a maior vantagem do mito é, provavelmente, a de ancorar a solidariedade nacional nos laços de sangue”.

Em alternativa a esta história, que se enraíza na longínqua Antigüidade, necessita-se de *heróis* mais próximos, como Clóvis, cuja imagem experimenta uma lenta evolução. Apresentado por

Gregório de Tours, o saqueador cheio de boas intenções (cf. o episódio do vaso de Soissons) torna-se, nas *Chroniques de France*, um grande guerreiro, “nobre de batalhas, glorioso de vitórias” e o modelo dos Luíses reis da França. Os autores se baseiam no primeiro nome: Clóvis = Luís e o transformam, já a partir do *Miroir historial*, em arquétipo dos reis da França. A história da ampola transportada de modo miraculoso para sua sagração adquire importância central, o estandarte de lis lhe é atribuído. No final do século 14, a idéia de que Clóvis é um santo já está bem enraizada e seu culto é provavelmente celebrado – sem qualquer consagração por parte da Igreja – em um certo número de santuários: Santa Genoveva em Paris, lugar de sua sepultura, em Moissac, em Joyenval... aproveitando-se da confusão eventual Luís-Clóvis. Primeiro conquistador do reino, sua lembrança reconforta durante os momentos difíceis do século 14.

Outro rei santo, mas de modo oficial (a canonização ocorre em 1297), é Luís IX. Os franceses encontram assim em sua história a justificação de seu sentimento nacional que se enraíza profundamente na consciência do passado.

Durante esse longo período entre os séculos 5º e 15, a história escrita na França desenvolveu-se consideravelmente, encontrou um público cada vez mais diversificado e cumpriu um papel na vida política. Todavia, se existe uma real cultura histórica, ela continua sendo privilégio de uma diminuta elite de clérigos eruditos e de aristocratas instruídos, aos quais se juntam, no século 14, funcionários reais e burgueses. Para a grande maioria da população, o conhecimento da História passa por outros veículos: imagens, monumentos, santuários, lendas, todo um saber, ainda recém-liberado da hagiografia e do maravilhoso, fundado sobre um messianismo que prefere as lufadas de ar das profecias a uma ressecante erudição.

## OS TEMPOS MODERNOS: DO HISTORIADOR DE CORTE AO ERUDITO

É em meio ao conturbado contexto da Guerra dos Cem Anos, e em seguida das guerras da Itália, que a história suscita enorme interesse na França, no final da Idade Média. Como vimos, é principalmente a partir do século 15 que ela encontra um público muito mais amplo. Este procura nos relatos históricos uma razão de esperança em meio a “tempos infelizes”, e os instrumentos de preservação de um orgulho nacional nascente. A renovação intelectual proporcionada pelo Renascimento favorecerá o desenvolvimento dos trabalhos dos historiadores, simultaneamente como reflexão sobre a história e como elaboração de um método crítico erudito. Tais progressos são refreados no século 17, quando a história volta a ser uma narrativa moralista e conformista. Apenas no século 18 haverá um novo encontro entre a reflexão teórica e a erudição, e que se manifestam as exigências científicas que sacodem o pensamento histórico e lançam as suas bases pelos dois séculos seguintes.

## A CONSERVAÇÃO DA TRADIÇÃO MEDIEVAL

### Os últimos cronistas

No século 15, *Thomas Basin* (1412-1483), bispo conde de Lisieux em 1447, é uma figura de proa do clero normando. Ele escreve um tratado em defesa de Joana d'Arc; inicia uma carreira política que ficou muito prejudicada pela ascensão de Luís XI, com quem os relacionamentos são difíceis. Em pleno exílio, ele redige, a partir de 1471, uma *Histoire de Charles VII* em latim, panegírico de um reinado reformador, e posteriormente uma *Histoire de Louis XI*, crítica amarga ao soberano que não soube reconhecer os seus merecimentos. Historiador original, ele escreve com a finalidade de compreender e explicar seu fracasso político. Seu trabalho continua importante, entre outros motivos, pelos retratos primorosamente elaborados e por suas digressões, nas quais ele exprime resolutamente suas opiniões sobre os regimes políticos.

Secretário de Luís XII, *Nicole Gilles* (?-1503) publica, em 1492, *Les très elegantes, très véridiques et copieuses annales des très preux, très nobles, très chrestiens et très excellens modérateurs des belliqueuses Gaules*, um sucesso imediato e durável, visto que catorze edições se escoarão até 1621. História de proezas e milagres, essa crônica contém muito de lenda e de epopéia, de gigantes e heróis. Seu sucesso é testemunha das preferências de um público mais sedento de belas narrativas do que de verdade histórica.

### Robert Gaguin (1433-1501)

Robert Gaguin é um precursor do espírito do Renascimento. Universitário, ele escreve em latim por vontade de universalismo. Almeja ver restaurada a grande tradição histórica da

Antigüidade ao buscar uma coerência desde a Idade Média até o século 16. Contudo, sua obra exhibe relativamente pouca erudição. Seu *Compendium* (1495) é escrito em um estilo elegante, à moda dos italianos, uma grande história da França em compilação às fontes tradicionais.

*Paul-Émile de Vérone*, na mesma época, entrega-se a semelhante projeto, porém introduz uma leitura historiográfica radicalmente diferente. Em seu *De rebus gestis Francorum* (1517), os santos e milagres que povoam as crônicas medievais desaparecem em proveito do estabelecimento de um relato conciso e lógico dos acontecimentos políticos. Esta história é fonte de inspiração para numerosos continuadores nos séculos seguintes, como por exemplo Jean Lemaire de Belges (*Illustration des Gaules et singularités de Troie*, 1509-1513), Girard du Haillan (*Histoire générale des rois de France*, 1576) e Mézeray (*Histoire de France*, 1643-1651).

Esta tradição historiográfica da crônica busca essencialmente construir uma narração, ou relato, coerente. De modo geral, esses autores não se preocupam com a erudição visto que, para eles, a história é antes uma oportunidade de exhibir mais suas qualidades literárias do que seu espírito crítico.

### Um precursor: Philippe de Commines (1447-1511)

Philippe de Commines é normalmente apresentado como o primeiro historiador em língua francesa. Ele rompe com a crônica medieval na medida em que para ele a reflexão é mais importante do que a narrativa ou o relato. Ele reduz a descrição dos acontecimentos ao essencial, descartando fatos pitorescos ou proezas diversas que faziam a alegria dos cronistas anteriores. Nascido em uma família de oficiais da Borgonha, conselheiro do duque da mesma região, ele é "comprado" por Luís XI após o en-

contro de Péronne em 1468. A partir desse momento ele assume um lugar de importância na corte da França, como embaixador e negociador do rei junto a diversas cortes européias entre 1472 e 1477. A morte de Luís XI, em 1483, causa sua desgraça, e ele desempenha apenas um papel momentâneo nas guerras da Itália. É a pedido de um astrólogo italiano, Ângelo Cato, arcebispo de Viena, que desejava escrever uma história do reinado de Luís XI, que Commines redige entre 1489 e 1493 suas *Mémoires*. Ele inaugura dessa maneira um novo gênero com um futuro promissor, o das memórias históricas. Commines nutre uma visão moralista da história, busca explicar o real e a encontrar as diferentes causas dos acontecimentos. Ele não se contenta com as leituras do período precedente, que consideravam os acontecimentos como manifestações da vontade divina. Ele inova pela atenção que dedica à análise psicológica e sua ausência de ilusões que se traduz pela célebre frase: "Quem tiver o lucro terá a honra". Uma geração antes de Maquiavel (1469-1527), ele descreve o príncipe ideal, desejoso de empreender reformas, tendo aprendido seu ofício com base em uma boa cultura histórica ("a mim me parece ... que um dos grandes meios de tornar um homem perfeito, é ter-lhe dado a ler os historiadores antigos, e aprender a comportar-se e vigiar e a realizar feitos conforme aqueles e pelos exemplos de nossos predecessores"), preferindo a negociação e a astúcia à guerra, escolhendo cuidadosamente seus conselheiros. Seu retrato de Luís XI é frequentemente citado:

O rei Luís IX, nosso mestre, humilíssimo no falar e no vestir, e que muito trabalhou para ganhar a fidelidade dos homens que poderiam servir-lhe ou causar-lhe algum dano (...). Ele era naturalmente amigo dos remediados, e menos inclinado aos grandes, que dele não necessitavam. Ninguém prestou maior atenção às gentes, nem se mostrou tão interessado em conhecer

ainda mais homens; verdadeiramente ele conhecia a todos vestidos de autoridade e de valor na Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, e os senhorios dos duques de Borgonha e Bretanha bem como seus súditos. (...) Em minha opinião, os trabalhos de sua juventude, quando fugiu de seu pai para o exílio de seis anos na corte da Borgonha, foram-lhe de grande valor; ele foi obrigado a agradar àqueles de quem dependia e aprendeu (o que não foi pouco) a se comportar na adversidade (*Mémoires*, Éd. de la Pléiade, Paris, 1952).

Além da fineza psicológica de suas personagens, Commines, ao descrever os diferentes povos europeus com seus temperamentos e regimes políticos, anuncia idéias que serão retomadas, a saber, a teoria dos climas e a preocupação com o equilíbrio europeu. Ele se apresenta como partidário de uma monarquia moderada e representativa.

## O NASCIMENTO DA HISTÓRIA MODERNA

### Os elementos da renovação

#### Um público diferente

O século 16 é um tempo forte do pensamento histórico francês. Ao contrário do período medieval, cujo público era majoritariamente eclesiástico mesmo que, por vezes, se abrisse a alguns leigos cultivados, o público do Renascimento pertence à burguesia parlamentar. Ele frequentou as faculdades de direito de Bourges, Valência, Toulouse, Orléans, e exibe sólidos conhecimentos de cultura clássica. Esses leitores aprenderam por meio do estudo do *mos gallicus* (corrente reformista dos estudos de direito francês) um método de trabalho, fundado sobre o estudo de

dos documentos originais e sua investigação crítica. Aqui os historiadores emprestam seu método dos filólogos, em particular Guillaume Budé que em *De Asse* (1515) havia feito uma exposição de seus princípios mais importantes. A história é uma disciplina que suscita seus mais vivos entusiasmos. É onde eles buscam argumentos que possam ser utilizados como fundamentação de suas convicções políticas e nacionalistas. Eles também acreditam que a história oferece uma oportunidade de satisfazer sua imensa curiosidade sobre a Antiguidade e as origens da França.

### A importância da nobreza togada

Em 1584, La Croix du Maine publica a *Bibliothèque Française*, um imenso dicionário bio-bibliográfico que apresenta 2095 autores. A amplitude do trabalho de levantamento testemunha a intensidade da atividade editorial na França, localizada desde os anos 1520-1530 no coração dos grandes ateliês de impressão, entre a Itália do Norte e a Renânia. Paris e Lyon passam a ser os centros nervosos da publicação. Ora, o levantamento realizado por Georges Huppert (*L'Idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973) mostra a importância quantitativa dos funcionários de toga. De 378 autores franceses identificados com segurança no período de 1540-1584, 178 são magistrados, oficiais, juizes, secretários de grandes senhores, ou membros do Parlamento de Paris. Após uma análise mais precisa e considerando as pertencas simultâneas (exemplo: um secretário do rei que é também um magistrado do interior), Georges Huppert conclui que 80% dos autores desse período fazem parte dos meios da nobreza de toga. Entre 1550 e 1570 são editados na França 271 livros de história em primeira edição e 386 reimpressões, símbolos desse entusiasmo pela história que acompanha o sucesso do humanismo do Renascimento.

### Outro contexto político

Vários são os elementos que favorecem esse renovado interesse pela história. A dinastia dos Valois busca na história uma defesa, ao mesmo tempo, para uma legitimidade frágil e a expedição aventureira – e infeliz – das guerras da Itália. A construção do Estado monárquico, reorganizado no século 16, ocupa lugar de destaque nas preocupações históricas entre os servidores do Estado. As guerras de Religião (1562-1598) que se iniciam após a morte de Henrique II (1560) e o período de transtornos que envolve a França até o início do século 17 fazem com que os espíritos busquem o socorro e o reconforto proporcionados pela história. Os autores buscam redigir uma história que insiste sobre a continuidade da França apesar dos contratempos passageiros, e tentam dar um sentido aos tempos difíceis de então. Toda uma memória coletiva se constrói, fruto de uma vontade política: a dos reformadores do Estado. A história contemporânea recupera a força, mais particularizada nos memorialistas (Agrippa d'Aubigné, Du Bellay, Blaise de Monluc, Montaigne, etc.), mais ambiciosa por parte daqueles que querem logo de saída escrever obras de historiadores, como o presidente de Thou que escreve em latim uma história de sua época: *Historia mei temporis* (1553-1617), destinada a um enorme sucesso e que será traduzida em francês somente em 1734.

### Outras exigências intelectuais

O humanismo italiano, cuja influência é amplamente ressentida na França no século 16, reavivou o interesse pela Antiguidade clássica. Plutarco é lido sofregamente na grande tradução francesa de Amyot (1559, *Vie des hommes illustres*). Da Itália

surge uma tradição de *patriotismo* – como o testemunham as narrativas de Guichardin sobre Florença – que incentiva à busca das “antiguidades nacionais”. Os humanistas criam igualmente um método crítico; dentre eles, Lorenzo Valla que prova a falsidade da *Doação de Constantino*. Este documento, forjado nos ateliês pontifícios no século 12, afirmava que o imperador Constantino havia doado ao Papa Silvestre os territórios de Roma e de toda a Itália. Os defensores do poder pontifício escoravam-se nesse texto para defender a validade de sua tese em meio à violência do conflito entre o papa e o imperador.

O *protestantismo* exerce também um papel importante nessa renovação na medida em que insiste sobre o retorno aos textos e documentos originais e a necessidade de uma interpretação crítica.

A esses novos métodos, acrescentam-se igualmente as conseqüências intelectuais dos *grandes descobrimentos*. Muito além da simples curiosidade ou do desejo de evasão pelas narrativas de viagem, a descoberta de mundos desconhecidos resulta num questionamento sobre os fundamentos da civilização ocidental. A história das civilizações e seu estudo comparado começam a ser escritas com uma perspectiva totalmente diferente da história eclesiástica medieval. Nicolas Vignier, historiógrafo de Henrique III, é um exemplo que, em sua *Bibliothèque historique* (1588), ensaio de história geral das civilizações, decide incluir apenas o que seja verificável historicamente da história das religiões. Retirada das mãos dos teólogos, a história se laiciza.

### A invenção da história nova

Alguns historiadores e juristas entrelaçam erudição, exigências críticas e reflexão teórica e fundam, no século 16, uma história nova.

### Étienne Pasquier (1529-1615)

Étienne Pasquier fez estudos aprofundados de direito na universidade de Paris, em seguida na Itália, e formou-se em direito em 1549. Parlamentar, advogado geral do Tribunal de Contas em 1585, ele pertence ao meio da toga cuja formação intelectual e idéias políticas conduzem à história. Ele decide realizar uma investigação aprofundada sobre as origens da França. “Todos os acontecimentos que vi na França, para inscrever no templo da memória” (II, 876, C). Seu trabalho é uma antologia de ensaios sobre os mais variados temas: folclore, jogos, história dos costumes, provérbios e canções, instituições, etc. Ele é o primeiro a aplicar à história o novo método dos juristas e filólogos. Ele cita, na abertura de cada capítulo, os documentos “inserindo citações ao longo do escrito”, depois entrega-se a seus comentários. Para evitar alegações de invenção, ele se limita a “nada dizer de importante que não possa ser provado”. Mais do que realizar apenas uma reprodução a mais das narrações ou relatos tradicionais sobre a história da França, ele abre questões, cria problemáticas e em seguida sugere soluções, fundamentando-se sobre uma análise crítica dos documentos. O título da obra em si é uma revolução e um programa: *Recherches de la France*. Inovadora é também sua determinação de escrever em francês: “O grego era a língua diária de Hipócrates e Platão; o latim, a de Cícero e Plínio” (II, 3, A). *Escrever em francês* é uma resposta a uma vontade política, como escreve a um amigo em 1502: “Qual o quê? Poderíamos levar o nome de franceses, ou seja, francos e livres, e submeter nossos espíritos [a uma língua estrangeira]?” Rompendo com a tradição historiográfica, Pasquier abandona troianos e francos para começar a história da França com os gauleses. Deixa de lado as fontes lendárias e escolhe os *Com-*

*mentaires* de César, cuja qualidade é por ele apreciada. Ele assim faz uma distinção entre a história da nação e a história de seus reis e busca chegar até as origens mais remotas da França, além das crônicas conhecidas. Sua iniciativa é comparável à de Tucídides ao iniciar seu relato sobre a guerra do Peloponeso com uma história dos antigos atenienses desde os tempos míticos. Esta opção explica-se em função de uma questão fundamental: o que é a França? Ela não poderia ser reduzida a seu território, nem a seus reis. Ela se define por sua história e pela continuidade secular de suas instituições, certeza essa que encontramos em sua conclusão: “O sucesso da França até aqui tem dependido do vigor de suas instituições, dentre as quais principalmente o Parlamento sob suas diferentes formas”. Pasquier, historiador nacionalista, insiste sobre as qualidades de uma França dotada de instituições originais e eficientes, sendo que dentre elas se destaca o Parlamento. Ele o compara às assembleias anuais dos druidas e, a este título, o transforma em guardião das liberdades galicanas, assembleias que se prolongaram nos conselhos medievais. Ele anota que esse papel central do Parlamento “é a causa pela qual alguns estrangeiros (alusão a Maquiavel: *Tableau des choses de la France*, c. 1512), discorrendo a respeito de nossa república, acreditaram que desta instituição intermediária entre o rei e o povo dependia toda a grandeza da França”.

Autor original, dedica toda a sua vida às *Recherches*, cujo primeiro tomo é publicado em 1560, o segundo aparece em 1567, e somente em 1607 todos os sete tomos estarão editados. A obra, que suscita imediatamente grande interesse, é reeditada até 1621, e tem sua última edição em 1723. Com sua mente livre, ele procura colocar cada documento dentro de um conjunto maior para somente depois emitir seu parecer. Procede do mesmo modo no caso de Joana d’Arc. Ele é o primeiro historiador a ter baseado

seu estudo sobre as peças do processo e a colocar a questão da personalidade de Joana. A respeito desta, ele conclui:

Qual julgamento podemos fazer a seu respeito... e de maneira desapaixonada? Nada, a não ser que ela acreditava que suas vozes vinham de Deus... Quanto à lição da história de Joana: disse no começo deste capítulo que Deus interveio de maneira miraculosa no restabelecimento da França, pois, sob um Rei dado unicamente a seus prazeres e que (...) se deixava levar pelos seus favoritos, Deus enviou bons e fiéis capitães para socorrê-lo, e mesmo nossa Pucelle. Mas o milagre teria sido maior se Henrique o quinto, novo conquistador de uma grande parte da França, pudesse ter transmitido sua conquista a sua posteridade, deixando na hora de sua morte um sucessor aos seus Estados, uma criança de apenas dezesseis meses.

Pasquier é assim moderno em suas conclusões: apesar das inegáveis referências à intervenção divina, é principalmente à ação dos homens e ao desenrolar dos acontecimentos que a França deve sua salvação: bons capitães, um herdeiro demasiadamente jovem na ocasião da morte prematura de seu pai. Deus continua presente, mas de alguma maneira em segundo plano.

## Os teóricos da história

A grande originalidade do pensamento histórico do século 16 consiste em estabelecer um liame entre *erudição e reflexão*. Os tratados sobre o método histórico (*Artes historica*) proliferam. Nessa avalanche, apenas dois autores lançam os princípios do método moderno: Boudouin (*De institutione historiae et eius cum jurisprudentia cognitione*, Paris, 1561) e principalmente Jean Bodin.

## Jean Bodin (1530-1596)

Ele contempla a história com os olhares de jurista profissional: “O melhor do direito universal encontra-se oculto na história”. Insiste freqüentemente sobre seu papel fundamental: “É graças à história que o presente se elucida, e o futuro se antevê”. Conhecido principalmente por seus trabalhos de economia e de ciência política (*Réponse au paradoxe de Monsieur de Malestroit*, 1568; *La République*, 1576), ele é também o autor de um dos primeiros tratados de reflexão sobre a história: *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (Método para uma fácil compreensão da história). É uma obra de erudição, escrita em latim para um público erudito, que principia arrancando a história das mãos dos teólogos, lembrando que ela “explica as ações dos homens que vivem em sociedade”. Os teólogos deverão ocupar-se da história sagrada, que é de outra natureza; e os sábios, da história natural. Bodin lança os grandes princípios da história das civilizações e procura definir o início do passado humano, o começo da História. Ele constata que cada país constrói uma cronologia própria em função dos acontecimentos de sua história, sendo que a condição essencial é que a sociedade fosse “polida” (hoje diríamos civilizada). Realiza-se assim uma ampla reflexão de história universal: “Visto que as ciências e as artes aparentemente principiam entre os caldeus, assírios, fenícios e egípcios, começaremos nosso estudo pela história desses povos”. O estudo dos hebreus vem em seguida, e Bodin refuta as leituras tradicionais das eras da humanidade e da sucessão dos impérios. Ele ironiza a aspiração dos autores medievais à história universal e verifique que, considerando o poderio e a riqueza do século 16, o sultão tem mais razão em aspirar a ser o herdeiro de Roma do que os alemães. Ele destrói o mito da época de ouro:

Eis os vossos famosos séculos de Ouro e de Prata! Os homens viviam então dispersos nos campos e florestas como se fossem animais selvagens, e eles não tinham outra propriedade privada além daquela que conseguissem manter pela força bruta ou pelo crime: foi necessário grande espaço de tempo para arrancá-los desses costumes selvagens e bárbaros e habituá-los aos costumes polidos, a uma sociedade bem organizada, tal como hoje conhecemos (apud Georges Huppert).

No esboço de sua história universal, Bodin defende a idéia de que é preciso integrar o conjunto das sociedades e inicia uma enumeração que pretende ser exaustiva e cuja ordem é estabelecida pela entrada na civilização tal como o historiador a estabeleceu, apoiando-se em fontes e análise crítica: “Depois dos hebreus, virão os medos, os persas, os hindus e os citas, depois os gregos, os italianos, os celtas, os germanos, os árabes, os turcos, os tártaros e os moscovitas; por fim, os americanos, os africanos, e as populações da Índias” (idem, p. 107).

O primeiro historiador a ter posto em prática o método de Bodin é Loys le Roy (1510-1575) em sua obra intitulada *De la vicissitude ou variété des choses en l'univers et concurrence des armes et des lettres par les premières et plus illustres nations du monde, depuis le temps où a commencé le civilité et mémoire humaines jusques à present* (Paris, 1565). Trata-se do primeiro exemplo de trabalho histórico que pretende levar em consideração, em um grande ensaio comparativo, as diferentes civilizações conhecidas, tanto do antigo quanto do novo mundo. Uma ambição dessas proporções não encontrará eco no “grande século” que marcou também o recuo do pensamento histórico. Apenas com os filósofos do século 18, como Montesquieu, Bayle, Voltaire, tal iniciativa será renovada.



### La Popelinière (1541-1605) ou a *Idée de l'histoire accomplie*

No final do século 16, La Popelinière constrói uma das grandes obras históricas francesas do Renascimento. Seu propósito inicial é simples: “A história digna desse nome deve ser geral”. Ele acredita que os eclesiásticos são culpados pela debilidade da historiografia na medida em que atribuem um sentido providencial à história. Para ele, a questão se coloca em outros termos, essencialmente políticos. Os exemplos proporcionados pela história devem servir como *combustível da reflexão política*. Neste ponto, La Popelinière é um fervoroso admirador de Comynes. A obra original que ele redige se articula em torno de três temas diferentes: seu primeiro texto trata da história contemporânea: *La vraye et entière histoire de ces derniers troubles* (edições em Colônia em 1571, em Bâle em 1572, em La Rochelle em 1573). Huguenote, tendo participado nos conflitos da guerra civil, ele toma uma distanciamento para tentar compreender os acontecimentos dos quais foi testemunha e ator. Como Pasquier ou Bodin, ele acredita que somente o retorno às fontes antigas possibilita a compreensão do presente. Sua história será finalmente publicada ainda durante sua vida sob o título *Histoire de France*. Ela tem grande sucesso e não demora a ser plagiada pelos compiladores.

O segundo objeto de seus trabalhos históricos é uma ambição mais geral como indica seu título: *Histoire des histoires* (1599), que compreende dois tratados: *Idée de l'histoire accomplie* e *Dessein de l'histoire nouvelle des François*. La Popelinière lança os fundamentos de um método. A história está ligada ao desenvolvimento da civilização e, em um primeiro momento, uma sociedade ainda pouco civilizada preserva sua história com o auxílio de instrumentos rudimentares: cantos, provérbios, etc. Um bom exemplo disso são os cantos homéricos. Em seguida vem uma segunda fase, que ele denomina da história poética: escreve-se sem que haja necessariamente uma vontade de redigir

obra histórica – as profecias dos hebreus, os oráculos da Sibila... A fase posterior é a dos autores de anais que registram as narrativas sem a preocupação de hierarquizá-las. Enfim, com Heródoto, a história atinge sua maioridade. Mas, acredita La Popelinière, nenhum historiador da Antigüidade concebeu uma história geral, e a escrita dessa história nova, a “história perfeita” que deve ser universal, abre-se aos historiadores modernos. A história geral deve englobar todos os aspectos da existência (“Seria tolice limitar a capacidade da história, que é chamada de espelho do mundo, aos assuntos de uma única estação”), não se limitar ao contemporâneo como haviam feito os antigos, e atribuir um significado aos fatos e acontecimentos reconstituídos.

O terceiro objeto de sua reflexão, que coincide com os dois primeiros, é a abertura aos novos horizontes geográficos. A história dos novos mundos lhe parece constituir um campo particularmente interessante para a aplicação do método que ele preconiza. Em sua obra *Les Trois mondes*, de 1582, La Popelinière realiza a uma descrição histórica e geográfica do antigo e do novo mundo. “A terra é assustadoramente grande”, observa ele. Seus trabalhos históricos são testemunha dessa exaltação intelectual partilhada pelos homens do Renascimento. Os grandes descobrimentos tornam-se uma ocasião de reflexão sobre as estreitas relações entre presente e passado pelo descobrimento das novas civilizações. La Popelinière mediu com justeza a importância considerável dessa nova etapa para a história que, a seus olhos, deve ser “a representação de tudo”.

### O SÉCULO 17: DO DESINTERESSE À “CRISE DE CONSCIÊNCIA EUROPEIA”

Após o entusiasmo criador do Renascimento, o período chamado “clássico” marca um *tempo de estagnação para a reflexão historiográfica*.

## A história a serviço da monarquia absolutista

Ao contrário do que havia ocorrido na fase anterior, este período é marcado pela ausência de grandes obras históricas. O próprio público parece ter mudado suas apetências e ter se tornado menos exigente. Tal situação presta-se a diversas explicações devendo ser posta em relação com a evolução política da França. A monarquia absolutista não hesita em lançar mão da história. Trata-se não mais de celebrar a continuidade da nação, mas de glorificar o monarca. A história torna-se espetáculo, encenação destinada a servir ao ideal monárquico. É nesse espírito que o historiador oficial André Duchesne compõe as *Antiquités et Recherches de la grandeur et majesté des Rois de France* (1609). O padre Anselmo supervisiona uma grande *Histoire généalogique de la Maison de France et des grands officiers de la Couronne*. É também a moda das grandes pinturas históricas que são utilizadas com o mesmo propósito. Na decoração de Versalhes, Le Brun faz amplo uso de temas históricos, sejam da Antiguidade, como o “ciclo de Alexandre Magno”, sejam contemporâneos, como “as vitórias de Luís XIV”. Escrita e lida com espírito partidário, a história é utilizada conforme as ambições políticas dos diferentes meios. Jean le Laboureur (1633-75) redige uma *Histoire de la pairie de France et du Parlement de Paris* cujo objetivo é defender, no começo da regência, as teses da reação aristocrática, que buscava estabelecer uma polissinodia<sup>1</sup> cujo peso ajudaria a contrabalançar o poder real. A obra é publicada apenas em 1740, mas torna-se conhecida antes mesmo da publicação e amplamente comentada nos salões. Saint-Simon aprova suas idéias e nelas se inspira para reivindicar uma restauração do papel dos duques e dos pares.

1. Polissinodia: governo realizado por meio de conselhos em substituição aos ministros; houve uma breve experiência na França após a morte de Luís XIV sob a regência de Philippe d'Orléans, entre 1715 e 1718, que foi abandonada posteriormente.

A utilização política da história não é certamente algo novo, mas aqui a escrita da história serve ao conformismo dominante e rompe desse modo com o grande *élan* criador e as controvérsias do século 16.

## A questão das origens

A evolução da sociedade tem também sua parte de responsabilidade nessa nova situação. Não é o momento dos grandes debates nesse sociedade mais imobilizada do que as gerações anteriores. O campo religioso já superou a fase das discussões e das críticas, e a recusa da “libertinagem” (ou seja, da liberdade em matéria de crença religiosa) impera. O padre jesuíta François Garasse (1585-1631) refuta ponto a ponto os trabalhos de Pasquier (*Les Recherches des recherches et autres oeuvres de Me. Estienne Pasquier*, Paris, 1622), que ele considera perigosos por contestarem as idéias estabelecidas. As origens da nação são um assunto intensamente debatido. Ao passo que o século 16 havia progredido nesse campo ao desenvolver a tese das origens gaulesas, o século 17 prefere as origens troianas e francas, que parecem mais nobres. Nesse debate a erudição não tem lugar. Trata-se unicamente de considerar como verdadeiro tudo o que parece verossímil e de buscar no discurso histórico a confirmação das idéias estabelecidas. O infeliz Nicolas Fréret faz uma amarga experiência ao apresentar, em 1714, à Académie des Inscriptions, uma memória na qual ele demonstra o absurdo das origens troianas e defende as origens gaulesas. Sua publicação resulta-lhe em alguns meses de prisão na Bastilha. A Académie o transformará posteriormente em seu secretário perpétuo, mas seu texto será publicado apenas depois de sua morte em 1796.

A grande controvérsia no século 17 sobre a questão das origens acontece entre Boulainvilliers e o abade Dubos. O pri-

meiro defende a tese aristocrática da usurpação do poder pela monarquia. Em suas origens, a sociedade teria sido dirigida pelos nobres francos, e apenas seus descendentes – a aristocracia francesa – teria o direito de participar do governo da França (*État de la France... avec des mémoires historiques sur l'ancien gouvernement de cette monarchie jusqu'à Hugues Capet, 1727*). Descendente dos gauleses derrotados, ao terceiro estado resta, segundo esse critério, apenas o direito de obedecer. O abade Dubos apresenta uma versão diametralmente oposta das origens da nação (*Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules, 1734*): ele estabelece uma continuidade desde os gauleses, herdeiros do império romano, aos reis merovíngios. No século 10º, usurpando os cargos que lhe haviam sido confiados pelos reis, os senhores estabelecem seu poder sobre as populações. As idéias de Dubos são retomadas pelo marquês de Argenson em suas *Considérations sur le gouvernement ancien et présent de la France* (1764).

### O lugar da história

Muito além do interesse histórico das origens da França, é o debate político do século 18 como um todo sobre a crítica da monarquia absolutista que se escreve sob o pretexto de estudo histórico. Cada qual escolhe na história aquilo que mais lhe agrada. As famílias aristocráticas recuperam o antigo costume de fazer registrar, por historiadores especialmente comissionados, os grandes feitos de seus ancestrais e suas genealogias. De certo modo os historiadores fazem o mesmo à medida que retornam as crônicas tradicionais, abandonam o estudo dos documentos originais para se entregar às grandes compilações encomendadas, nas quais o estilo é mais importante do que o fundo. A história abandona as pretensões críticas para voltar a ser

um gênero literário. Mézeray (1610-1683) escreve uma grande *Histoire de France* (1643-1651), um dos grandes sucessos da época e será reeditada até 1830. Luís XIV, ainda criança, lia ao anoitecer a *Histoire* de Mézeray. Com certeza muito poderia ser discutido a respeito da exatidão histórica de Mézeray, mas o que realmente agradou aos leitores foi justamente essa iniciativa de vulgarização, alijada de qualquer pretensão de erudição. Contudo, essa tomada de liberdade com os fatos justificou o amargo julgamento de Fontenelle:

Como impressiona a lentidão dos homens para chegar a alguma conclusão razoável, por mais simples que seja! Conservar a memória dos fatos, tal como estes ocorreram, não é grande maravilha; contudo, séculos hão de passar antes que estejamos em condições para tal e, até lá, os fatos dos quais guardaremos a lembrança não serão senão visões e extravagâncias... (apud Paul Hazard).

Além da busca de legitimidade por parte do absolutismo régio, existem outras razões que explicam essa estagnação da historiografia clássica. Primeiramente, a necessidade de *assimilar as conquistas críticas* do período anterior. Isso ocorre lentamente, na tranqüila discrição dos lugares de erudição, entre os quais se destacam as bibliotecas dos jesuítas e beneditinos, e explica a rápida e fértil renovação do espírito crítico com a geração de 1680. Essa atitude, diga-se, não é exclusiva do campo histórico. Paul Hazard, em sua grande obra sobre as correntes de idéias no século 17, *La Crise de la conscience européenne, 1680-1715*, observa já nas primeiras linhas: “Ao que parece o espírito clássico ama a estabilidade: ele ambiciona ser a própria estabilidade. Depois do Renascimento e da Reforma, grandes aventuras, chegou o momento do recolhimento” (reeditado por Fayard, 1978, p. 4).

Deve-se acrescentar a esta atitude a paixão do século 17 pelas ciências e a racionalidade matemática que provoca uma

desvalorização da história, concebida como um relato, ou narrativa ingênua, podendo abrigar em si todas as fantasias e erros. Para Descartes, ela já não apresenta nenhum interesse e permanece fora do campo de suas preocupações. Malebranche a ataca violentamente e faz um julgamento impiedoso: “A causa principal que engaja os homens em falsos estudos é que eles atribuem a idéia de erudição ao que são apenas conhecimentos falsos e infrutíferos, em vez de reservá-la para as ciências sólidas e necessárias” (*Recherche de la vérité*, livre IV, chap. VII, apud CHAUNU, Pierre. *Histoire et science sociale*. Paris: SEDES, 1974). Este sentimento de hostilidade para com a história é detectado nos meios religiosos de que o padre B. Lamy faz eco ao escrever os *Entretiens sur les Sciences* (1684): “A história é um apanhado de tolices e de virtudes dos homens. De que ganha ao homem encher-se dela, se não puder digerir todas essas coisas por meio de um sólido julgamento...? [...] Elas provocam em seu espírito uma como que indigestão”. Esta crítica à história encontra-se também na classificação das ciências proposta por Francis Bacon (1521-1626), e é retomada por d’Alembert em seu *Discours préliminaire de l’Encyclopédie*, a história é posta em relação unicamente com a memória (e não a imaginação ou a razão) e é desvalorizada diante das ciências por ser reduzida a uma simples função narrativa.

Distante da erudição: escrever história no “grande século”

#### Um discurso narrativo

O padre Le Moyne descreve com clareza a preocupação dos historiadores de sua época: “A história é uma narração sequencial das coisas verdadeiras, grandes e conhecidas, escritas

com inteligência, eloquência e equilíbrio, para a instrução dos particulares e dos príncipes e para o bem da sociedade civil”. (*De l’Histoire*, Paris, 1670). Saint Réal, o padre Maimbourg, Vertot, Mézeray escrevem grandes compilações com o propósito de distrair ou edificar seus leitores, como mostra uma passagem da *Histoire de François I*, de Varillas, que compara Carlos V a Francisco I: “A Providência não se contentou em fazê-los nascer na mesma época, no mesmo reino e em estreita relação de sangue; mas ela quis que eles buscassem constantemente superar-se mutuamente; isso é tão verdadeiro que no instante que um deles tivesse sido posto fora das fileiras, o outro perderia suas virtudes aos olhares de seus contemporâneos e não cometeria senão erros...” (apud HAZARD, Paul, p. 28). Varillas ambicionava ser o Plutarco de seus heróis, e, nesse empreendimento moralista, inexistia a preocupação com uma precisão fundada sobre a erudição. Vertot age da mesma maneira em uma historieta que, à força de ser citada, deu origem a uma célebre expressão: quando ele acabava de redigir uma ampla história de Portugal, de Malta e de Rodes, apresentam-lhe documentos inéditos sobre o cerco de Rodes, que ele recusa dizendo: “meu cerco já está feito”.

#### Uma história cristã

Quando Bossuet é encarregado da educação do Delfim, redige para ele o *Discours de l’histoire universelle* (1681), considerado o último grande ensaio de história cristã escrito conforme os padrões da tradição medieval. Para Bossuet, a história é fruto da vontade divina e o papel do historiador é de narrar esse desígnio providencial:

Pois esse mesmo Deus que predispôs o encadeamento de toda a criação, e que, todo poderoso em si mesmo, desejou, para estabe-

lecer a ordem, que as partes de um todo tão grandioso dependessem uma das outras; esse mesmo Deus quis que o curso dos acontecimentos humanos tivesse ordem e proporção: quero dizer que os homens e as nações têm tido qualidades proporcionais à grandeza do destino a que estão chamados; e que, com a exceção de certas intervenções extraordinárias nas quais Deus desejou que o poder de sua mão ficasse patente, não existem mudanças no mundo dos homens cujas causas não devam ser procuradas nos séculos anteriores (apud J. Ehrard e G. Palmade).

É dessa maneira que ele explica o encadeamento dos impérios e a queda de Roma:

Primeiramente esses impérios tiveram, em sua maior parte, uma ligação necessária com a história do povo de Deus. Deus se serviu dos assírios e dos babilônios para castigar esse povo; dos persas para restabelecê-lo; de Alexandre e de seus primeiros sucessores para protegê-lo; de Antíoco e de seus sucessores para exercitá-lo; dos romanos para garantir sua liberdade contra os reis da Síria que queriam a todo custo destruí-lo. Os judeus permaneceram até a época de Jesus Cristo sob o poderio dos mesmos romanos. Quando eles o crucificaram, os mesmos romanos emprestaram suas mãos, sem o saber, à vingança divina e exterminaram esse povo ingrato [...] (apud J. Ehrard e G. Palmade).

Bossuet escreve assim uma história partidária, em particular em sua *Histoire des variations des Églises protestantes* (1688).

### A história: instrução moral e política

Enquanto é considerada gênero literário, a história exerce um papel essencial na educação: “Ela deve ser uma lição de mo-

ral e de política”, afirma Mably (*De l'étude de l'histoire*, ensaio dedicado ao príncipe de Parma, 1778). Mas, para instruir, a história deve dar prazer, e em sua obra *De la manière d'écrire l'histoire* (1782), Mably oferece alguns conselhos:

Nunca [...] haverá história que seja ao mesmo tempo instrutiva e agradável sem arengas. Tentai eliminá-las de Tucídides e te-reis apenas uma história desprovida de alma: [...] O historiador, com uma máscara emprestada, por vezes remontará aos primeiros princípios do direito natural, e dará a conhecer sob quais condições a natureza concede a felicidade às sociedades. Por vezes, limitando-me a decifrar essa política das paixões que governam e agitam o mundo, eu descobrirei pelos seus caprichos e seus enganos sua marcha constante; e eu enxergarei antecipadamente nos discursos do personagem as causas do sucesso ou insucesso que o aguardam.

Fénelon faz algumas reservas sobre o abuso dos discursos (em *Projet d'un traité sur l'histoire*, 1714) e afirma sua preferência por uma história “nua e majestosa”. No entanto, em seus *Dialogues des morts* (1700-1712), ele não hesita em fazer uso de uma certa ênfase retórica, como quando Rômulo apresenta sua obra, a fundação de Roma: “Eu tenho a glória de ter fundado uma cidade eterna, com um império que não conhecerá outras fronteiras além das do próprio universo; eu venci os povos vizinhos e, a partir de um bando de criminosos, criei uma nação invencível”. Assim os autores, mesmo tendo conhecimento dos inconvenientes científicos, continuam a utilizar o procedimento do discurso reescrito e atribuído a um personagem histórico permitindo o que julgava ser uma demonstração mais elegante e mais clara de suas idéias.

### O que pensar dos historiadores clássicos?

De fato, o gosto dos historiadores do século 17 pelo estilo belo e a elegância da escrita continua sendo uma exigência que sobrevive a eles. Voltaire, que no entanto trabalhou para unir história e erudição, escreve a Argenson: “Mézeray e Daniel me entediam: é que eles não sabem nem descrever nem excitar as paixões. O que se precisa na história é o mesmo que se encontra no teatro: exposição, trama, desfecho” (1740). Voltaire, aqui, não está distante de Saint-Réal, autor de uma história da Conjunção dos Espanhóis contra Veneza (1674), que insistia sobre a importância da nobreza de seu relato da unidade de ação que dá sustentação ao centro de interesse. A qualidade literária de sua obra a transforma, inclusive, num dos grandes clássicos da literatura histórica, reeditado até o século 19 e lido com prazer por Stendhal. M. Cordonoy, leitor do Delfin, é explícito:

É melhor empregar o tempo na composição, e a reorganizar os fatos da história, do que pesquisá-los; é melhor também cuidar da beleza, força, clareza e brevidade do estilo do que parecer infalível naquilo que se escreve (apud Paul Hazard).

Não se duvida que esses historiadores do grande século tenham normalmente padecido de anacronismo, procurando confirmar sua concepção sobre a natureza humana apoiando-se sobre os precedentes históricos, recusando-se trabalhar sobre documentos originais. O padre Daniel (1649-1728), autor de uma *Histoire de la milice*, que se tornou referência (1721), orgulha-se de ter explorado em apenas uma hora os arquivos da biblioteca do rei! Eles contribuíram, contudo, para conservar no público o gosto da história por seus trabalhos de vulgarização elegante e, se por um lado descuidaram da erudição, outros paralelamente prosseguiram nos canteiros abertos no século 21.

### Os “antiquários”, conservadores da herança erudita

Os pesquisadores da época do Renascimento tiveram uma posteridade preocupada em prosseguir sua obra. Apaixonados por antiguidades (história greco-romana), apoiando-se em fontes as mais diversas – escritos como também vestígios arqueológicos, moedas, etc. –, são os “antiquários”, como eram chamados na época, que lançaram os fundamentos da erudição moderna. Eles fundaram e anexaram as disciplinas consideradas mais úteis para a história: numismática, epigrafia, paleografia, diplomática e outras, todas elas disciplinas auxiliares a serviço da história. É a tais especialistas de coisas antigas que devemos o retorno sistemático aos documentos originais e a importância fundamental atribuída ao fato histórico.

### O papel das equipes coletivas

Rapidamente a tarefa desses “antiquários” se revela considerável e não mais pode ser realizada sem ajuda. Embora subsistam alguns eruditos solitários como Nicolas de Peiresc (1580-1637), em Aix-en-Provence, mas na maior parte dos casos o esforço é coletivo, às vezes abarcando toda uma família como os irmãos Dupuy, que administram a imensa biblioteca do presidente de Thou, para em seguida serem nomeados em 1645 guardiães da biblioteca do rei. Contudo, os maiores progressos acontecerão dentro das bibliotecas dos jesuítas e dos beneditinos.

É preciso insistir sobre a importância do papel que assumirá a controvérsia religiosa. A partir da Reforma, os autores se curvam sobre a história sagrada em busca de argumentos favoráveis às suas idéias; a exegese bíblica se desenvolve, bem como os grandes trabalhos de erudição crítica realizados por sábios ca-

tólicos em resposta à crítica protestante, particularmente contra o culto aos santos. É assim que se conceberam as *Acta Sanctorum*, cujos dois primeiros volumes, por iniciativa do jesuíta Héribert Rosweyde (1607), são redigidos pelo padre Bolland e publicados em Anvers em 1643. Depois dele os “bolandistas” continuarão durante dois séculos esse vasto recenseamento crítico da vida dos santos. Os jesuítas são dessa forma responsáveis por numerosos trabalhos históricos de qualidade. Citemos a título de exemplo a *Histoire du Concile de Trente*, do padre Sarpi (1619), que marca também o interesse desses eruditos eclesiásticos pela história contemporânea já no período da Contra-Reforma. Em Paris, o padre Sirmond escreve os *Concilia antiqua Galliae* (1629). Vastas antologias de fontes são editadas e transformam-se em instrumentos indispensáveis dos pesquisadores. Os oratorianos A.-L. e D. de Sainte Marthe revisam, a partir de 1672, a *Gallia Christiana*, publicada por seu pai e seu tio em 1656. Em Port-Royal, forma-se uma equipe composta por Le Nain de Tillemont, G. Hermant, Th. du Fossé. Le Nain de Tillemont publica, entre 1693 e 1712, as *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles*.

A erudição está, portanto, muito viva no século 17, como o testemunha a qualidade das obras produzidas, mais particularmente a partir da grande virada dos anos 1680. Alguns instrumentos de trabalho são então editados: um glossário do baixo latim (*Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis*, 1678) e outro do grego tardio (*Glossarium ad scriptores mediae et infimae graecitatis*, 1688), ambos de Du Cange (1610-1688). La Curne de Sainte Palaye compõe seu *Dictionnaire Historique de l'ancien langage*; Moreri, seu *Grand dictionnaire historique* (vinte edições entre 1674 e 1759). Em um primeiro tempo, os trabalhos são realizados conforme padrões estabelecidos pelos eruditos, depois as linhas de pesquisa se constituem programa de equipe como a *Histoire littéraire de la France*, iniciada em

1733, pelos beneditinos de Saint-Maur. A nova geração desenvolve então um senso crítico mais aguçado. Tal é o caso de Richard Simon, oratoriano, cuja *Histoire critique du Vieux Testament* (1678) valeu-lhe a expulsão de sua ordem religiosa e a condenação de sua obra pela Congregação do Índice (1683). Ele é criticado por ter pretendido fazer um estudo crítico dos textos sagrados a partir de um método filológico.<sup>2</sup>

### Papenbroeck (1628-1714) e Mabillon (1632-1707)

Enquanto se multiplicam as publicações eruditas que suscitam imenso interesse, começa-se a sentir a urgente necessidade de um método crítico. O jesuíta Daniel van Papenbroeck, membro da equipe das *Acta sanctorum*, propõe um método em seu tratado: *Sur le discernement du faux et du vrai dans les vieux parchemins* (1675). Ele se entrega a uma hiper crítica dos documentos antigos, que o leva a duvidar da autenticidade de todos os diplomas reais merovíngios. Posição extremada que provoca uma viva controvérsia dirigida pelos beneditinos da congregação de Saint-Maur em Saint-Germain-des-Près. Estes se sentem envolvidos na medida em que sua edição das *Acta Sanctorum ordinis S. Benedicti* (a partir de 1668) é autoridade no assunto. Bernard de Montfaucon (1655-1741) publica grandes estudos eruditos: *L'Antiquité expliquée et représentée en figures* (1719-1724), *Monuments de la Monarchie française* (1729-

2. A filologia, cujas regras foram estabelecidas pelos humanistas no século 16, estuda a língua enquanto instrumento e meio de uma literatura, e realiza uma crítica e interpretação do texto a partir do vocabulário utilizado, das construções gramaticais, etc. Em um primeiro momento, os estudos filológicos se voltaram para os textos da Antiguidade, antes que fossem aplicados à crítica interna da Bíblia.

1733) e *Paleographia Graeca* (1708). Deve-se igualmente aos beneditinos de Saint-Maur *Le Recueil des Historiens des Gaules et de la France* (a partir de 1738), *L'Art de vérifier les dates* (4 edições entre 1750 e 1844). Com sua experiência de erudito, Dom Mabillon responde a Papenbröeck com a sua *De re diplomatika* (1681). Fundamentando-se em um *corpus* de mais de duzentos diplomas institucionais, ele coloca os termos da classificação dos diplomas em grandes famílias. Ele afirma ser necessário agir com prudência crítica fundamentada sobre um método de análise emprestado a Descartes e sua teoria da “regra de enumeração”, segundo a qual “devemos selecionar exclusivamente o que for necessário e suficiente para a solução de um problema, evitando as lacunas”. Ele estabelece o princípio segundo o qual duas fontes independentes podem ser consideradas verdadeiras quando existe acordo entre ambas. Ao final de sua demonstração, dom Mabillon refuta a hiper crítica de Papenbröeck e sugere que se admita a autenticidade dos documentos aos quais terão sido aplicadas regras precisas de estudo do pergaminho, de língua, escrita, fórmulas, sobrescrito, cronologia, bem como de tinta e papel. Diante do rigor da demonstração, Papenbröeck se inclina e as regras da diplomática (método para decifrar os antigos diplomas, os atos oficiais dos mosteiros, da Igreja, dos príncipes, etc.) ganham estabilidade durável.

### A fundação de instituições

Esse clima favorável abre caminho ao aparecimento de instituições que abrigam e incentivam, agora oficialmente, os esforços de pesquisa enquanto que, paralelamente, a utilidade do ensino da história começa a fazer-se sentir. O elemento princi-

pal das instituições é a fundação, em 1663, por iniciativa de Colbert, da *Académie royale des inscriptions et belles lettres*, também conhecida como “*petite académie*”. Em 1701, ela se torna autônoma, composta por quarenta membros. Rapidamente ela se transforma em verdadeiro centro de pesquisas com um programa de publicações (o *Plan des travaux littéraires ordonnés par Sa Majesté*, 1782). É sob sua égide que se publica a *Recueil des ordonnances des rois de France*, elaborado pelo “Cabinet des Chartes royales”. Ela publica as memórias de eruditos e encoraja a abertura ao mundo e às ciências novas, a colaboração com os intelectuais e pesquisadores europeus. Seus membros são freqüentemente de alta qualidade, como Galland, tradutor do *Alcorão* e das *Mil e uma noites*, Anquetil Dupéron (1731-1805), que traduz os textos indígenas, E. Fourmont, um dos primeiros sinólogos. Enquanto se estende a querela dos “antigos” e dos “modernos”, a *Académie des inscriptions* é resolutamente moderna, aberta aos trabalhos da hiper crítica e do questionamento das leituras tradicionais. Em 1723, Levesque de Pouilly remete à *Académie* uma memória sobre a história dos primeiros séculos de Roma, na qual explica por que não se pode admitir as fábulas dos começos de Roma e qual é o grau de incerteza do sábio em relação a este período. A Academia oferece desse modo um quadro institucional para a publicação de fontes e de memórias históricas.

Na mesma época, desponta a necessidade de *bibliotecas especializadas*. J. N. Moreau convence em 1759 o inspetor geral E. de Silhouette a criar uma biblioteca das finanças para o depósito obrigatório dos textos legislativos, ao qual se acrescenta, em 1761, o “Cabinet des chartes”, depósito de textos oficiais, “monumentos da história de França”, conforme se dizia na época, em colaboração com a *Académie des inscriptions et belles lettres*. Seus bibliotecários separam os textos inéditos daqueles que já foram publicados e iniciam uma crítica interna e externa dos documentos inventariados.



O pensamento histórico da época moderna conheceu, portanto, dois momentos fortes: o Renascimento e a virada dos anos 1680-1715. Resta ainda uma etapa decisiva a ser superada, que é o entrelaçamento entre erudição e reflexão, primeiro passo que haviam tentado Étienne Pasquier e La Popelinière, mas que foi abandonado pelas gerações seguintes. O século 18 abre novos horizontes culturais com a história das civilizações.

## A HISTÓRIA ADULTA: DE VOLTAIRE A LAVISSE

O pensamento histórico do século 18 é invadido pela dúvida, e com isso surge a possibilidade de uma renovação fundamental na escritura da história. Se sucessivas mudanças políticas devidas à *Revolução Francesa* atraem um público diferenciado, as preocupações relacionadas à *história nacional* passam para o primeiro plano. É sob a ótica deste novo contexto que todo um aparato institucional se instala tornando possível o desenvolvimento da erudição e a elaboração de um método histórico mais confiável.

### NOVOS HORIZONTES

#### A história dos filósofos: uma história das civilizações

Todos os filósofos do século 18 demonstraram grande interesse pela história. Tinham a expectativa de encontrar respostas às suas questões sobre a sociedade, em particular sobre as *origens da nação* e da *história das civilizações*. Se a primeira é obje-

to de um debate político apaixonado, a segunda é ilustrada pelos grandes textos dos filósofos franceses.

### Montesquieu (1689-1755) e o determinismo histórico

Em seu *Do Espírito das Leis* (1748), Montesquieu investiga as fontes da civilização a partir da história dos sistemas jurídicos. Ele retoma o debate entre Boulainvilliers e o abade Dubos sobre as origens da nação francesa e propõe um meio-termo: os francos chegaram como conquistadores, mas eles também deram suas liberdades aos gauleses. No debate político do século 18, Montesquieu, portanto, classifica os francos como ancestrais longínquos de um liberalismo político rejeitado pela monarquia absolutista. Realiza numerosas pesquisas eruditas e defende suas conclusões com documentos originais. É um irredutível partidário do determinismo histórico:

Muitas coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras, resultando disso a formação de um espírito geral.

À medida que, em cada nação, uma dessas causas age com mais força, as demais lhe cedem outro tanto. Entre os selvagens, a natureza e o clima dominam quase sozinhos; as maneiras governam os chineses, as leis tiranizam o Japão; os costumes serviam de regra outrora na Lacedemônia; as máximas do governo e os costumes antigos o faziam em Roma. (Livro Décimo Nono, Capítulo IV)\*

\* Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 266. (Coleção Os Pensadores). (N.T.)

Montesquieu, que não é historiador, procura na história a confirmação de sua tese sobre as relações entre a nobreza e a monarquia (“o poder intermediário [...] mais natural é o da nobreza. De alguma maneira ela se encontra nas origens da monarquia”). É dessa maneira que a história reconquista o interesse no século 18: os filósofos nela enxergam um instrumento útil para a elaboração de seu pensamento.

### Voltaire (1694-1778) e a história universal

Voltaire é um dos primeiros a se conscientizar sobre a necessidade de entrelaçar erudição e reflexão filosófica. Ele se dirige ao mosteiro beneditino de Sénones para realizar suas pesquisas; encontra Dom Calmet (1672-1757), autor da *Histoire de Lorraine na Gallia Christiana*, e lança uma observação sarcástica sobre sua erudição: “Dom Calmet, abade de Sénones, então com a idade de oitenta e dois anos, jamais ouviu falar em Madame de Pompadour, mas escreveu dezenas de in-folio sobre os dois testamentos e até mesmo uma história universal”. Voltaire faz amplo uso da biblioteca de Sénones e descreve com cinismo suas verdadeiras intenções: “ir ao inimigo para se prover de seu arsenal”. Voltaire faz bom uso desse “arsenal”: seu *Siècle de Louis XIV* (escrito entre 1732 e 1739, e publicado somente em 1751 em Berlim) é a primeira tentativa que busca levar em consideração a vastidão do campo da pesquisa histórica. Ele fez uma ampla reflexão sobre o método histórico e o explica, em 1744, nas *Considérations sur l'histoire*:

Quero considerar aqui a história moderna, na qual não se encontram nem bonecas sedutoras de cortesãos, nem bispos corroidos pelos ratos [...] É bom que existam arquivos sobre todos os assuntos, a fim de que possamos consultá-los conforme as necessida-

des; e eu contemplo agora livros imensos como dicionários. Mas, após ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas, e ter tomado conhecimento do conteúdo de algumas centenas de tratados, vi que nem por isso meus conhecimentos haviam se enriquecido. A única coisa que aprendi foram os acontecimentos.

Voltaire defende ao mesmo tempo a consulta aos documentos originais, uma cronologia precisa e uma renovação dos assuntos tratados. Ele insiste sobre a importância da demografia, da vida quotidiana, das artes e das letras, ele queria uma *história total*, que não negligencia nenhum centro de interesse por menor que seja, e propõe *estender os documentos históricos a todos os campos da atividade humana*: registros do comércio e dos cartórios do estado civil. Limitar-se ao levantamento dos documentos não basta; eles devem ser úteis à reflexão sobre a evolução das sociedades e permitir compreendê-las. É preciso “ler a história como cidadão e como filósofo”, “conheceríamos assim a história dos homens, em vez de conhecer uma ínfima parte a história dos reis e das cortes. [...] A meu ver, seria preciso articular com arte esses conhecimentos úteis no tecido dos acontecimentos. Creio que esta é a única maneira de escrever a história moderna enquanto autêntico político e autêntico filósofo”. Ele defende a história do tempo presente:

Conhecer os feitos de Alexandre é tão importante quanto saber de cor os trabalhos de Hércules. Essa história antiga me parece, em comparação com a moderna, como velhas medalhas comparadas às moedas correntes: as primeiras estão nas saletas, as segundas circulam no universo para o conhecimento dos homens. Mas, para realizar tal empreendimento, são necessários homens que conheçam mais do que livros. É preciso que eles tenham o apoio do governo.

Ele coloca essas idéias em prática em seu *Siècle de Louis XIV*, obra composta de vários capítulos sobre a vida intelectual e artística, bem como sobre a situação material da época.

De sua obra histórica o texto mais importante é, sem dúvida, o *Essai sur les mœurs et l'esprit de nation* (1756). Voltaire propõe continuar a obra de Bossuet ao escrever uma vasta história universal que se apóia mais sobre “a sorte dos homens do que as revoluções do trono. É ao gênero humano que a história deveria ter dirigido sua atenção: é nele que cada escritor tem podido dizer *homo sum*; mas a maior parte dos escritores tem se preocupado exclusivamente com a narrativa de batalhas”. Voltaire afirma igualmente sua confiança nos progressos da humanidade. Ele abre também caminho aos historiadores do século 19, em particular Burckhardt (*La Civilisation de la Renaissance en Italie*, 1860), que reconhecerão sua dívida para com ele. Apesar da disparidade entre suas idéias, eles não deixarão de considerá-lo como um precursor.

#### Diderot (1713-1784) e d'Alembert (1717-1783)

A *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert testemunha a importância que os filósofos atribuem à história ao demonstrar interesse pelos fatos do cotidiano e pelas técnicas que começam a ser consideradas parte do campo das preocupações do historiador. Enfim, Condorcet, em seu *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1794), resume o esforço do século que termina e afirma a importância do pensamento histórico:

Se existe uma ciência da previsão dos progressos da espécie humana, de sua direção e impulso, a história daqueles que ela realizou deve ser sua base primeira. A filosofia deveu proscrever sem hesitação essa superstição que acreditava quase não poder encontrar re-

gras de conduta a não ser na história dos séculos passados e verdade a não ser nas opiniões dos antigos. Mas ela também não deve incluir na mesma proscricção o preconceito que rejeitava com orgulho as lições da experiência? [...] Até o presente momento, a história política, como a da filosofia e das ciências, tem sido apenas a história de alguns homens; o que forma verdadeiramente a espécie humana, a massa das famílias que subsistem quase que somente de seu trabalho, foi posta de lado.

Os filósofos do século 18 como Montesquieu e Voltaire escrevem a história da “civilização” com a finalidade de compreender sua época. Nessa perspectiva, a história é posta a serviço da noção de *progresso* rumo ao qual a humanidade tenderia no futuro. Eles basicamente buscam encontrar na reflexão histórica uma confirmação para as suas idéias políticas.

A historiografia francesa do século 18 carece de pessoas capazes de aliar a elegância da narrativa, a profundidade da análise e a qualidade da erudição, diferentemente da historiografia inglesa em que Edward Gibbon é considerado como um dos fundadores da historiografia contemporânea: *Histoire du déclin et de la chute de l'Empire romain* (1776-1788), que ainda hoje é lida com interesse. A incapacidade dos historiadores franceses do século 18 de construir uma ponte entre a erudição e a reflexão deu azo a uma grande controvérsia. A resposta depende de vários fatores: a inexistência de um autêntico ensino de história, uma história filosófica menos preocupada com a erudição do que com a interpretação. É preciso acrescentar, paradoxalmente, os progressos da erudição crítica que, destruindo com a força da razão as lendas e as fábulas, introduziram a dúvida metódica frente ao fato histórico.

## A importância da Revolução Francesa

### O vandalismo revolucionário

Os acontecimentos revolucionários comprometem parte dos progressos realizados nos séculos precedentes. Muitos documentos originais são queimados durante o Grande Medo do verão de 89. Depois de 1791, as ordens monásticas são suprimidas e as bibliotecas, dispersadas. Em 1793, o vandalismo revolucionário volta-se contra o Antigo Regime, e o anticlericalismo considera suspeita qualquer coisa que provenha da esfera religiosa. As academias são fechadas, assim como universidades e faculdades; o ensino fica suspenso. A emigração leva para fora das fronteiras francesas uma parte do público e dos eruditos, normalmente membros do clero. É no decorrer dessa fase que se subverte toda uma tradição intelectual que havia sido lentamente instalada. Além disso, as novas gerações tomam gosto pelos acontecimentos políticos, abandonam a calma das salas de estudo e escolhem as carreiras mais atraentes do cenário político ou das armas. As gerações da renovação do pensamento histórico do início do século 19 serão largamente autodidatas. Os trabalhos históricos se reduzem a compilações sem grande interesse como a *Histoire de France*, de Anquetil (1805). A história erudita faz um desvio de rota para a Alemanha, que será sua pátria durante todo o século 19. Os historiadores alemães desenvolvem um método derivado da crítica filológica, e insistem sobre suas próprias preocupações: encontrar uma resposta à questão nacional. Assim os *Monumenta Germaniae historica* – edição de documentos originais da história alemã publicada em 1819 – trazem em epígrafe: “*sanctus amor patriae dat animum*”, que poderia ser traduzido por “o amor sagrado pela pátria nos inspira”.

Após a tormenta revolucionária, os governos franceses sucessivos sentem a necessidade de encontrar soluções à questão

da gestão dos arquivos. Estes passarão a ser centralizados nas prefeituras, facilitando o acesso dos que desejam consultá-los.

### O ensino da história

Em 1762, a expulsão dos jesuítas provoca um amplo debate sobre a escola na França. A direção dos colégios por eles fundados torna-se atribuição do Parlamento de Paris. Ao mesmo tempo, seus rivais de sempre no campo do ensino, os oratorianos, apressam-se a ocupar o lugar então vacante. Publicam-se planos de ensino, dando maior importância ao ensino da história do que anteriormente. O colégio oratoriano de Juilly inclui a história como disciplina curricular.

A Revolução e o Império imporão modificações em seu ensino. Em setembro de 1791, em um relatório sobre a educação ante a Assembléia Constituinte, Talleyrand propõe sua introdução no currículo escolar clássico que se compunha principalmente de gramática, humanidades, retórica, lógica e geografia. Condorcet que, sob a Legislativa, está encarregado dos projetos de educação, sonha com um projeto muito ambicioso de reorganização geral dos currículos para permitir aos alunos uma abordagem mais unificada dos conhecimentos. A história se encontra classificada no grupo de ciências morais e políticas, junto com o direito, economia, ciências sociais, etc. Assiste-se, assim, à transformação da história filosófica em disciplina acadêmica.

Todo o período revolucionário concebe a história como uma história universal e uma história das civilizações. A história da nação, chamada a se desenvolver e a exercer um papel central no pensamento histórico do século 19 francês, continua sendo durante o período revolucionário um lugar privilegiado de enfrentamento em torno ao Antigo Regime e a ruptura que presume representar 1789. "Os franceses do século 19 são este povo

que pode gostar apenas de um lado de sua história; que não pode amar a Revolução sem odiar o Antigo Regime, e amar o Antigo Regime sem detestar a Revolução" (FURET, François. Enseigner l'histoire. *Histoire*, n. 1. Paris: Hachette, 1979).

Napoleão retoma a tradição de manter um historiógrafo oficial. O Primeiro Império introduz a história no ensino secundário, como disciplina anexa ao latim. Mas, mesmo reduzida a um papel menor, a história passa a ser uma disciplina ensinada regularmente ao lado da geografia. O poder político vigia atentamente seu ensino, preocupado com a influência que ela pode exercer sobre os espíritos jovens. Durante o Segundo Império, tanto a história quanto a filosofia serão banidas do currículo.

No campo do ensino, o início do século 19 encontra-se dessa maneira marcado por uma reorganização favorável à história. Contudo, é principalmente graças a uma revolução das mentalidades que a história vai conquistar um lugar dominante na sociedade francesa.

## A HISTÓRIA ROMÂNTICA: UMA PAIXÃO QUE FUNDA UM MÉTODO

### Um clima promissor

A história exerce um verdadeiro fascínio sobre a geração romântica. Musset explica as razões dessa paixão:

Durante as guerras do Império, enquanto os maridos e os irmãos estavam na Alemanha, as mães inquietas haviam posto no mundo uma geração ardente, pálida e nervosa [...] eles nasceram no seio da guerra, para a guerra. Todos haviam sonhado durante quinze anos com as neves de Moscou e o sol das pirâmides (*La Confession d'un enfant du siècle*, 1836).

Além disso, essa infância, que se desenvolveu em meio ao fragor da “grande história”, dedicou-se à leitura de textos exaltantes. Ao estudar o papel do cristianismo na civilização ocidental, Chateaubriand reata, em certa medida, com as grandes histórias universais da geração anterior em o *Génie du Christianisme* (1802). Publicado no momento da assinatura da Concordata (1801), que reconcilia o poder e a Igreja Católica, o *Génie du Christianisme* é recebido inclusive como texto político. Augustin Thierry lembra-se com emoção de sua descoberta dos *Martyrs*, enquanto era aluno de liceu em Blois, em 1810: “Esse momento de entusiasmo talvez tenha sido de fundamental importância para a minha futura vocação... Eis a minha dívida para com o escritor genial que inaugurou e que domina o novo século literário” (apud EHRARD; PALMADE, p. 53). Entre os escritores românticos despertadores de vocações históricas deve-se incluir em lugar de honra Walter Scott cujos romances, particularmente *Ivanhoé*, tiveram um imenso sucesso. Os românticos, de fato, se distanciam de sua época em busca de diferentes sensações estéticas,\* que reproduziriam fielmente as “cores locais”, conforme a feliz expressão de Chateaubriand. Esta preocupação com as “cores locais” resulta em privilegiar a narrativa. Os autores fazem sondagens febris sobre as tradições antigas, o folclore (é nessa época que o vocábulo começa a ser utilizado), que reconstituem desordenadamente costumes, hábitos, contos populares, história local. *Les Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*, de Taylor e Nodier (1820-1878), são disso bom exemplo.

\* Os românticos encontram na história francesa províncias e variedades folclóricas que ainda não haviam sido estudadas sistematicamente e, embora as regiões francesas estejam próximas entre si geograficamente, elas as vêem como “exóticas” por causa de seus costumes e tradições, donde o termo utilizado pela autora de “depayement folclorique”. (N.T.)

Cada província assiste ao despertar de sociedades de letrados, sociedades de “antiquários”, sociedades históricas e arqueológicas, sociedades de emulação, freqüentadas assiduamente por um público de eclesiásticos, burgueses cultivados, aristocratas locais preocupados com a genealogia, e especialistas (arquivistas, conservadores, etc.). O resultado é uma abundante produção de monografias locais, de qualidade variável, mas que têm o mérito de proporcionar um primeiro levantamento das fontes, documentos variados e monumentos arqueológicos.

Neste período, a história invade amplamente todos os campos da criação literária e artística. “Hoje tudo toma a forma da história: a polêmica, o teatro, o romance, a poesia”, observa Chateaubriand em 1831. Os romancistas a transformam em objeto de predileção, e Alexandre Dumas domina com talento toda uma produção de romances históricos predominantemente de qualidade inferior. Se, por um lado, Dumas não pode ser considerado como uma referência científica, quantas vocações de historiadores não terão sido despertadas pela leitura de *Os Três Mosqueteiros* e *Rainha Margot*? Deste ponto de vista, ele sem dúvida serviu mais à causa da história do que numerosas gerações de professores ou eruditos entediados. Também Victor Hugo utiliza a história tão bem no romance (*Notre-Dame de Paris*) quanto na poesia (*La Légende des Siècles*) e no drama (*Hernani*, 1830; *Ruy Blas*, 1838). O drama histórico está em voga no teatro e tanto Musset (*Lorenzaccio*, 1834) como Vigny (*Cinq Mars*, 1826) defendem arduamente. A história inspira também os pintores: Delacroix, *A Morte de Sardanapale*, ou ainda Ary Scheffer. Nem todos de uma mesma época mostram ter os mesmos interesses; a Idade Média, lançada na moda por Walter Scott, é objeto de uma extraordinária admiração: cria-se um estilo “trovador”, enquanto que Viollet-le-Duc defende a beleza da arquitetura medieval e a necessidade de restaurar esse patrimônio, dilapidado pelo vandalismo revolucionário anticlerical.

## A história nacional

Diferentemente do século 18, a história é excessivamente centralizada em torno à história nacional. A experiência revolucionária sem dúvida contribuiu para essa situação. A maioria dos historiadores admitiu seu interesse pela história, para nela reencontrar suas convicções. Assim Augustin Thierry: “Em 1817, vivamente preocupado em contribuir para o triunfo das idéias constitucionais, comecei a procurar nos livros de história provas e argumentos em apoio às minhas idéias políticas” (*Lettres sur l'histoire de France*). Mas se o interesse pela coisa política suscitou vocações, ao mesmo tempo criou um espírito partidário e fez dos historiadores preconceituosos e partidários. Fustel de Coulanges constata em 1872: “Nossos historiadores, há cinqüenta anos, têm sido homens de partido. Pesquisadores ardorosos, pensadores poderosos, escritores inspirados, eles colocavam todo seu ardor e talento a serviço de uma causa. Nossa história assemelha-se a nossas assembleias legislativas. Nelas podia-se distinguir uma direita, uma esquerda e alguns centros. Era um campo fechado onde as opiniões se digladiavam. [...] A história tornou-se assim entre nós um tipo de guerra civil permanente” (*De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne depuis cinquante ans*).

Dois períodos atraem especialmente as atenções: a Idade Média e a Revolução Francesa. O excesso de admiração por esta última é explicado pela intensidade dos enfrentamentos políticos por ela ocasionados. Durante todo o século 19, duas leituras historiográficas se defrontam: a leitura contra-revolucionária, que vê na revolução um complô de minorias visando desestabilizar a sociedade do Antigo Regime para garantir o triunfo de seus interesses, e a leitura revolucionária, que exalta um acontecimento fundador das liberdades francesas. Nesse qua-

dro simplificado defrontam-se tradições de fases diferentes: uma fase liberal, reformadora, depois a fase violenta do Terror. É por isso que os historiadores opõem as figuras de Danton e Robespierre, o primeiro defendido pela historiografia liberal, ao passo que apenas as extremas esquerdas fazem do “incorrupível” seu herói. Embora as obras consagradas à Revolução Francesa sejam mais freqüentemente escritas com um espírito partidário do que com uma real preocupação com a objetividade histórica, sua extrema popularidade testemunha um vivo interesse pela história contemporânea.

O segundo tema preferido é a história medieval, que pode aparecer como resultado do encontro entre o vandalismo revolucionário e o sucesso de Walter Scott. Os revolucionários se lançaram com particular ferocidade contra os monumentos religiosos do Antigo Regime e, após a Revolução, em consequência da venda dos bens nacionais, alguns edifícios, como a Abadia de Cluny, foram convertidos em pedreiras. Em 31 de agosto de 1794, o abade Gregório havia protestado em um eloqüente discurso no qual emprega pela primeira vez o vocábulo “vandalismo”. Com o objetivo de preservar alguns objetos, Auguste Lenoir conseguiu obter a criação do Museu dos Monumentos Franceses, fechado em 1816. Alexandre de Laborde, em 1826, publica os *Monuments de France*. Guizot, em 1830, cria o cargo de inspetor geral dos monumentos históricos da França, cujo titular de honra será Mérimée, a partir de 1834. Por causa de seu entusiasmo pela Idade Média, Viollet-le-Duc empregará esforços na restauração dos castelos de Pierrefonds e Vézelay. Por fim, estudos eruditos lançam as bases do método arqueológico (A. de Caumont, *Abécédaire ou rudiment d'archéologie*, 1850-1870), e fundam os primeiros grandes estudos de arte religiosa (MÂLE, E. *L'Art religieux du XIII<sup>e</sup> siècle en France*, 1899). O território do historiador experimenta um crescimento proporcional às dimensões do patrimônio arquitetural e arqueológico.

## O aparelho institucional

O período da *Restauração e da Monarquia de Julho* (1815-1848) representa um momento fundamental para os estudos históricos. Instituições são criadas no contexto de reorganização da França, que reatam com a tradição das academias do Antigo regime e dão um novo enquadramento aos estudos eruditos.

Em 1821, a fundação da École de Chartes garante a sucessão dos beneditinos mauristas: levantamento das fontes, edições, publicações letradas, constituição de um corpo de especialistas capacitado a administrar os arquivos fundados em cada departamento e as bibliotecas. Guizot, em 1834, cria o Comitê de Trabalhos Históricos, cuja função é assegurar a publicação das fontes da história da França (coleção *Documents inédits de l'histoire de France*).

Os Arquivos Nacionais são organizados, bem como os arquivos departamentais para as novas gerações de diplomados pela École Nationale des Chartes; a Biblioteca Nacional publica o *Catalogue de l'Histoire de France* (1855-1870).

A Monarquia de Julho insiste nessa via: com efeito, o regime instalado na seqüência dos “três dias gloriosos” tira sua legitimidade, em parte, da Revolução Francesa, em sua fase liberal, mas ao mesmo tempo quer preservar sua distinção para evitar a retirada do apoio necessário dos conservadores. A utilização de uma história que insiste sobre a unidade nacional e a identidade da França vai permitir ao regime encontrar fôlego novo ao apoiar-se sobre operações de prestígio – transformar o castelo de Versailles no museu das glórias nacionais – ou sobre decisões espetaculares – trazer para Paris as cinzas de Napoleão (1840). A história encontra-se verdadeiramente no centro do debate intelectual e político francês. A fundação da Escola de Atenas em 1846, por iniciativa de Guizot, ministro das relações exteriores, é sinal da vontade de afirmar a presença cultural da França além de suas fronteiras e amplia os sítios de escavações à disposição dos arqueólogos franceses. Embora

tivesse recebido apoio por meio de iniciativas semelhantes, a história antiga experimenta na França um desenvolvimento mais limitado do que a história medieval e contemporânea, na medida em que ela não pode ser considerada como história das origens.

Disciplina acadêmica, a história conquista um lugar de primeiro plano na formação dos alunos dos liceus. Em 1838, estabelece-se um currículo de história que prevê o estudo da história sagrada na sexta série para chegar, na classe de retórica, à da história da França de 406 a 1798, após um desvio pela história das civilizações (Roma, Idade Média: 476-1453, a Idade Moderna: 1453-1789). A partir de então o ensino secundário permite preparar os jovens para o estudo da história, e esta perde aquele vazio institucional, considerado uma das causas da fragilidade do pensamento histórico dos séculos anteriores.

## A geração dos historiadores românticos

Esta geração é rica em talentos: Barante, Sismondi, Guizot, Thierry, Michaud, Michelet. É, no entanto, uma geração de autodidatas que, carente de qualquer estrutura de apoio, deve encontrar as bases e os princípios de um método histórico. Eles acreditaram ter sido os pioneiros nesse caminho, como afirma ingenuamente A. de Broglie em uma carta da Barante (1825): “Nós somos os primeiros que compreenderam o passado”. Em seu prefácio à *Histoire de France* (1869), Michelet exprime o mesmo pensamento:

Esta obra laboriosa de aproximadamente quarenta anos foi concebida em um instante, com a rapidez fulminante de um raio de julho.\* Naqueles dias inesquecíveis, houve uma grande luz e eu

\* Note-se que é época de verão na Europa. (N.T.)



enxerguei a França. Ela possuía anais, não uma história. Homens eminentes haviam-na estudado sob o ponto de vista político. Ninguém jamais penetrara no infinito labirinto de detalhes dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém ainda a havia contemplado com o olhar de uma unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Eu fui o primeiro a enxergá-la como uma alma e como uma pessoa.

Neste tipo de obra histórica que se escreve então, o encontro entre história e nação aparece pela primeira vez como uma evidência absoluta. Esses laços privilegiados continuarão inabaláveis até a Primeira Guerra Mundial. Tal comportamento da época não é originalidade francesa: todos os historiadores europeus procuram em suas raízes as justificativas de sua crença nacional.

Esses jovens historiadores buscam assim *inaugurar um método* e, ao contrário da geração seguinte, fincarão pé dentro de um quadro estritamente francês, ignorando o considerável trabalho de renovação do método histórico em curso na Alemanha. Para eles, é imperioso recorrer aos *documentos originais* e ater-se de perto a eles: “Quanto à maneira de relatar, eu permaneci o mais próximo possível da linguagem dos antigos historiadores, sejam eles contemporâneos dos fatos, sejam eles próximos da época em que os acontecimentos se deram” (A. Thierry, *Histoire de la conquête de l'Angleterre*). Embora não ignorem um tipo de leitura erudita numa acepção exageradamente estrita, dela se distanciam em busca de novas questões. Renan se explica: “Abrir uma nova série de panoramas históricos significa quase sempre criar uma série de documentos esquecidos até então ou enxergar naqueles, que já eram conhecidos, coisas que antes não conseguíamos enxergar” (*Essais de morale et de critique*, apud VIVANTI, C. *Lieux de Mémoire*, II, 1, p. 263).

## A história “ressurreição da vida total”

Este imenso trabalho de decodificação faz nascer a ambição de escrever uma *história total*. Augustin Thierry lança a idéia nas vinte e cinco cartas que escreve para servir de *Introduction à l'Histoire de France*. Michelet consagra sua vida para este fim:

Para reencontrar a vida histórica, seria preciso segui-la pacientemente em todos os seus caminhos, formas e elementos. Mas também seria preciso, com uma paixão maior ainda, refazer e restabelecer sua dinâmica, a ação recíproca dessas diversas forças em um poderoso movimento que se tornaria vida novamente. [...] Mais difícil ainda, mais assustador, era meu problema histórico em termos de ressurreição da vida integral, não em seus aspectos puramente superficiais, mas em suas organizações interiores e profundas. Nenhum homem pensou nisso. Por sorte, esse homem não fui eu (prefácio, 1869).

Com os historiadores românticos, o *povo* assume posição de destaque no cenário. Augustin Thierry condena os historiadores para quem “o povo e os cidadãos são pano de fundo\* para o pensamento de um só homem”; “a revolução inglesa não aconteceu por causa de Charles Stuart e Oliver Cromwell, mas sim pelo povo inglês e a liberdade [...]. Cromwell não foi em absoluto herói de sua própria história”. Em 1846, Michelet publica *Le Peuple*. Avaliar a influência das massas na história, seu papel fundador da nação, é também escrever uma história liberal em opo-

\* Aqui Augustin Thierry usa o termo “étouffe” em duplo sentido: ao mesmo tempo como pano de fundo e como material; ele condena os historiadores que se interessam somente pelos grandes homens, sendo que o povo e os cidadãos servem apenas como enquadramento (pano de fundo) às suas ações, ou como uma simples matéria que alguns homens manipulam a seu bel-prazer. (N.T.)

sição à leitura aristocrática de uma história vista de cima. Augustin Thierry debruçou-se sobre as distantes épocas da Idade Média (1824, *Histoire de la conquête de l'Angleterre, Récits de la conquête des temps mérovingiens*) na expectativa de aí encontrar as origens da nação francesa. Ele não descarta nenhum tipo de documento, considera os aspectos da vida material e se eleva vigorosamente contra uma história exageradamente política, que relegaria à sombra aspectos inteiros da atividade humana. Para ele, a explicação essencial da história da humanidade é aquilo que ele chama de "fatalismo da raça". Ele interpreta esta expressão como a base étnica e cultural fundamentadoras da identidade de uma nação.

#### Michelet (1798-1864)

Jules Michelet reata com a tradição da história universal, no seio da qual ele insere a história da França. "A França construiu a França, e o elemento inalienável de raça parece-me secundário. Ela é filha de sua liberdade. Em meio ao progresso humano, a parte essencial é a força viva que chamamos homem. O homem é o Prometeu de si mesmo".

Tendo se achegado à história pela leitura dos filósofos, Kant, Vico, Condorcet e Victor Cousin, ele decide escrever uma história integral. Para ele, a história tem um sentido, que ele explica em sua *Introduction à l'histoire universelle* (1831): "Com o mundo, começou uma guerra que deve acabar com o mundo, e não antes: a guerra do homem contra a natureza, do espírito contra a matéria, da liberdade contra a fatalidade. A história nada mais é do que a narração dessa luta interminável". Para escrever esta história, Michelet mergulha prazerosamente nos documentos, e procura encontrar uma coerência do todo: "a unidade da história do gênero humano". Nenhum dado deve ser ignorado

pelo historiador, e ele atribui grande importância ao aspecto geográfico; dos conhecimentos acumulados brota uma certeza:

A Alemanha não tem um centro, a Itália já perdeu o seu. A França possui um centro; uma e idêntica há séculos, ela deve ser considerada como uma pessoa com vida e movimento. O sinal e a garantia do organismo vivo, o poder de assimilação se encontra aqui em seu mais alto grau: a França francesa soube atrair, absorver, identificar as França inglesa, alemã, espanhola que a cercavam. Ela conseguiu neutralizá-las, uma a uma, e as converteu em sua substância (*Introduction à l'histoire universelle*, 1831).

Historiador impossível de ser classificado por causa de suas prevenções, graças ao seu talento interpretativo, sua compreensão íntima do passado além de toda racionalidade, sua erudição, seu entusiasmo, mostra-se como grande estilista e é um modelo para os historiadores posteriores. Ele abriu com talento um imenso canteiro feito da história da vida cotidiana, dos sentimentos – hoje diríamos das mentalidades –, estruturas políticas, econômicas e sociais. Ele defende apaixonadamente a personalidade do historiador, elemento essencial de sua obra:

Nenhum retrato, por mais fiel que seja, deixa de conter algo do artista que o pintou. Nossos mestres em história não fazem exceção a esta regra. Tácito, em seu *Tibério*, foi pintado conforme as expectativas de seu tempo, "os quinze longos anos de silêncio". Thierry, ao nos contar Klodowig, Guilherme e sua conquista, tem aquele fôlego interior, a emoção da França invadida recentemente e sua emoção diante da conquista de seu país por uma força estrangeira.

Foi com estes historiadores da geração romântica que a história mudou seu *status*, como o constatou há alguns anos um colóquio cujo título era explicitamente: "Quando a história se fez ciência, 1830-1848" (Paris, 17-20 de dezembro de 1985).

## A HISTÓRIA TORNA-SE CIÊNCIA

Após o entusiasmo do princípio do século, chega o momento dos estudantes que aprenderam com a leitura dos documentos, aprendizes de uma cultura histórica. Eles serão os primeiros a fundar uma escola.

### Taine e Fustel de Coulanges

Em meados do século 19, os grandes historiadores são Numa Denis Fustel de Coulanges e Hippolyte Taine. Na linha de Auguste Comte, ambos acreditam que é possível proceder a uma abordagem racional da história.

#### Hippolyte Taine (1828-1893)

Para Taine, deve-se proceder como se faz com as ciências naturais: “Permitir-se-á ao historiador comportar-se como um naturalista; eu estava diante do meu objeto de estudos como se estivesse diante da metamorfose de um inseto”. Autor de uma *Histoire de la littérature anglaise* (1863) e de diversos textos filosóficos, como *Essais de critique et d'histoire* (1866) nos quais ele propõe um método histórico derivado dos princípios da medicina experimental de Claude Bernard, Taine é conhecido principalmente por suas *Origines de la France contemporaine* (1884). Este texto, violentamente hostil à Revolução, ressalta – sem nada da serenidade de um Tocqueville – a continuidade entre o Antigo Regime e a França contemporânea. Sua análise política da Revolução e de seu desenrolar conquista-lhe uma grande celebridade nos meios de centro-direita. O texto é escrito num estilo

ardente, com inegável arte, e sem preocupação com a isenção!... Suas descrições violentas dos revolucionários ficaram célebres:

Mesmo com a firme resolução de continuar no papel do principal corta-cabeças, ele não seria o representante perfeito da Revolução. Ela é uma patifaria, embora filosófica; o roubo e o assassinato estão entre suas palavras de ordem, à maneira de uma faca em seu estojo; é o estojo atraente e polido que deve ser mostrado ao público, não a faca que rasga a carne e faz sangrar. A Revolução precisa de um intérprete, tão enfeitado exteriormente como ela, e tal é Robespierre. [...] Se a Revolução jamais tivesse acontecido, Marat possivelmente teria terminado seus dias num hospício; talvez Danton tivesse se tornado um advogado trapaceiro, ou aproveitador de algum caso fraudulento, terminando decapitado ou talvez enforcado. [...] Robespierre talvez tivesse continuado da mesma maneira como começou, advogado dedicado [...] sua pequena lâmpada, acesa, como muitas outras de igual calibre, no coração da nova filosofia, teria tido um certo brilho, sem queimar ninguém e espalhado por uma parte do interior sua luz banal, esmaecida [...] (apud J. Ehrard e G. Palmade).

#### Fustel de Coulanges (1830-1889)

Fustel de Coulanges tem um estilo diferente e preocupa-se com outras temáticas. Mais do que Taine, ele anuncia a escola metódica quando afirma: “a história não responde a questões, ela nos ensina a abordá-las”, “a história é uma ciência, ela não inventa, apenas enxerga”. Em *La Cité antique* (1863), ele valoriza a importância da religião na organização da sociedade grega. Ele é provavelmente o primeiro historiador francês a ter concebido e aplicado um método rigoroso cujos princípios ele descreve no final de sua vida:

Leis, diplomas, fórmulas, crônicas e histórias, é necessário ter lido todas essas categorias de documentos sem ter omitido nenhuma delas. Pois nenhuma delas, tomada isoladamente, pode proporcionar uma idéia exata da sociedade. [...] A própria leitura dos documentos de nada serviria se fosse feita com idéias preconcebidas; e eis o vício mais comum de nossa época. [...] Contemplai os historiadores alemães nesses últimos cinquenta anos, e ficareis impressionados a que ponto suas teorias históricas estão em perfeito acordo com seu patriotismo. Vós vos perguntareis então se seus sistemas foram engendrados pela leitura dos textos ou se, ao contrário, pelo sentimento inato anterior à leitura dos textos. Assim, enquanto os historiadores franceses abordavam essa história com seu espírito partidário, os alemães o faziam com amor à pátria e à sua raça, o que talvez seja melhor em termos morais, mas que altera a verdade. O patriotismo é uma virtude, a história é uma ciência; essas duas coisas não podem ser confundidas (prefácio à *Monarchie franque*, 1888, apud J. Ehrard e G. Palmade).

Todavia, nem Taine nem Fustel de Coulanges farão escola; eles permanecem, como Ernest Renan, grandes vozes isoladas. A situação da história na França irá se modificar profundamente com a guerra de 1870.

### O trauma da derrota ante a Prússia (1870)

Se os historiadores românticos foram dominados pelo entusiasmo por uma nação que se firmava logo após a tormenta revolucionária, a geração seguinte deve afrontar-se com a imensa humilhação que foi a derrota para a Prússia em 1870. Para os intelectuais franceses, esta derrota representa um drama tanto maior quanto mais haviam admirado a Alemanha e a qualidade de sua produção cultural. Uma viagem para a Alemanha

como conclusão dos estudos era considerada um meio de se conquistar um método seguro, de encontrar a verdadeira ciência. Esta influência do modelo alemão para as gerações nascidas entre 1840 e 1870 foi detidamente analisada por Claude Digeon em sua obra *La Crise allemande de la pensée française* (1959) que observa: “Entre a Alemanha de 1869, templo da inteligência, e a Alemanha de 1871, surgida bruscamente no horror e na glória, existe um abismo” (prefácio, reedição 1992, p. 8).

Esta derrota é também interpretada como uma vitória do professor primário prussiano; a questão escolar torna-se crucial no debate político que se instaura no início da Terceira República. O lugar da história na escola é considerável; ela recebe um papel ideológico: formar os jovens no amor à nação. Este projeto é particularmente bem ilustrado pela cobertura do livro escolar escrito por Ernest Lavissee, para os alunos do primário em sua edição de 1902: “Neste livro aprenderás a história da França. Deves amar a França, porque a natureza a fez bela e sua história a fez grande”. Lavissee, que dedicou uma parte significativa de sua atividade de historiador aos projetos de reforma escolar, explica-se em seus *Souvenirs*, escritas em 1912: “O que eu condeno nas humanidades, tal como nos foram ensinadas, é que elas amesquinham a França”.

Uma vez resolvida a questão do regime (eleição de J. Grévy à presidência da República em 1879), os historiadores são solicitados, em primeiro lugar, para exprimir suas escolhas nacionalistas em meio a um contexto de relações internacionais cada vez mais próximo do fim de século, ao passo que se exacerba a hostilidade para com a Alemanha. O discurso ideológico adquire então lugar de destaque na obra histórica. Alguns acontecimentos da política interna contribuem para a evolução da história. As crises que pontilham os primeiros momentos da República, e principalmente o caso Dreyfus, provocam o engajamento dos intelectuais (esta palavra é criada na época) em um ou outro par-

tido. Por ocasião do caso Dreyfus, vários diplomados pela École Nationale des Chartes escolhem o campo dreyfusiano em razão de sua formação intelectual e de seu método de crítica textual.

Além da politização das mentes, outras influências marcam essa geração de historiadores: os começos da sociologia (Auguste Comte, Émile Durkheim e os primeiros sociólogos alemães), os debates socialistas, em um meio francês que ainda continua muito indiferente ao marxismo.

## As decisões oficiais: uma profusão de estruturas novas

### A criação de sociedades e de instituições

O Segundo Império havia inaugurado uma política de reformas sob a influência de Victor Duruy, ministro da Instrução Pública, e havia fundado em 1868 a *Ecole pratique des Hautes Études*, lugar de formação privilegiada para gerações de pesquisadores de história. Após a derrota, Émile Boutmy, ciente da necessidade de formar quadros para uma França que deve se refazer, funda, em 1872, a *Ecole libre des sciences politiques*. Ele atribui um lugar essencial à história, sobretudo em dois campos: o estudo das relações internacionais e a história política. A *Ecole du Louvre*, em 1881, confere à história da arte um ambiente que lhe faltava. Sociedades especializadas em diversos níveis começam a surgir, tanto em Paris como no interior: a Sociedade de História da Arte Francesa (1876), a Sociedade da História da Normandia (1869), a Sociedade dos Arquivos Históricos de Paris e Ile-de-France (1874), a Sociedade de História da Revolução Francesa (1888), a Sociedade de Estudos de Robespierre (1907), a Sociedade de História Eclesiástica da França (1914), para citar apenas algumas. Esta profusão se explica por um interesse genuíno de vários públicos na história, embora ele se traduza por preocupações estreitamente centralizadas sobre a história

local e nacional. Tal fato dá lugar a uma abundante produção de monografias, deve-se dizê-lo, de qualidade variável.

Os esforços em direção ao estrangeiro no quadro das grandes escolas que coordenam pesquisas arqueológicas e trabalhos diversos (estudos históricos, artes, etc.) continuam: a Escola Francesa de Roma é fundada em 1876, a do Cairo em 1890; a Escola Francesa do Extremo Oriente em Hanói em 1901, a de Florença em 1908; a Escola de Estudos Superiores Hispânicos é instalada em Madri em 1909; 1912 assiste à criação do Instituto Francês de São Petesburgo; 1913, o de Londres. Todas essas instituições são vitrines da França, e lugares movimentados de pesquisa nos quais trabalham numerosos historiadores.

### História e memória

No contexto dessas novas estruturas, organiza-se um imenso trabalho de análise minuciosa dos arquivos e de edição de textos, imitando o trabalho pioneiro dos alemães de 1880 a 1907. Robert de Lasteyrie coordena a *Bibliographie générale des travaux des sociétés savantes*; em 1886, aparece o *Annuaire des Bibliothèques et des Archives de France*; no mesmo ano, Léopold Delisle dirige a publicação do *Catalogue général des bibliothèques publiques de France*; em 1888, Gabriel Monod abre a *Bibliographie de l'histoire de France*; em 1891, o *Archives de France* (Charles-Victor Langlois); em 1895, a Biblioteca Nacional lança seu catálogo impresso; em 1899, G. Brière e Pierre Caron editam o *Répertoire méthodique de l'histoire moderne et contemporaine de la France*. Todos eles preciosos instrumentos de trabalho para os jovens historiadores. Esta paixão para a publicação dos arquivos e documentos oficiais comporta, no entanto, um risco sublinhado por Pierre Nora em uma fórmula engraçada: "A história da Corte ignorou a história da cozinha" (em *Lieux de mémoire*). Com efeito, os historiadores começam a se preocupar em explo-

rar, da melhor maneira possível, os documentos que eles descobrem e arrolam sofregamente. Esse entusiasmo por esse tipo de fontes os leva a abandonar outros documentos, cuja importância havia sido ressaltada por Voltaire e Michelet. Será preciso aguardar a escola dos *Annales* para que a vida cotidiana e os sentimentos sejam considerados matéria histórica.

## A ESCOLA METÓDICA

### A reforma do ensino

Todos começam a sentir que é preciso formar o maior número possível de historiadores: “A história da França ainda está por ser feita, e isso apenas acontecerá quando levas de operários, munidos de bons instrumentos, tiverem revolido todas as partes do campo” (LAVISSE, 1881). É sob esta perspectiva que se inicia uma vasta reforma do ensino da história. Ela resulta no currículo de 1902, que prevê nas classes do liceu o estudo da história até 1902, ou seja, a história contemporânea de então. Para a universidade, a agregação é reorganizada em 1885 e não sofrerá nenhuma alteração até a Segunda Guerra Mundial; o diploma de estudos superiores, período de iniciação à pesquisa obrigatório a todos os candidatos à agregação, é introduzido em 1886. Este ensino é dado em uma nova Sorbonne decorada com os afrescos de Puvis de Chavanne, que exaltam a história entre todas as ciências.

### O ofício de historiador

No começo da Terceira República, surge uma nova geração de historiadores – com Ernest Lavisse, Gabriel Monod, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos, Gaston Paris, A. Rambaud,

Achille Luchaire – decidida a fundar, como seus colegas alemães, um método científico. De todos os historiadores alemães o que exerce influência decisiva é Leopold von Ranke (1795-1886). Ele foi o primeiro na Alemanha a investir contra os preconceitos e imprecisões da geração romântica. Ele ambiciona chegar o mais próximo possível da verdade dos fatos, o que se resume pela sua célebre frase: “A História é aquilo que de fato aconteceu” (“wie es eigentlich gewesen”). Fórmula que é evocada por Charles Victor Langlois e Charles Seignobos quando afirmavam: “A história não é senão a utilização efetiva de documentos” (*Introduction aux études historiques*, Paris, 1898). Estes documentos devem ser objeto de pesquisa, classificação e crítica interna e externa por parte do historiador. Uma distinção precisa se estabelece entre a fonte narrativa e o documento de arquivo, em proveito do último. Deste interesse pelos documentos decorre um dos aspectos da escola metódica: o *discurso do acontecimento*, que visa desenvolver a narrativa pela enumeração dos fatos reconstituídos. À imitação dos alemães, cujos métodos eles descobrem em suas viagens de estudo, os historiadores franceses insistem sobre a importância dos seminários, do encontro entre o estudante e o professor. Retornando da Alemanha em 1875, Lavisse indica o que mais despertou o seu interesse: “a intimidade das relações com os mestres”, a “ciência dos detalhes”; neste conjunto, o *cours professoral*<sup>4</sup> é apenas um acessório, pois “é no laboratório que o estudante aprende”. A escola metódica atribui grande importância à formação dos historiadores, consagrada pelos universitários pelo imenso trabalho que representa uma tese, base da necessária especialização. É nessa época que se forma a corporação dos historiadores em torno de diversos pólos: a Sorbonne, lugar de formação professoral, a École pratique de Hautes Études, santuário da pes-

\* Curso ministrado normalmente em anfiteatros por um professor, sendo que este não pode ser interrompido por quem quer que seja. (N.T.)

quisa, as revistas letradas (*Revue historique*), o Institut libre de sciences politiques para a história das relações internacionais e em seguida da sociologia política, e enfim a École des Chartes, que estituiu logo cedo um programa.

### O manifesto de 1876

A *Revue historique*, cuja equipe de redação é composta de arquivistas e universitários, é fundada por Gabriel Monod em 1876. Seu primeiro número abre-se com um manifesto onde se declara a vocação da revista. Ela se apresenta como uma “coleção periódica destinada a favorecer a publicação de pesquisas originais sobre as diversas partes da história, disponibilizar informações exatas e completas sobre os estudos históricos, tanto no exterior como na França”. Gabriel Monod retoma as grandes linhas do desenvolvimento da historiografia francesa a partir do século 16, reconhece sua dívida para com os grandes mestres do passado e conclui:

À Alemanha devemos reconhecimento pela contribuição mais significativa ao trabalho histórico de nosso século... Publicação de textos, crítica das fontes, elucidação paciente de todas as partes da história, examinadas uma a uma sob todas as suas facetas, nada foi negligenciado. Que nos baste citar os nomes de Lassen, de Boeck, de Niebuhr, de Mommsen, de Savigny, d'Eichorn, de Ranke, de Waitz, de Pertz, de Gervinus.

Esta admiração de Gabriel Monod pelos historiadores alemães lhe valerá o apelido de “sentinela alemã da história francesa” por Charles Maurras. A *Revue des Deux Mondes*, de tendência conservadora, não poupa críticas: “Temamos antes de tudo perder nossas qualidades sem perder as dos outros: querem nos

transformar em alemães, e acredito que somente conseguirão fazer franceses medíocres”. De fato, Gabriel Monod se referia basicamente à pesquisa histórica alemã dos anos 1800-1850, pois ele mesmo havia se decepcionado com viagem realizada em 1868, como ele explica em uma carta a Jules Michelet: “Aqui a atmosfera é pesada e tem o cheiro de uma sala de dissecações... Eles são bem comportados, pacientes, eruditos, instrutivos... Mas eles só interrogam a morte, pois a vida se lhes recusa o segredo” (apud DIGEON, C., p. 44). O entusiasmo pela Alemanha decresce à medida que se afirma a produção francesa. Após a década de 1880, os historiadores que ainda realizam viagens para a outra margem do Reno retornam decepcionados pela rigidez do sistema que eles julgam estéril. Charles Seignobos propõe uma explicação à queda da qualidade das obras dos historiadores alemães do final do século: “Pode-se reclamar que uma geração de trabalhadores manuais não tenha conseguido produzir arquitetos?” (*Rapport sur l'enseignement de l'histoire dans les universités allemandes*, Paris, 1881). Lucien Herr, de volta de sua estada em Leipzig (1886-1887), faz um relato mitigado:

Houve um tempo em que uma viagem à Alemanha era sinônimo de descobertas [...] Ninguém mais parte em exploração ou peregrinação àquele país, embora ainda exista algum interesse. Para quem sabe quase tudo do país, aprende-se muito pouco; mas se aprende a compreender aquilo que já se sabe.

### Duas carreiras de historiadores: Gabriel Monod (1844-1912) e Ernest Lavisce (1842-1922)

Esta geração, também chamada de *geração positivista*, está na origem de uma obra muito importante, marcada pelas opções nacionalistas. Ao lado do geógrafo Vidal de la Blanche

(1845-1918) – que escreveu o volume 1 (edição de 1901-1911) da grande *Histoire de France de l'époque gallo-romaine à la Révolution: Tableau de la géographie de la France* – os historiadores são numerosos. Dois dentre eles merecem menção particular: Ernest Lavisse e Gabriel Monod. Duas carreiras paralelas que se desenvolvem em lugares diferentes.

Fundador da *Revue historique*, Gabriel Monod é professor na École des Chartes e na École pratique des Hautes Études. Ele termina sua carreira no Collège de France, onde foi criada para ele uma cátedra de “história geral e método histórico”. Na direção da *Revue historique*, ele exerce um verdadeiro magistério sobre o mundo do historiador, escolhe os textos a serem publicados, lança os grandes debates. Ele se preocupa especialmente com o sucesso da República e engaja-se num combate anticlerical. Sua fama e sua influência são consideráveis, sobretudo entre o público de eruditos e pesquisadores.

Ernest Lavisse reina em outra esfera: professor na Sorbonne a partir de 1888, diretor da École normale supérieure em 1904, eleito para a Academia francesa em 1893, redator-chefe da *Revue de Paris* e a partir de 1894, muito presente entre as editoras Hachette e Armand Colin, ele se destaca como um representante oficial da sociedade dos historiadores. Ele é o professor de história para o grande público cultivado e os estudantes da Sorbonne. Ernest Lavisse preocupou-se principalmente com questões relativas ao ensino, e com uma reforma que, para ele, se confundia com o interesse nacional. Ele é conselheiro de diversos ministros da Instrução Pública, desde Victor Duruy que o havia recomendado como preceptor do príncipe imperial. Em um relatório feito para o ministro sobre os estudos históricos, ele escreve: “A história relaciona-se exclusivamente com fatos passados; o presente é assunto da política e o futuro pertence a Deus” (1867). Ele é autor de numerosos livros para o ensino primário, tanto de história como de educação cívica, que ele assina com o pseudônimo de

Pierre Laloï. Sua maior obra é a *Histoire de France*, tendo idealizado sua organização, garante a direção e redige os dois volumes sobre Luís XIV. Orientada fundamentalmente em função da história política, a *Histoire de la France* é seguida por uma *Histoire de la France contemporaine, de la Révolution à la paix de 1919*. Obra-prima da escola metódica, esse imenso trabalho coletivo de reflexão sobre o nascimento do Estado-Nação e sua evolução é o desfecho da reflexão do século 19 sobre a nação. Com essa leitura, que se quer estritamente fiel aos acontecimentos, estamos consideravelmente distanciados da geração romântica!

Ao contrário das gerações anteriores, a geração da década de 1880 foi fundadora de escola. Realizou plenamente seu objetivo e seus princípios dão sustentação ao método histórico por várias décadas. Ela influenciou a pesquisa, a escrita e o pensamento histórico até os anos 30. O peso de seu magistério pode ser calculado pela violência das críticas avassaladoras dos fundadores dos *Annales* – seus alunos.

Tudo considerado, a massa dos progressos no campo do pensamento histórico no século 19 confirma esse julgamento premonitório de Augustin Thierry: “A história daria o tom ao século, como a filosofia o havia feito com o século 18”.



## A HISTÓRIA EM QUESTÃO: OS GRANDES DEBATES DO SÉCULO 20

À obsessão dos historiadores do século 19 pela dupla preocupação de definir um método e fundar a história nacional, corresponde um alargamento de horizontes no século 20. A história, renovada pelos problemas lançados pela sociologia e pela geografia, entre outros, se reorganiza a partir de 1929 em torno dos *Annales*. A fama da escola histórica francesa ultrapassa as fronteiras do país, e chega principalmente aos Estados Unidos, onde os historiadores concentram-se nos estudos sobre a história francesa.

### A RENOVAÇÃO DOS ANOS 1900

#### A explosão das ciências sociais

Desde o início do século algumas vozes se elevam em protesto contra a tradição historiográfica da escola metódica, acusando-a de ser inflexível e de ater-se unicamente aos fatos devidamente apoiados sobre textos. O filósofo Alain, em seus *Propos*, constata sem indulgência: “É preciso ter sido deformado pelo exercício da profissão de historiador para acreditar que a história

pode provar algo. Para dizer a verdade, a história prova qualquer coisa que desejarmos, e as provas jamais têm valor algum. [...] Por detrás de cada documento, dizia-me um historiador, existe outro documento, que mina as bases do primeiro” (1908).

### *A Revue de synthèse historique*

Em 1900, Henri Berr funda a *Revue de synthèse historique*, a qual exibe essa nova tendência que recusa um discurso limitado à simples narração. Colaboradores de todas as tendências participam, entusiasmados, da iniciativa: geógrafos cerram fileiras em torno de Paul Vidal de la Blache, sociólogos com Émile Durkheim, psicólogos com Henri Wallon, economistas, historiadores enfim, e em particular Lucien Febvre e Marc Bloch.

Por iniciativa de Henri Berr, a editora Albin Michel lança, em 1920, uma grande coleção chamada “L’Évolution de l’humanité”, para acolher os autores dessas novas ciências humanas. Seu propósito é construir uma enciclopédia histórica em 120 volumes. Em 1925, cria-se o Centro Internacional de Síntese – Fundação para a Ciência. Henri Berr, por meio dessa ambiciosa empresa intelectual, atribui à história o papel fundamental de reunir e coordenar os trabalhos das outras ciências sociais e tornar-se de alguma maneira a “ciência das ciências”.

Um artigo escrito pelo economista François Simiand – publicado em 1903 na *Revue de synthèse historique* como *Méthode historique et science sociale* – especifica o processo conforme a boa tradição histórica, cujos princípios haviam sido recentemente destacados por Charles Seignobos em sua obra *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901). Para Charles Seignobos, a história deve ocupar um lugar superior ao da sociologia entre as ciências sociais. Ele denuncia vivamente “os ídolos da tribo dos historiadores [...] o ‘ídolo político’, ou seja, o estudo dominante, ou

pelo menos a preocupação perpétua da história política [...] o ‘ídolo individual’ ou o hábito inveterado de conceber a história como história dos indivíduos [...] o ‘ídolo cronológico’, ou seja, o hábito de se perder no estudo das origens” (apud DOSSE, François. *L’Histoire en miettes*. Paris: La Découverte, 1987. p. 21-22).\*

O resultado, contudo, foi duplo: em um primeiro momento os historiadores, chocados, se voltaram sobre si mesmos; depois, com a polêmica apaziguada, os *Annales* retomam amplamente o programa indicado por François Simiand: rejeição da história política, rejeição da biografia, rejeição do acontecimento. Esse ataque deve ser entendido no contexto de uma sociologia nascente que busca afirmar-se.

### Os começos da sociologia

Em 1897, Émile Durkheim funda a revista *Année sociologique*, e manifesta o desejo de reagrupar as ciências humanas sob a égide da sociologia: “a história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual; e é verdade que, então, ela deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da sociologia” (DURKHEIM, Émile. *Année sociologique*, 1903, apud DOSSE, op. cit., p. 19).\*\* Ora, se os sociólogos franceses impõem-se pela qualidade de seus trabalhos, não são poucas as dificuldades em inserir-se na rede universitária amplamente dominada pelos historiadores. Eles possuem apenas quatro cadeiras na Sorbonne, e a cadeira ocupada por Marcel Mauss no Collège de France. Encontram-se assim na contingência de ter que lecionar no espaço mais flexível da École pratique des Hautes Études e

\* Tradução brasileira: DOSSE, François. *História em migalhas*. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (N.T.)

\*\* Idem.

fundam, em 1924, o Institut Français de Sociologie. Acrescente-se a esta situação o contexto malthusiano do entre-guerras, em uma universidade que não cria mais cadeiras e cujos jovens pesquisadores preferem orientar suas carreiras para disciplinas mais seguras como a história. Contudo, as questões lançadas pela sociologia continuam presentes e contribuem fortemente na formação intelectual dos jovens historiadores dos anos 30.

### Uma outra geografia: a escola vidaliana

Paralelamente à sociologia, a *geografia* beneficia-se amplamente dos trabalhos realizados pelos seus grandes pesquisadores: Paul Vidal de la Blache, que funda a enorme École française de géographie régionale, seu genro, Emmanuel de Martonne, que o sucede na Sorbonne em 1909, e Albert Demangeon. Os *Annales de géographie* são fundados em 1891, o Institut de géographie em 1923 e, em 1931, realiza-se em Paris o congresso da Union géographique internationale. Esta escola francesa proporciona uma renovação à geografia por causa de seu interesse pela paisagem, pelas regiões, pelo presente. A iniciativa, original, resulta na escrita de múltiplas monografias regionais, idade de ouro da escola geográfica francesa. Tais trabalhos exercem uma profunda influência sobre os estudantes e historiadores como Pierre Villar, Georges Duby, entre outros, que chegaram até a história por meio da geografia. Todos os historiadores formados nos anos 30 reconhecem sua dívida para com a geografia, o que é testemunhado pelas numerosas teses de história regional publicadas nos anos 50-60.

### Os anos 20 e a invenção da história econômica

Se a sociologia e a geografia inspiram um outro modo de pensar a história, é preciso também ter em conta, nessa renova-

ção, as profundas *transformações dos anos 20*. Após a guerra, a história torna-se alvo de duras críticas, talvez em consequência de sua posição dominante nas vésperas da conflagração e de seu papel na afirmação do sentimento nacional. Em reação a esta história exageradamente centralizada sobre a nação, os jovens historiadores buscam abrir outros campos de pesquisa, como uma história comparativa das civilizações, mais orientada para as diferentes ciências humanas.

A importância do fator econômico deve ser ressaltada nessa abertura. As dificuldades da reconstrução dos anos 20 e, em seguida, a grande depressão de 1929 trazem à tona as estreitas relações existentes entre política e economia. Os exemplos são numerosos e convincentes: na Rússia, a experiência bolchevique mostra que, em nome dos princípios marxistas, é possível fazer uma revolução em um país conservador. A obra iniciada pelos bolcheviques sublinha a estreita relação que existe entre o político e o econômico e marca a vontade afirmada de transformar definitivamente as estruturas sociais e econômicas do país. Na França, as questões econômicas e financeiras tão igualmente vistas como prioritárias, dificuldades sucessivas experimentadas pelos governos do Cartel das Esquerdas até o restabelecimento da confiança no franco, conquista de Raymond Poincaré. A crise de 1929 marca duravelmente as mentalidades, ao passo que o presidente Franklin D. Roosevelt se impõe pelo seu programa de restabelecimento econômico, o New Deal.

É nesse contexto que surge na França uma escola de historiadores da economia dedicados a pesquisas inovadoras a partir de 1906 com Paul Mantoux. Sua *Révolution industrielle au XVIII<sup>e</sup> siècle* lança os fundamentos teóricos da história econômica. Nos anos 30, François Simiand (*Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle*, 1932) e Henri Hauser (*Recherches et documents sur l'histoire des prix en France de 1500 à 1800*, 1936), retomam a questão e edu-

cam gerações de estudantes na Sorbonne conforme as categorias do pensamento econômico. Em 1927, cria-se para H. Hauser, que é sucedido por Marc Bloch em 1936, a primeira cadeira de história econômica na Sorbonne.

### Ernest Labrousse (1895-1988)

O verdadeiro fundador da revolução historiográfica é Ernest Labrousse, que adapta as teses econômicas de Paul Mantoux e François Simiand ao campo histórico. Intelectual engajado, participando da SFIO, aluno de Aulard, Labrousse trabalha com a Revolução Francesa, e escreve seu trabalho inovador: *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, lançado em 1933. Em 1944, publica-se sua grande obra: *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Mas é apenas em 1945 que ele é nomeado mestre de conferências, e posteriormente professor da Sorbonne, enquanto ainda está na chefia de departamento na IV seção da EPHE (École pratique des Hautes Études) desde 1938 graças ao apoio de Marc Bloch.

Em sua reflexão, Ernest Labrousse privilegia o acontecimento reenquadrando-o em uma análise amplificada das estruturas e propõe perspectivas novas: ele relaciona, por exemplo, o elevado preço do pão em julho de 1789 com a queda da Bastilha. Ele é o fundador de uma história quantitativa que, a partir da análise de séries numéricas, pretende reconstituir de maneira confiável as evoluções econômicas e sociais. Os trabalhos e a personalidade de Ernest Labrousse influenciaram duravelmente a geração dos historiadores formada nos anos 50. Michèle Perrot lembra-se:

Na Sorbonne dos anos 1946-1950 – a minha –, Labrousse representava uma tripla preocupação: rigor, reflexão teórica e abertura social: em suma, a modernidade. [...] A novidade do ensino de

Labrousse, nesta Sorbonne algo obsoleta que mal acabara de emergir a renovação dos *Annales*, era múltipla. Em uma época em que o político e o acontecimento permaneciam, sobretudo em história contemporânea, o essencial, ele introduzia com afincamento o econômico e o social, as estruturas e as conjunturas, a noção fundamental de “crise” e de classe. Ao mesmo tempo, ele convidava ao uso dos números, das estatísticas, atribuindo a maior importância ao estabelecimento de “séries”, buscando no quantitativo, no número, na medida, uma garantia de cientificidade. Além disso, essa história se queria explicativa (se não causal), em busca permanente, como dizia Simiand, do “antecedente menos substituível” e da “variação concomitante”. Dois grandes mestres: Marx, ao qual, no início do congresso de ciências históricas de Roma (mais tarde, em 1955), Labrousse rendia uma vibrante homenagem (embora normalmente ele o citasse pouco); e François Simiand, pelo qual, curiosamente, se efetuava a integração com a sociologia de Durkheim, Maurice Halbwachs, a equipe de *Année sociologique* (NORA, P. et al. *Essais d'égo-histoire*. Paris: Gallimard, 1987).

## A REVOLUÇÃO DOS ANNALES

Em meio à renovação das preocupações relacionada à crise dos anos 30, os historiadores da *universidade de Estrasburgo* desempenham um papel fundamental. Com a devolução da Alsácia-Lorena à França, Estrasburgo torna-se uma universidade de prestígio, e, em consequência, a Kaiser Wilhelms Universität (1872-1918) cai no esquecimento. Nomeiam-se universitários brilhantes para consolidar a qualidade dos pesquisadores franceses: Maurice Halbwachs e Gabriel Le Bras em sociologia, Henri Baulig em geografia, Lucien Febvre, Marc Bloch, Charles-Edouard Perrin, Georges Lefebvre em história. Além disso, a universidade de Estrasburgo abriga também faculdades de direito e de teologia, e desta aproximação nasce uma verdadeira multidisciplinaridade.

## A fundação da revista

Nesse meio particularmente aberto, afirmá-se a determinação de escrever uma outra história, em certa medida, filha da *Revue de synthèse historique*. Esta história se exprime na revista cujo primeiro número, publicado por Armand Colin, é lançado no dia 15 de janeiro de 1929 com o título: *Annales d'histoire économique et sociale*; seus diretores são Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944) e a equipe de redação reúne historiadores como o modernista Henri Hauser (1866-1946), o medievalista Georges Espinas (1869-1948), o especialista em história antiga André Piganiol (1883-1968), o grande historiador belga Henri Pirenne (1862-1935), o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), o economista Charles Rist (1874-1955), o analista político André Siegfried (1875-1959). Com mais idade, Henri Pirenne foi um dos primeiros a criticar a Escola historicizante, um dos primeiros a lançar os princípios da história comparada em 1923, durante o V Congresso Internacional das Ciências Históricas. Por ocasião de sua morte, Lucien Febvre presta-lhe homenagem nestes termos: "Ele foi, para nós, muito mais do que um conselheiro. Foi como uma divindade tutelar que nos dava, nos momentos difíceis, a força e a audácia de perseverar e que, nos momentos de hesitação, reforçava nossa fé" (*Annales d'histoire économique et sociale*, 1935).

O primeiro número dos *Annales* afirma a vontade de inscrever a história na vasta perspectiva de uma reflexão econômica e social; depois a revista muda várias vezes de nome: *Annales d'histoire sociale* (1939-41), *Mélanges d'histoire* (1942-44), novamente *Annales d'histoire sociale* (1945), para finalmente adotar o nome que tem conservado até nossos dias: *Annales: Économie-Sociétés-Civilisations* (1946), "o Espaço: é a geografia. O Tempo: é a história". Lucien Febvre permanece na direção até a morte, e Fernand Braudel é seu sucessor até 1968.

## Uma ruptura com a escola metódica

Ao ser lançada, a revista é principalmente uma obra coletiva de uma geração de quinquagenários, cujos trabalhos são reconhecidos e que se volta decididamente contra a geração precedente. Nos inícios dos *Annales* nota-se algo daquela revolta dos filhos contra os pais. As críticas contra a escola metódica se multiplicam e acusam-na de basear a história unicamente sobre os textos e de privilegiar o método (fichas, notas de rodapé, etc.), o acontecimento, a "história batalha". Um resumo duramente sarcástico de Lucien Febvre sobre a *Histoire de Russie* dirigida por Charles Seignobos, publicada em 1934, ficou célebre:

Uma vez mais, Charles Seignobos faz uma solene celebração em honra da história-quadro que é a história-manual. Eis um homem que os anos não conseguiram abalar. [O programa do livro descreve isto em seu prefácio:] "Apresentar distintamente e em ordem sequencial os grupos de fatos de diferente natureza, política, social, econômica, intelectual". É o que eu continuo denominando de "sistema da cômoda", a boa velha cômoda de mogno, distintiva dos pequenos lares burgueses. Tão bem arrumada, em ordem tão perfeita. Gaveta de cima: a política (interior à direita, exterior à esquerda – nada de confusão!). Depois outra gaveta: no canto da direita, o "movimento da população", no canto da esquerda, "a organização social". (Por quem? Imagino que seja pelo poder político, que domina do alto da gaveta de cima, rege e governa tudo, como convém). É uma maneira de enxergar as coisas, assim como o é colocar a "economia" depois da "sociedade"; mas isso não é novidade. [...] Abro a *Histoire de Russie*: czares anódinos, do tipo *Ubu Rei*;<sup>\*</sup> tragé-

\* *Ubu Rei*: peça teatral de Alfred Jarry que põe em cena um tirano louco e absurdo; Ubu tornou-se uma referência literária clássica na França para designar os tiranos ou ditadores, bem como o absurdo e a loucura de seu poder. (N.T.)

dias palacianas, ministros que se entregam à prática do peculato, burocratas loquazes; decisões arbitrárias incontáveis. Mas a vida forte, original, profunda desse país, a vida da floresta e da estepe, o fluxo e o refluxo dos movimentos populacionais, a grande maré com seu ritmo irregular que por cima dos Urais estendendo-se até o extremo oriente siberiano; [...] sobre tudo isso, que se mostra diante de mim sob a forma de pontos de interrogação, sobre tudo isso que para mim é a história mesma da Rússia: quase nada nessas 1400 páginas. [...] A história é aquilo que eu não encontro na *Histoire de Russie*, e que por isso já nasce morta (*Revue de synthèse*, 1934, apud J. Ehrard e G. Palmade).

Rompendo com o dogma “a história se faz com textos” (Fustel de Coulanges), os autores dos *Annales* insistem sobre a diversidade de documentos que podem e devem ser utilizados pelo historiador, e que portanto é seu material arqueológico. É fazendo amplo uso deste que Jérôme Carcopino escreve um livro novo: *La Vie quotidienne à Rome* (1938).

Os *Annales* rompem também com a escola metódica uma vez que seus historiadores geralmente procuram superar os estreitos limites da história nacional para se abrir a horizontes mais vastos. A história comparada, cujas perspectivas haviam sido traçadas por Henri Pirenne, parece-lhes um campo de primeira importância. Marc Bloch estabelece as regras precisamente ao propor em Oslo, em 1928, um programa comparado da história das sociedades européias (*Revue de synthèse historique*, 1928). Ele insiste sobre a importância do critério de proximidade, bem como do aporte da antropologia e da etnologia.

“Quando não sabemos o que procuramos, não sabemos o que encontramos”, esta fórmula de Lucien Febvre é indicadora de uma outra diferença com a escola metódica: o papel atribuído ao historiador. Contrariamente à objetividade reivindicada pela geração anterior como garantia de cientificidade da histó-

ria, os *Annales* insistem sobre a personalidade do historiador ao referir-se a Gaston Bachelard: “Nada é óbvio. Nada está dado. Tudo é construído”. A mesma idéia é exprimida por essas poucas linhas que Lucien Febvre escreve após a morte de Jules Bloch (um de seus normalistas):

Nós tínhamos uma religião em comum: a religião da pesquisa, do trabalho obstinado, da busca incansável do novo. Embaixo o lutador paciente, a colheita e a trituração dos fatos, a catalogação das fichas, todo esse trabalho em série que só tem utilidade quando é feito ao modo dos arquitetos. Em cima, e enquanto se analisa minuciosamente documentos esparsos ou um livro – o voo da mente que faz combinações, inventa, busca, interroga [...] para ele como para mim o saber desaguava na vida, o cérebro alimentava o coração.

### A novidade das idéias dos *Annales*

Os *Annales* trazem uma renovação da historiografia em diversos campos.

Em primeiro lugar: o interesse apaixonado pela atualidade e o presente. Ao longo de toda a sua vida, de seus escritos e conferências, Lucien Febvre – para quem a “história é menos [...] uma profissão e mais uma razão de viver” (*Annales*, 1947) – repete incansavelmente: a história “pesquisa e avalia no passado os fatos, acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente, que permitem compreender” (*Combats pour l'histoire*, p. 117, 1953). A história da elaboração da obra de Marc Bloch, *Les Rois thaumaturges* (1924), é disso um exemplo. Combatente nos campos de batalha da guerra de 1914, ele constata a importância dos rumores e das falsas notícias entre os soldados entrencheados. É a partir dessa experiência pessoal que ele passa a analisar essa imensa “falsa notícia” histórica: a cura dos escrofu-

losos pelos reis da França recém-sagrados. Esta importância fundamental do presente para os historiadores dos *Annales* pode ser avaliada pelo número de artigos dedicados pela revista à história contemporânea: mais de 40% entre 1929 e 1941 (cf. os trabalhos de Olivier Dumoulin, apud DOSSE, 1987, p. 61-62). Há inúmeros artigos sobre a situação econômica da União Soviética ou o New Deal, em resposta à afirmação de Lucien Febvre: “Entre o presente e o passado, não existem compartimentos estanques, é o refrão dos *Annales*” (*Annales*, 1932). Para tratar dessas questões, a revista dirige-se a especialistas de economia, banqueiros, financistas como, por exemplo, o diretor do Banco Mundial para o Comércio e Indústria A. Pose; a Divisão Internacional do Trabalho da SDN, dirigida por Albert Thomas, também fornece colaboradores ocasionais. Esta abertura a autores não-historiadores é totalmente nova e contribui para localizar a iniciativa dos *Annales* dentro dessas “estratégias da terceira via” dos anos 30: nem liberalismo, nem marxismo.

A segunda novidade dos *Annales* é a colaboração sistemática entre as diferentes *ciências sociais* e a *história*, mas também as estreitas relações que se estabelecem entre a *geografia* e a *história*; tão estreitas que se fala até mesmo em “geo-história”. Em 1922, com atraso devido à guerra, Lucien Febvre publica *La Terre et l'Évolution humaine*, texto polêmico no qual ele defende a geografia contra os sociólogos e insiste sobre a contribuição da geografia para a história. A posição dos geógrafos nos *Annales* é de importância considerável, e ambas as disciplinas se influenciam mutuamente. Os trabalhos de Marc Bloch (*Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*), de Roger Dion (*Essai sur la formation du paysage rural français*), de Gaston Roupnel (*Histoire de la campagne française*) são disso exemplo. O olhar dos geógrafos (“todo este campo é um livro aberto sob nossos olhos”, C. Roupnel) abre perspectivas aos historiadores, sobretudo no setor da história rural.

Uma das grandes obras de “geo-história” é a tese de Fernand Braudel: *La Méditerranée à l'époque de Philippe II*, que transforma, por sugestão de Lucien Febvre, o que no começo era simplesmente matéria da história clássica – a política mediterrânea de Filipe II – em uma ampla reflexão sobre um espaço, suas relações com o homem, em um prolongado período de tempo, em um tempo quase imóvel: “a distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual” (F. Braudel).

O programa dos *Annales*, em suma, é uma continuação do de Voltaire tal como ele se expressa em *Nouvelles considérations de l'histoire* (1744) e as proposições de Chateaubriand em seu prefácio aos *Études historiques* (1831): “Agora a história é uma enciclopédia; é preciso somar todas as coisas, desde a astronomia até a química, desde a arte das finanças até a da manufatura, desde os conhecimentos do pintor, do escultor e do arquiteto até o do economista”. Ele é a realização dos projetos de Michelet com sua “história total”.

Mais do que pela originalidade absoluta do projeto, os *Annales* inovam pelo seu *tom*. Sem representar uma escola propriamente dita, os *Annales* estão na origem das redes de amizade que depois se transformam em estruturas diversas, em especial na VI seção da École pratique des Hautes Études fundada em 1948 e dirigida por Lucien Febvre. Nela encontram-se pesquisadores de diferentes disciplinas que, em virtude de seu trabalho em equipe, conseguem realizar os objetivos dos *Annales*. É o momento em que gozam de imenso prestígio e os jovens pesquisadores vêm para a França complementar sua formação. O historiador italiano Arnaldo Momigliano testemunha o sucesso da escola dos *Annales*, quando ele constata em 1961 que ela “está assumindo o lugar antes ocupado na Europa pela escola histórica alemã como viveiro de historiadores” (apud DOSSE, p. 97).

## Os fundadores dos *Annales*: Lucien Febvre e Marc Bloch

Existe uma certa injustiça em reduzir a história intelectual dos *Annales* à apresentação de dois homens e sua obra; seria preciso também apresentar como participantes dessa aventura intelectual pessoas como Henri Pirenne, Jules Sion, Albert Demangeon, Maurice Halbwachs, etc. Esta decisão, contudo, se justifica pela influência que aqueles dois homens exerceram sobre diversas gerações de historiadores.

### Lucien Febvre (1878-1956)

Sendo natural do Franche-Comté – ele se compraz em lembrar e em citar Proudhon: os nascidos no Franche-Comté são “anarquistas... de situação” –, Lucien Febvre inicia sua pesquisa por uma tese consagrada a *Philippe II et la Franche-Comté* (1911). Professor em Estrasburgo em 1919, e depois no Collège de France em 1933, ele é antes de tudo um especialista em século 16. Aborda a história através da biografia, contemplando uma época e suas preocupações no destino de uma personalidade: Lutero (*Un destin: Martin Luther*, 1928), Rabelais (*Le Problème de l'incroyance au XVI siècle; la religion de Rabelais*, 1942) ou ainda Margarida de Navarra (*Autour de l'Heptaméron, amour sacré, amour profane*, 1944). Sensível à importância da geografia (*La Terre et l'Évolution humaine*, 1922), ele renova a face da geografia histórica com o livro *Le Problème historique du Rhin* (1931) pelo qual procura compreender e explicar como o Reno, a partir de espaço comercial e de circulação, tornou-se fronteira entre duas nações. Ele reflete sobre a noção de fronteira:

Não existe fronteira quando dois dinastas, acampados nos terrenos de exploração, plantam de comum acordo algumas cercas ao

longo de um campo, ou traçam no meio do rio uma linha divisória imaginária. A fronteira passa a existir quando, transposta essa linha, nos encontramos diante de um mundo diferente, de uma gama de idéias, sentimentos, entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Uma fronteira em outros termos – o que o “ancora” poderosamente na terra, não são nem os soldados nem as aduanas, nem os canhões por detrás das barricadas. Sentimentos, sim; paixões exaltadas e ódios.

Vemos nessa definição uma mistura das reminiscências da história “batalha” e da história política, a preocupação com o espaço econômico e o interesse pela história dos sentimentos que se abre sobre a história das mentalidades.

Lucien Febvre é também um polemista infatigável, autor de 924 artigos escritos entre 1929 e 1948; suas idéias sobre a história encontram-se basicamente reunidas nos *Combats pour l'histoire* (1953) e *Pour une histoire à part entière* (1962). Durante uma conferência ministrada aos alunos da École normale supérieure da rua Ulm, ele propõe sua definição de história:

Não existe história econômica e social. Existe história simplesmente, em sua Unidade. A história que é inteiramente social por definição. A história que eu considero objeto de estudo, realizado cientificamente, de diversas atividades e de diversas criações dos homens do passado, considerados, no contexto de sua época e de sociedades extremamente variadas e, contudo, comparáveis entre si (conforme postula a sociologia), e que encheram a superfície da Terra e a sucessão dos tempos. [...] Os homens, únicos objetos da história – de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e graus, lado a lado com a antropologia, a psicologia, a lingüística, etc., de uma história que não se interessa por algum homem abstrato, eterno, de essência imutável e sempre idêntico a si mesmo – mas aos homens sempre no contexto



das sociedades às quais pertencem – aos homens membros dessas sociedades em uma época bem determinada de seu desenvolvimento – aos homens dotados de funções múltiplas, dedicados a atividades diversas, com preocupações e aptidões variadas, todas se misturando, se entrecrocando, se contrariando e terminando por estabelecer entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama Vida (*Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1965).

### Marc Bloch (1886-1944)

Oriundo dos meios da burguesia judia de Paris, filho de um dos grandes especialistas em história antiga (Gustave Bloch), Marc Bloch, recebido como Lucien Febvre na École normale supérieure da rua Ulm, estuda nas universidades alemãs entre 1908-1909. É admitido como interno da Fondation Thiers onde encontra dois normalistas: o sinólogo Maurice Granet e o helenista Louis Gernet. Este trio organiza um grupo de pesquisas e Maurice Granet influencia profundamente seus dois amigos aos introduzi-los nos métodos e na problemática da antropologia histórica, que marcará tanto a obra de Louis Gernet (*Le Génie grec dans la religion*, 1932) como a de Marc Bloch. Ele começa lecionando história no liceu e em seguida é convocado como oficial em 1914. A experiência da guerra deixa marcas duradouras e, em 1919, ele é nomeado para a universidade de Estrasburgo, logo após ter defendido uma tese de história medieval *Rois et serfs*, e vai construir uma obra profundamente original cujas obras-chave são *Les Rois thaumaturges* (1924), *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931) e *La société féodale* (1936).

Em *Les Rois thaumaturges*, Marc Bloch entrega-se a um estudo comparativo dos ritos de sagração na França e na Inglaterra, fiel à idéia que ele defenderá sempre: uma história compara-

tiva somente pode ser concebida para blocos culturais vizinhos. Ele procura compreender como as populações puderam acreditar no milagre da cura das escrófulas pelos reis recém-sagrados:

Sem dúvida, ninguém cogitaria acreditar no milagre se não houvesse uma predisposição a esperar dos reis precisamente um milagre. Os espíritos estavam já inclinados – será preciso lembrá-lo? – a esta expectativa. A idéia de uma realeza sagrada, de ascendência muito remota, fortificada pelos ritos de unção e todo o desabrochamento da lenda monárquica, habilmente explorada, além de alguns políticos matreiros, hábeis em utilizá-la na proporção em que eles mesmos partilhavam do preconceito comum, povoava a consciência popular. [...] O que originou a idéia do milagre foi o sentimento de que deveria haver um milagre. [...] Assim é difícil enxergar na fé no milagre real outra coisa que não um erro coletivo (Gallimard, 1987, p. 428-429).

*Les Rois thaumaturges* abre assim a via não apenas aos estudos de antropologia histórica por historiadores da Antigüidade em torno de Marcel Détiene, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, mas também a uma renovação da história política.

Eleito para a Sorbonne em 1936, Marc Bloch jamais terá franqueadas diante de si as portas do Collège de France. No verão de 1940, ele redige *L'Étrange Défaite*, reflexão sobre as razões profundas da ruína francesa na primavera de 40. No começo de 1941, exerce o magistério na universidade de Clermont-Ferrand; depois em novembro de 42, ameaçado pela invasão alemã na zona livre, é obrigado a refugiar-se na clandestinidade e unir-se à resistência lionesa; preso pelos alemães, é fuzilado em junho de 1944. Destes últimos anos restam apenas as anotações, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, organizadas postumamente por seu amigo Lucien Febvre.

## A “NOVA HISTÓRIA”

### Novos centros de interesse

Após a Segunda Guerra, os fundadores dos *Annales* desaparecem, são sucedidos pelos seus herdeiros, e as bases de sua obra são sólidas. Lucien Febvre preside à mudança de nome da revista que abandona a palavra “história” para melhor afirmar seu papel de cruzamento das ciências sociais (*Annales: Économies-Sociétés-Civilisations*): “os *Annales* estão mudando porque tudo está mudando ao seu redor: os homens, as coisas, em uma palavra, o mundo” (L. Febvre). Na École des Hautes Études cria-se em 1948 a VI seção, especializada nas ciências econômicas e sociais, cuja finalidade é possibilitar a integração entre ensino e pesquisa no quadro de uma realidade multidisciplinar; Lucien Febvre mantém a direção até sua morte em 1956 e Fernand Braudel assume seu posto.

### O sucesso da sociologia

Entre as ciências sociais, a *sociologia*, já disciplina plenamente universitária, solidifica sua posição. Georges Gurvitch cria, em 1946, dentro do CNRS, um Centro de Estudos Sociológicos: uma revista, os *Cahiers internationaux de sociologie* garantem a difusão dos novos estudos. Em 1945, Jean Stoetzel funda o IFOP para a análise das mudanças sociais. Inspirado na sociologia empírica americana, o IFOP desenvolve uma pesquisa complementar aos trabalhos franceses, mais marcados pela influência da psicologia social. A abertura em 1958 de um bacharelado e um doutorado em sociologia possibilitam a formação dos estudantes e futuros pesquisadores. Disciplina nova no mundo universitário, a sociologia conquista imediato sucesso.

Esse desenvolvimento é ativamente sustentado por uma vontade política que, em um contexto de crescimento econômico, leva em consideração a evolução inevitável da sociedade. O Estado, as empresas, os sindicatos, todos esperam que a sociologia forneça explicações das transformações econômicas. A história se beneficia com este imenso sucesso da sociologia e mais particularmente os historiadores dos *Annales*, já sensibilizados pelo aporte das ciências sociais. Contudo, no campo das ciências humanas, continua viva a polêmica sobre o papel da história. Surgem críticas ainda mais violentas que as de François Simiand. Um dos discursos mais anti-históricos é o de Claude Lévi-Strauss cujas obras: *Tristes Tropiques* (1955) e *Anthropologie structurale* (1958) fundam o *estruturalismo*. Para Lévi-Strauss, o historiador continua no nível da observação empírica, “a história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às expressões inconscientes da vida social” (*Anthropologie structurale*, p. 25, 1958). De acordo com esta análise, a história tem apenas uma posição secundária, reduzida a simples material de base. Os historiadores se sublevarão contra esse reducionismo e, entre os primeiros deles, Fernand Braudel que reintroduz as “estruturas” no cerne do discurso histórico.

### Os inícios da demografia histórica

Em 1945 é fundado o INED e, em 1946, o INSEE. Demógrafos e historiadores se associam para expor em 1956 os princípios de um método no *Manuel* de M. Fleury (arquivista) e L. Henry (demógrafo), que explica como estudar os registros paroquiais, elaborar fichas e depois utilizá-las numa perspectiva histórica. No começo dos anos 60, surgem diversos estudos de demografia histórica que lançam as bases da disciplina (P. Ganiage, *Trois villages d’Île-de-France*, 1963; P. Gouhier, *La population*

de Port-en-Bessin, 1962) e teses importantes: Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis* (1960); Emmanuel Le Roy Ladurie: *Les Paysans du Languedoc du XV<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle* (1966); François Lebrun, *Les Hommes et la Mort en Anjou aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles* (1971). Em 1962, Marcel Reinhard, Pierre Goubert, L. Henry, Louis Chevalier e Jacques Dupâquier fundam a Sociedade de Demografia Histórica; o CNRS edita os *Annales de démographie historique* a partir de 1964. Centros de pesquisa universitários são instituídos, sendo que um dos mais representativos é o de Caen, sob a direção de Pierre Chaunu.

### O tempo do economismo triunfante

Também a história econômica experimenta, nos anos 50, uma importante renovação. As causas são diversificadas, e o contexto nacional e internacional desempenham um papel importante. As espetaculares mudanças econômicas, apoiadas sobre a revolução tecnológica dos anos 50-60, chamam necessariamente a atenção dos historiadores. Deve-se também notar a contribuição da informática à pesquisa histórica, disponibilizando um instrumental precioso ao pesquisador. A partir desse momento, a história econômica pode registrar grandes quantidades de estatísticas e tratá-las de maneira segura graças aos recursos disponibilizados pelos computadores: inaugura-se o tempo da história em série. Como vimos, com a renovação da “geohistória”, ela busca inscrever a pesquisa estatística no quadro de um espaço tão amplo quanto possível: assim a tese de Pierre Chaunu, *Séville et l'Atlantique* (primeira edição por SEVPEN 1955-1960, reeditado por Flammarion em 1977 sob o título *Séville et l'Amérique*), ou ainda a de Pierre Vilar: *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales* (1962).

As mudanças políticas, enfim, deixam sua marca na pesquisa histórica nesse contexto de pós-guerra. Após 1947, instala-se a guerra fria; os intelectuais – e os jovens historiadores – cercam fileiras em torno ao partido comunista (até 1956), na qualidade de membros ou simples “companheiros de viagem”; tal é o caso das gerações normalistas dos anos 50, como François Furet: “Quando busco compreender, vinte e cinco anos depois, o que restou de comum entre nós, além das lembranças e dos sentimentos, eu me pergunto se nossa adolescência tardia nas fileiras do partido comunista não exerce maior influência do que nossa atividade de historiadores na École de Hautes Études” (*Atelier de l'Histoire*, p. 12-13).

### Entre *Annales* e “nova história”: Fernand Braudel (1902-1985)

Fernand Braudel é considerado, por várias razões, como o “pai fundador” da “nova história”. Homem de poder e excelente administrador, ele domina durante mais de vinte anos (1946-1968) as estruturas institucionais que enquadram a pesquisa histórica na órbita dos *Annales*. Agregado em 1923, exerce o magistério na Argélia até 1932 e aí descobre o Mediterrâneo, seu espaço, sua identidade. A ele dedicará sua tese, sob a orientação de Lucien Febvre, que reconhece nele um discípulo de talento. Uma estada no Brasil entre 1935 e 1937 abre-lhe horizontes que vêm complementar sua abordagem geográfica da história. Prisioneiro durante a Segunda Guerra mundial, ele defende sua tese por ocasião de seu retorno. Nesta primeira tese de geohistória que aplica as teorias dos *Annales*, Fernand Braudel propõe numerosas abordagens do tempo: a longa duração, uma história imóvel das relações entre o homem e o espaço; uma história das estruturas – sociais, econômicas, demográficas – e, enfim, uma história do acontecimento em um tempo curto, o reinado de Filipe II.

Diretor dos *Annales*, presidente da VI seção da École pratique des Hautes Études, professor no Collège de France, membro da Academia Francesa, Fernand Braudel realiza uma brilhante carreira na trilha de Lucien Febvre. Ele desenvolve sua reflexão sobre a história em numerosos artigos reunidos em 1969 sob o título *Écrits sur l'histoire*. Ele critica abertamente a história universitária e tenta modificar o espírito do concurso de agregação enquanto ele é presidente da banca em 1950-1955. Milita ativamente em favor da abertura em direção às outras ciências sociais e do papel federativo da revista dos *Annales* a este respeito. Enfim, ele publica em 1980 uma grande síntese: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme du XV<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle* (1980). Nos anos 70, esta parte da obra de Fernand Braudel suscita grande interesse nos meios econômicos, que encontram um apoio histórico para suas análises. Jacques Attali sugere seu nome, em 1979, ao prêmio Nobel de economia.

Contudo, é basicamente enquanto diretor e administrador que Fernand Braudel deixa uma marca forte nos historiadores dos anos 50-60. Na École de Hautes Études, ele lança em 1956 um projeto de estudo das grandes áreas culturais (a área do Pacífico, do Atlântico, etc.), cuja inspiração surgiu durante sua viagem de estudos aos Estados Unidos (1955) e que será em parte financiado pela Fundação Rockefeller. Vários pesquisadores estrangeiros associam-se à realização desse projeto ambicioso, contribuindo eficazmente para que a fama da escola histórica francesa ultrapasse as fronteiras do país. A VI seção encontra-se então em pleno coração da pesquisa, o que provoca a irritação de certos universitários que denunciam o imperialismo de Fernand Braudel (tanto mais quanto o mestre normalmente tende a comporta-se como soberano...). Fernand Braudel, no entanto, continua irredutível; seu grande projeto de desemboca, em 1968, na criação da Maison des Sciences de l'Homme, localizada no *boulevard Raspail*. Em 1975, na VI seção da École pratique de Hautes Études transforma-se em École des Hautes Études en Sciences Socia-

les, com o estatuto de universidade, concluindo com sucesso sua evolução de lugar federativo das ciências sociais.

Fernand Braudel aposenta-se oficialmente em 1968, e sua popularidade é imensa no exterior. A reedição periódica de suas obras, principalmente no tipo livro de bolso, prova que seu pensamento continua alcançando o grande público. Sua obra marcará a transição entre os trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch e os dos historiadores da geração dos anos 60.

### O manifesto da “nova história”

A expressão “nova história” data de 1978 quando se publica, sob a direção de Jacques Le Goff, com a assistência de Roger Chartier e Jacques Revel, pela editora Retz, um *Dictionnaire de la nouvelle histoire*. Na época, a “novidade” conhece um grande sucesso nos veículos de comunicação e é aplicada tanto aos filósofos quanto à culinária...

Esta “nova história” é elaborada por historiadores nascidos nos anos 20 e que, com François Furet, reivindicam serem herdeiros dos *Annales*: “[sua] ausência de espírito sistemático, desde as origens... [o] gênio próprio da revista que foi uma idéia simples e forte: a abertura da disciplina a novas temáticas, a vagabundagem por todos os terrenos”.

Em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora publicam, pelas edições Gallimard, três volumes intitulados *Faire de l'histoire*. O objetivo encontra-se definido no prefácio:

O campo histórico atual é ilimitado e sua expansão ocorre conforme linhas ou zonas de penetração que deixam entre si os espaços esgotados ou não cultivados; [...] As disciplinas de base da ciência atual sofrem uma profunda mutação, as técnicas intelectuais fundamentais passam por uma reviravolta decisiva. A linguística,

as matemáticas vivas são aquelas que chamamos de modernas, e este epíteto é recusado à história porque ela designa tradicionalmente um período e não um tipo de história, existe paralelamente uma história nova. É esta que queremos apresentar aqui. A novidade consiste, em nossa opinião, em três processos: novos problemas trazem à discussão a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, surgem no campo epistemológico da história [...] [assiste-se a uma] tomada de consciência, por parte dos historiadores, do relativismo de sua ciência [...] a história sofre também a agressão das ciências sociais na qual a quantificação é rainha, como a demografia ou a economia. Ela se transforma em laboratório experimental das hipóteses dessas disciplinas.

Os “novos historiadores”, à semelhança de muitos de seus predecessores na França, recusam-se firmemente a misturar história e filosofia:

A nova história, que rejeita mais firmemente do que nunca a filosofia da história e que não se reconhece nem em Vico nem em Hegel, nem em Croce, nem muito menos em Toynbee, não se contenta com as ilusões da história positivista e, além da crítica decisiva do fato ou do acontecimento históricos, volta-se para uma tendência conceitualizante que se arrisca a levá-la em outra direção que não ela mesma, quer se trate das finalidades marxistas, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas.

Esta suspeita também se explica pela preocupação de permanecer dentro dos limites estritos da história, ao mesmo tempo em que redefine com ênfase o papel do historiador:

Esse desbravador, esse aventureiro, esse conquistador que é o historiador moderno sente-se deslocado [...] Ele não pode mais ser Mi-

chelet, modelo desesperante consumado, gigante com os pés de barro; ele não pode ser (também não?) Einstein. Homem de ofício (Marc Bloch fez disso um programa), ele é um homem extremamente dedicado à arte; e, mais ainda do que a maneira como se faz história, ele ambiciona iluminar a história por fazer (prefácio, p. XII).

A “nova história” permanece, portanto, na tradição dos *Annales*, afirmando-se como disciplina federativa no coração das ciências sociais e ao mesmo tempo recusando qualquer filosofia da história.

### Uma presença variável na mídia

Estes historiadores decidem tornar-se conhecidos do público mais amplo e utilizam com sucesso o rádio, e depois a televisão. Eles fazem programas, normalmente ambiciosos, como as “Segundas-feiras com a história” no canal France-Culture, apresentados inclusive por Jacques Le Goff, que faz uma crônica semanal sobre os lançamentos na área de história; os debates são principalmente animados pelos historiadores da revista *Annales* e do EHESS. Georges Duby renova o gênero histórico pelas suas aparições televisivas no programa “O tempo das catedrais” (1973). Será posteriormente presidente de uma rede de televisão, a Sept (1985). Ele desempenha um papel de conselheiro em matéria de história para as produções cinematográficas (por exemplo, junto a Bertrand Tavernier em seu filme *La Passion Béatrice*). O sucesso dos historiadores junto ao público faz com que sejam continuamente solicitados pelas emissoras de TV; Bernard Pivot, em seu programa “Apostrophes” convidou praticamente todos os historiadores conhecidos da época: P. Ariès, Jacques Le Goff, E. Le Roy Ladurie,

François Furet, Pierre Vidal-Naquet, J.-P. Vernant, George Duby, J. Tulard, e outros. A história universitária, pela intermediação da mídia, começa a acercar-se do grande público. Marc Ferro animou um programa de comentários de arquivos da Segunda Guerra Mundial: "Histórias paralelas". O canal Arte criou um programa: "Mercredis de l'histoire". Em 1993, "Les Brûlures de l'histoire" (terceiro canal) oferecem uma análise histórica sobre assuntos do século 20, substituída no final de 1995 pelos "Dossiers de l'histoire".

Nos anos 70, as editoras criam novas coleções na área de história: Gallimard, em 1972, sob a direção de Pierre Nora, funda a "Bibliothèque des histoires" (o plural do termo "histoire" é um programa em si); Éditions du Seuil lança uma revista destinada aos estudantes e público em geral, *L'Histoire* (1978), e cria a coleção "L'Univers historique", ao passo que se abre uma nova coleção de bolso chamada "Points" onde não apenas obras são reeditadas (Flammarion havia sido a pioneira com sua coleção "Sciences" que publicava, em formato de bolso, teses antes inacessíveis), mas também textos inéditos. A editora Seuil publica textos inéditos em sua coleção "Points Histoire": a nova história da França contemporânea, com a história da França medieval e moderna e depois volumes sobre a história antiga. A editora Albin Michel retoma a coleção "L'Evolution de l'Humanité".

A imprensa escrita partilha desta admiração fervorosa pela história: os jornais diários entregam de boa vontade seus editoriais a historiadores (por exemplo, Jacques Julliard no *Nouvel Observateur*, Alain-Gérard Slama no *Point* e no *Figaro*). A cada verão, *Le Monde* abre espaço em suas colunas para a crônica histórica. Essa renovação editorial comprova ao mesmo tempo a existência de um público e o dinamismo dos historiadores que, pela influência que estes exercem na mídia, tornam-se homens de poder.

## A produção histórica

A "nova história" é igualmente renovada pelas abordagens dos anos 60 com o estruturalismo, representado por Michel Foucault (*Histoire de la folie à l'âge classique*, 1961; *Les Mots et les Choses*, 1966; *L'Archéologie du savoir*, 1969; *Surveiller et punir, naissance de la prison*, 1975; *Histoire de la sexualité*, 1976-1984). Ela conservou como questão de princípio a recusa da biografia, da história do acontecimento e da história política. Obviamente esses temas são abordados dentro de uma perspectiva globalizante, com a preocupação de voltar-se para os grupos sociais e suas motivações no quadro de uma história apresentada como imóvel; Emmanuel Le Roy Ladurie escolhe como título de sua aula inaugural no Collège de France "L'Histoire immobile" (30 de novembro de 1973). Nesta perspectiva, os camponeses são objeto de particular interesse como o ilustra a grande *Histoire de la France rurale* (História da França rural) organizada por Georges Budy (1976).

O historiador utiliza os mesmos documentos explorados pelas gerações que o antecederam, mas com um olhar diferente. Esse olhar é determinado primeiramente pela sua personalidade. Toda esta geração de historiadores reivindica fortemente o direito de fazer coincidir suas preocupações, suas angústias, seus centros de interesse pessoal e o campo de sua pesquisa. Na série de textos reunidos por Pierre Nora sob o título explícito de *Essais d'ego histoire*, vários autores explicam sua intenção. Quando ele realiza o trabalho monumental sobre *La Peur en Occident du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Jean Delumeau afirma ter sido influenciado por suas lembranças do tempo em que, ainda criança, tremia de medo ao ouvir os sermões sobre o inferno. Michèle Perrot que, com Georges Duby, presidiu a direção de uma grande *Histoire des femmes en occident*, confessa ter-se interessado pelo assunto porque este correspondia aos seus inte-

resses pessoais. A nova história abre-se, portanto, sobre um vasto “território” à escolha de cada um; o resultado é uma crítica normalmente feita: a de uma “história em migalhas”, conforme a expressão de François Dosse.

Esta história que se quer total recusa a história nacional – tão apreciada antigamente – ou, em caso afirmativo, enfocando apenas épocas muito amplas e grandes temas: tal é a história do Estado lançada pelas edições Seuil, por André Burguière e Jacques Revel.

### A história das mentalidades

Nessa “vagabundagem sobre todos os terrenos”, um campo praticamente ignorado pelas gerações anteriores conquistou grande atenção: o da história das mentalidades. Michelet tentou algumas abordagens com sucesso – basta reler *La Sorcière* para comprová-lo – mas era praticamente tudo o que havia sido feito em termos de história do século 19. É com Lucien Febvre que nasce essa curiosidade pela história das mentalidades, história das sensibilidades de uma época. Seus estudos sobre Rabelais e Margarida de Navarra lançam as primeiras bases. É nos anos 60 que o termo “mentalidade” entra na moda. Em 1962, Robert Mandrou redige um artigo sobre o sujeito para a *Encyclopaedia Universalis*. Enquanto está na direção da *Encyclopédie de la Pléiade*, *L'Histoire et ses méthodes*, Charles Samaran, diplomado da École Nationale des Chartes, apesar de suas reservas para com este tipo de pesquisa, pede a Georges Duby que faça uma apresentação da história das mentalidades. O vocábulo é conhecido desde o fim do século 19, mas é Lucien Lévy-Bruhl que lhe concede cidadania com sua obra *La Mentalité primitive*. Alphonse Dupront aparece como um desbravador – mesmo se seus trabalhos são contestados – quando ele estuda a “idéia de cruzada”.

Toda uma geração de historiadores apaixonou-se por esta iniciativa e, segundo a feliz formulação de Michel Vovelle, faz a história subir “do porão para o sótão”.

Hoje, Georges Duby constata:

Já não emprego o termo mentalidade, e sua defasagem pode ser facilmente constatada. Mas, naquela época, final dos anos 50, ela era útil, por causa de suas limitações, até mesmo pela sua imprecisão, para designar a *terra incognita* à qual convidamos os historiadores para explorar conosco e cujos limites ou topografia nos eram até então desconhecidos. [...] Não era o indivíduo que nos interessava. Obrigados, naturalmente, a alcançar o que nós desejávamos obter através do estudo da personalidade, nós nos esforçávamos em abstrair o singular de seus pensamentos. Como não aceitávamos separar estes de seu corpo, também não consentíamos em isolar esse indivíduo do meio onde ele estava inserido. Por mentalidades, entendíamos o conjunto fluído de imagens e de certezas desarrazoadas ao qual se reportam todos os membros de um mesmo grupo (*L'Histoire continue*. Paris: Odile Jacob, 1991).

Philippe Ariès (1914-1984) proporciona uma ilustração competente desse tipo de história. Após ter tentado em vão duas vezes a agregação, ele entra para o Institut de Recherches coloniales. À margem da instituição universitária (ele será finalmente eleito diretor de estudos do EHESS em 1977), ele constrói uma das obras históricas mais originais de sua geração: a *Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVIII<sup>e</sup> siècle* (1948), trabalho precursor de demografia histórica, *L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime* (1960) e, enfim, *L'Homme devant la mort* (1977), para citar seus três livros fundamentais. Ele divide com Georges Duby a organização de uma *Histoire de la vie privée*, embora morra antes da realização do projeto (editado em 1987).

## Outros historiadores

Se, por um lado, os *Annales* e seus herdeiros marcaram profundamente a produção histórica desde os anos 30, esta não pode ser reduzida a esta escola, mesmo se historiadores como René Rémond e Raoul Girardet, que construíram toda a sua obra fora de seus muros, confessam sentir uma certa nostalgia em tê-la dessa maneira evitado.

Todo um segmento da *história contemporânea* foi escrito no seio da Fondation nationale des Sciences Politiques, fiel às diretivas estabelecidas nos anos 30 por André Siegfried. Esta história política, muito preocupada com a história contemporânea, aberta à sociologia política, encontra-se atualmente representada por René Rémond, Serge Berstein, Pierre Milza, Jean-Pierre Azéma e Michel Winock que, no quadro do IEP de Paris, dirigiram ou ainda dirigem as novas gerações de pesquisadores atentos à história da França do século 20, mais particularmente a partir de 1940.

É igualmente nessa instituição que Pierre Renouvin, nos anos 30, reorganizou a história diplomática – que se tornará história das relações internacionais. Outro período esquecido pelos *Annales: a história da Antigüidade*. O desenvolvimento da arqueologia por um lado e uma melhor colaboração entre as diferentes “ciências auxiliares” (numismática, epigrafia, etc.) de outro possibilitaram uma nova releitura. O desenvolvimento da antropologia histórica depois de Louis Gernet, cujo sucessor é Jean-Pierre Vernant (no Centro de Pesquisas Comparadas sobre as Sociedades Antigas), completará suas pesquisas com um generoso emprego do aporte das ciências humanas. Depois dele, ou em colaboração com ele, Pierre Vidal-Naquet, Marcel Détienné e Nicole Loraux procuram compreender com maior precisão o pensamento antigo, mas essa renovação atinge hoje basicamente o mundo dos helenistas, pois os historiadores romanos permanecem mais tradicionalistas.

## OS NOVOS CANTEIROS DA HISTÓRIA

Depois de aproximadamente duas décadas algumas tendências se delineiam. A rejeição conjugada da biografia, do acontecimento e da história política parece ter prevalecido em benefício de uma *história política* de excelente qualidade, tanto em história contemporânea quanto em história moderna ou medieval. Para estas duas últimas épocas, pode-se destacar a obra de Colette Beaune, *Naissance de la nation France* que, na trilha de Marc Bloch, utiliza a antropologia histórica e valoriza as lendas e os ritos que, em torno dos reis, fundaram a nação. Joël Cornette, para o século 17, propõe uma visão renovada de Luís XIV ao mostrar como a guerra, utilizada pelos teólogos, a propaganda e o programa de decoração de Versailles, fundamentam e legitimam a soberania do rei. Assiste-se, com seus livros, a uma renovação da história política, embora significativamente distante da leitura tradicional: um e outro são herdeiros distantes do Marc Bloch dos *Rois thaumaturges*. Nesse âmbito, os trabalhos de Emmanuel Le Roy Ladurie (*Montaillou, village occitan*, ou *Le Carnaval de Romans*) ilustram também os campos de aplicação da antropologia histórica.

Para a história política contemporânea, a obra fundadora é *La Droite en France*, de René Rémond (1954). Sob sua direção, tanto na Fundação Nacional de Ciências Políticas como na Universidade de Paris X (Nanterre), essa disciplina experimenta um sucesso cada vez maior. Abre-se também uma nova história política que se quer história cultural do político, representada principalmente por Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux.

A *biografia* também se beneficia dos favores do público, e seus autores são principalmente – mas não exclusivamente – os diplomados da École Nationale des Chartes como Ivan Cloulas, Jean Favier. Primeiro sinal disso foi o grande sucesso editorial, em 1975, de *Louis XI*, de Paul Murray Kendall. Outras grandes biogra-



fias seguiram-se, escritas por historiadores de diversas famílias: *Guillaume le Maréchal*, de Georges Duby, *Charles VI*, de François Autrand, *Philippe Pétain*, de Marc Ferro, *Condorcet*, de Robert e Élisabeth Badinter, etc. Essa renovação explica-se por diversos fatores: uma expectativa do público, a preocupação, após as extensas narrativas da história das coletividades, de voltar-se para o indivíduo numa sociedade marcada pela crise e menos interessada do que antes pelos grandes movimentos que contribuíram para eclipsar o indivíduo. Testemunha dessa evolução é Jacques Le Goff, um dos grandes historiadores da “nova história”, que lança, em janeiro de 1996, uma monumental biografia de São Luís e constata: “Assim eu me convenci dessa evidência intimidadora: a biografia histórica é um dos modos mais difíceis de se fazer história” (*Saint Louis*. Paris: Gallimard, 1996. p. 14). Paralelamente, a história dos movimentos sociais vive um real declínio.

A *história cultural* desponta igualmente como um riquíssimo campo de pesquisa. Ela designa atualmente o que antes se chamava de história das mentalidades, e se preocupa ao mesmo tempo com a história dos gestos (Jean-Claude Schmitt), das cores (Michel Pastoureau), dos intercâmbios entre a cultura popular e a cultura erudita, das abordagens religiosas, modos de leitura ou a manifestação dos sentimentos. Ele reencontra também uma história dos comportamentos – que havia sido desbravada por Philippe Ariès, Michel Foucault, Jean-Louis Flandrin, etc. – e das sensibilidades: a história dos gostos (Jean-Paul Aron que analisa a figura do comedor\* no século 19), dos odores (Alain Corbin: *Le Miasme et la Jonquille*), ou o ritmo do tempo, tal como é analisado por Alain Corbin ao escrever sua história do relógio (1994). A esta história cultural, enfim, pode-se acrescen-

\* O livro de J.-P. Aron estuda os comportamentos alimentares (e também gastronômicos), com seus usos e costume, e propõe um tipo social denominado “comedor”. (N.T.)

tar a história dos grupos que se identificam pela idade – os jovens, ou pelo gênero – as mulheres.

Finalmente, entre os canteiros mais recentes, encontra-se o da historiografia. Durante muito tempo considerada como um simples inventário desprovido de interesse, a historiografia é atualmente objeto de novas pesquisas que realçam os diferentes modos de escrever a história conforme as épocas.

## Resumindo

No final dos anos 70, Georges Duby constatava: “Tenho uma sensação de que estou sem fôlego”. A revista *XX<sup>e</sup> siècle* também registrava uma constatação decepcionante, em 1987, sob o título “A história tem um futuro?”. Os autores lançavam diferentes questões: a do recrutamento de historiadores em uma demografia universitária pouco favorável; a da possibilidade, para os autores, de escrever fora de seus contextos tradicionais: historiadores amadores e historiadores em meio período estariam condenados pelo corporativismo da profissão como já denunciava Jean Chesneaux em 1976 (*Du passé faisons table rase*. Paris: Maspero, 1976)?

Em absoluta contradição com as declarações triunfantes dos anos 70 durante os momentos de glória da “nova história”, Jean-Clément Martin observava que “a história ocupa um lugar muito restrito nas preocupações sociais e políticas de nosso país. Quer gostemos quer não, é preciso reconhecer esse fato, e não contar com um futuro muito promissor”. Pessimismo ao qual François Dosse responde ao propor outros horizontes ao historiador:

Se o historiador, pela tendência que tem quando lida com a problemática analítica, renuncia à sua vocação globalizante, se ele desiste de construir uma ciência da mudança para contentar-se com os horizontes imóveis, se ele persiste em ignorar o campo do

político e do presente, a base histórica sofrerá uma fissura com força sempre maior para finalmente desmoronar, e Clio presenciará nesse caso não uma infecção de menor importância, mas uma doença fatal. A história perde a sua legitimidade a partir do momento em que perde seu poder de refletir a respeito de si mesma e, através dela, de tornar mais compreensível o tempo presente.

A admiração do público pela história permanece, apesar das inquietações dos historiadores profissionais. Contudo, esse interesse se dirige à “história-espetáculo” (por exemplo, o espetáculo de Robert Hossein sobre Maria Antonieta, 1993), uma história-celebração (o bicentenário da Revolução Francesa ou o cinquentenário do desembarque das tropas na Normandia), uma história familiar (sucesso das pesquisas genealógicas) nas quais os historiadores universitários – qualquer que seja a sua “casa” (EHESS, Universidades, École des Chartes, CNRS, Institut du Temps Présent) – já não mais se reconhecem.

## CONCLUSÃO

A história tem um sentido? A filosofia cristã estabeleceu como linha de interpretação a vontade divina; é sob essa ótica que os historiadores pensam e escrevem durante a Idade Média e a Idade Moderna, desde Santo Agostinho até Bossuet. Com os filósofos das Luzes, a questão se renova e Kant elabora o princípio de uma finalidade histórica, mas como simples resposta a um “plano da natureza” desembaraçado de uma vontade superior (*L’Idée d’une Histoire Universelle d’un point de vue cosmopolitique*, 1784). Para Hegel, o mundo governado pela razão caminha necessariamente em direção ao progresso. Marx retoma essa idéia e a transforma. No materialismo histórico, a luta de classe é de alguma maneira o motor da história e se impõe aos homens: “Os homens fazem a história, mas eles não sabem a história que fazem”.

Em meio às turbulências dos anos 70, dois discursos se entrecrocaram: aquele ilustrado, entre outros, por Jean Chesneaux que, em sua obra com um título programático *Du passé faisons table rase*, afirma que o saber histórico é antes de tudo político: “O passado é ao mesmo tempo uma tessitura de lutas e um elemento constitutivo da relação entre as forças políticas”. Além da idéia segundo a qual toda história é política, Jean Chesneaux de-

nuncia também uma corporação historiadora que monopoliza sua escritura, chegando a uma conclusão simples: “A história é definitivamente algo muito importante para ser deixada aos cuidados dos historiadores”.

O outro discurso é o da suspeição. Paul Veyne propõe uma leitura provocadora fundamentada sobre a idéia de que tudo é histórico, e que portanto a história não existe. Ela nada mais é do que uma sucessão de pontos de vista de historiadores: “O que é a história? [...] A resposta é a mesma desde que há dois mil e duzentos anos os discípulos de Aristóteles a encontraram: os historiadores narram acontecimentos autênticos cujo autor é o homem; a história é um romance da realidade”.

Os historiadores franceses, contudo, à diferença de seus colegas alemães, têm dado pouca atenção à filosofia da história, deixando esta aos cuidados dos filósofos (Raymond Aron, Paul Ricoeur, etc.). Pouco sensível à idéia de uma história universal ilustradora de um grande desígnio, a historiografia francesa deixou este tipo de trabalho aos alemães (Oswald Spengler) ou aos ingleses (Edouard Gibbon, Arnold J. Toynbee). Em suma, o grande problema da historiografia francesa durante séculos tem sido menos de dar um sentido à história do que definir-lhe a função: a de dizer e de fundar a nação. Será necessário aguardar o surgimento dos *Annales* – e as novas condições do século 20, quando nação e regime estão solidamente estabelecidos – para que este discurso histórico se apague diante de outros campos de interesse. Aos tempos da certeza sucedem os tempos da dúvida, o que é traduzido pela escrita da história, em situação de defesa frente às ciências sociais concorrentes.

## AS OBRAS HISTÓRICAS

Apresentamos uma seleção das “grandes obras” dos séculos passados e uma seleção personalizada de obras históricas recentes que ilustram a diversidade da escola histórica francesa contemporânea.

- 591 (Aproximadamente) Gregório de Tours, *Histoire des francs*.  
século 12 (Início) Suger, *Chroniques de Saint-Denis*.  
1152-1213 (Aproximadamente) Godofredo de Villehardouin, *Conquête de Constantinople*.  
1309 Jean de Joinville, *Le Livre des saintes paroles et des bonnes actions de saint Louis*.  
século 14 (Final) Jean Froissart, *Chroniques de France, d'Angleterre et de pais voisins*.  
1489-1498 Philippe de Commines, *Mémoires*.

### 1500

- 1500 Paul Émile, *De rebus gestis Francorum*.  
1509-1513 Jean Lemaire de Belges, *Illustrations des Gaules et singularités de Troie*.  
1544-1607 presidente de Thou, *Historia mei temporis* (história dos anos 1544-1607), traduzida para o francês em 1734.  
1560-1621 Étienne Pasquier, *Recherches de la France*.

- 1566 Jean Bodin, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*.  
 1572 François Hotman, *Franco Gallia*.  
 1576 Girard du Haillan, *Histoire générale des rois de France*.  
 1599 Lancelot de la Popelinière, *Histoire des histoires, avec l'idée de l'histoire accomplie. Dessein de l'histoire nouvelle des Français*.  
 1599 Cl. Fauchet (historiógrafo do rei Henrique IV), *Antiquités gauloises et françaises jusqu'à Clovis*.

**1600**

- 1609 André Duchesne, *Les Antiquités et Recherches de la grandeur et majesté des Rois de France*.  
 1643-1651 Eudes de Mézeray, *Histoire de France*, (reeditada até 1830).  
 1681 Bossuet, *Discours sur l'histoire universelle*.  
 1688 Bossuet, *Histoire des variations des églises protestantes*.

**1700**

- 1713 Lengley-Dufresnoy, *Méthode pour étudier l'histoire*.  
 1714 Fénelon, *Projet d'un traité sur l'histoire*.  
 1721 padre Daniel, *Histoire de la milice française*.  
 1727 Boulainvilliers, *État de la France ... avec les mémoires historiques sur l'ancien gouvernement de cette monarchie jusqu'à Hugues Capet*.  
 1731 Voltaire, *Histoire de Charles XII*.  
 1731-1738 Rollin, *Histoire ancienne*.  
 1734 abade Dubos, *Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules*.  
 1737 marquês d'Argenson, *Considérations sur le gouvernement ancien et présent de la France* (publicado em 1764).  
 1740 edição de Jean de Laboureur (1633-1675), *Histoire de la pairie en France et du Parlement de Paris*.  
 1778 Mably, *De l'étude de l'histoire*.  
 1782 Mably, *De la manière d'écrire l'histoire*.

- 1794 Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*.  
 1795 fundação do *Magasin encyclopédique* (edição das antiguidades).  
 1797 Chateaubriand, *Essai politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes considérées dans leurs rapports avec la Révolution française*.

**1800**

- 1805 Anquetil, *Histoire de France*.  
 1818 Lemontey, *Essai sur l'établissement monarchique de Louis XIV*.  
 1820 François Guizot, *Du gouvernement de la France depuis la Révolution*.  
 1822-1823 Champollion decifra a pedra da Roseta.  
 1823 Guizot, *Essai sur l'histoire de France*.  
 1824-1835 Guizot, coleção de *Mémoires relatifs à l'histoire de France*.  
 1824-1826 Ch.-J. de Lacretelle, *Histoire générale de la Révolution française*.  
 1825 Augustin Thierry, *Histoire de la conquête de l'Angleterre par les Normands*.  
 1830-1841 Arcisse de Caumont, *Cours d'antiquités monumentales*.  
 1833-1840 Augustin Thierry, *Récits des temps mérovingiens*.  
 1836-1839 Michaud e Poujoulat, *Nouvelle collection de Mémoires relatifs à l'histoire de France*.  
 1844-1855 e  
 1857-1866 abade Migne, *Patrologie latine; Patrologie grecque*.  
 1846 Jules Michelet, *Le Peuple*.  
 1847 Alphonse de Lamartine, *Histoire des Girondins*.  
 1848-1852 Edgar Quinet, *Les Révolutions d'Italie*.  
 1854-1869 Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du X<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*.  
 1856 Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*.  
 1863 Hippolyte Taine, *Histoire de la littérature anglaise*.  
 Fustel de Coulanges, *La Cité antique*.

- 1864 Ernest Renan, *La Vie de Jésus*.  
 1871-1876 Michelet, *Histoire du XIX<sup>e</sup> siècle*.  
 1875-1894 Hippolyte Taine, *Les Origines de la France contemporaine*.  
 1876 Gabriel Monod: fundação da *Revue historique*.  
 1898 Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques*.

**1900**

- 1900-1912 Ernest Lavisse (org.), *Histoire de France*.  
 1901 Charles Seignobos, *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales*.  
 1901-1904 Jean Jaurès, *Histoire socialiste de la Révolution Française*.  
 1906 P. Mantoux, *La Révolution industrielle au XVIII<sup>e</sup> siècle*.  
 1907-1920 Camille Julian, *Histoire de la Gaule*.  
 1911 Lucien Febvre, *Philippe II et la Franche-Comté*.  
 1920 A. Demangeon, *Le Déclin de l'Europe*.  
 1924 Marc Bloch, *Les Rois thaumaturges*.  
 Georges Lefebvre, *Les Paysans du Nord pendant la Révolution française*.  
 1925 (a partir de) Gustave Glotz, *Histoire générale*.  
 1929 Lucien Febvre, Marc Bloch, Ernest Labrousse: *Annales d'histoire économique et sociale*.  
 1931 Marc Bloch, *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*.  
 1932 Albert Thibaudet, *Les idées politiques de la France*.  
 1933 Ernest Labrousse, *Esquisse des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*; Pierre Gaxotte, *Le Siècle de Louis XV*.  
 1934 Roger Dion, *Essai sur la formation du paysage rural français*.  
 1937 Jérôme Carcopino, *Jules César*.  
 1938 Raymond Aron, *Introduction à la philosophie de l'histoire*.  
 1949 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*.  
 1954 René Remond, *La Droite en France*.

- 1960 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730 – Contribution à l'histoire sociale de la France au XVII<sup>e</sup> siècle*.  
 1960 Philippe Ariès, *L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime*.  
 1961 J. Bouvier, *Le Crédit Lyonnais de 1863 à 1882: les années de formation d'une banque de dépôt*.  
 Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*.  
 1962 Jean-Pierre Vernant, *Les Origines de la pensée grecque*.  
 1966 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Paysans du Languedoc*.  
 1971 François Lebrun, *Les Hommes et la mort en Anjou aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles. Essai de démographie et de psychologie historique*.  
 1973 Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort d'après les clauses des testaments*.  
 1976 Georges Duby (org.), *Histoire de la France Rurale*.  
 Jean-Louis Flandrin, *Les Amours paysannes. Amour et sexualité dans les campagnes de l'ancienne France (XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)*.  
 Paul Veyne, *Le Pain et le Cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*.  
 1981 Jacques Le Goff, *La Naissance du Purgatoire*.  
 Pierre Vidal-Naquet, *Le Chasseur noir*.  
 1982 Alain Corbin, *Le Miasme et la Jonquille*.  
 1984-1993 Pierre Nora (org.), *Les Lieux de mémoire*.  
 1986 Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*.  
 1987 Philippe Ariès, Georges Duby (org.), *Histoire de la vie privée*.  
 Alphonse Dupront, *Croisades et pèlerinages. Images et langages*.  
 1988 Jacques Dupâquier (org.), *Histoire de la population française*.  
 1989 André Burguière e Jacques Revel, *Histoire de la France*.  
 1990 Denis Crouzet, *Les Guerriers de Dieu. La Violence au temps de guerres de Religion vers 1525-vers 1610*.  
 1993 Joël Cornette, *Le Roi de guerre. Essai sur la souveraineté dans la France du Grand siècle*.

## AS HISTÓRIAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

- 1790 Burke, *Réflexions sur la Révolution de France*.
- 1797-1798 abade Barruel, *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*. A Revolução é descrita como um complô de filósofos e maçons.
- 1801 Lacretelle, *Précis d'histoire de la Révolution*. Um texto prudente que se limita à narrativa do acontecimento.
- 1806 Beauchamp, *Histoire de la guerre de Vendée*. Denúncia dos métodos revolucionários na Vendéia.
- 1820 Beaulieu, *Histoire de la Révolution*. Uma história hostil.
- 1823-1828 Thiers, *Histoire de la Révolution française*.
- 1824 Mignet, *Histoire de la Révolution française*. Duas obras de inspiração liberal, favoráveis ao papel da burguesia em oposição ao do "populacho", distinção entre 1789 e 1793.
- 1824-1826 Ch.-J. de Lacretelle, *Histoire générale de la Révolution française*.
- 1834-1838 Buchez et Roux, *Histoire parlementaire de la Révolution française*. Uma apologia dos revolucionários por dois socialistas utópicos.
- 1847 L. Blanc, *Histoire de la Révolution*.  
Michelet, *Histoire de la Révolution française*.  
Lamartine, *Histoire des Girondins*. Três obras favoráveis à Revolução Francesa, na atmosfera do romantismo revolucionário típico do fim da Monarquia de Julho.
- 1850 Granier de Cassagnac, *Histoire des causes de la Révolution française*. Uma leitura bonapartista entre as duas grandes correntes historiográficas: a Revolução é descrita como uma "estupidez sangrenta e inútil" mas que conduziu Bonaparte, realizando o despotismo esclarecido sonhado pelos filósofos do século 18.

Após a *Segunda República* (1848-1852), surgem histórias contra-revolucionárias:

- 1856 Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*. Obra fundamental que insiste sobre as continuidades, em particular sociológicas e administrativas, e coloca a questão das relações entre igualdade e liberdade e as escolhas que elas supõem.
- 1858 Cretineau-Joly, *L'Église romaine en face de la Révolution*.
- 1861 Bispo de Ségur, *La Révolution*.
- 1865 Quinet, *La Révolution française*. Ele é o primeiro a marcar claramente a imensa ruptura de 1793 ("Pelo Terror, os homens novos tornavam-se subitamente homens antigos"). Para ele, a Revolução se encontra diante de uma alternativa: liberdade ou igualdade. A via da "igualdade civil passa por Roma, pela monarquia absoluta, pelo catolicismo, pelos Jacobinos e os dois impérios napoleônicos. A da liberdade passa por Atenas, pela Reforma, pelos Girondinos, pela República protestante do futuro". (A. Gérard, *La Révolution française, mythes et interprétations*, Paris, ed. XXX, 1970).
- 1875 Taine, *Les Origines de la France contemporaine*. Crítica violenta à Revolução, considerada por ele uma operação nefasta de uma minoria de jacobinos manipulando o povo.

A *Terceira República* (1870-1940) em seu conjunto vai encorajar mais a corrente histórica favorável à Revolução, sobre a qual ela baseia parte de sua legitimidade.

- 1885 criação de uma cadeira de História da Revolução Francesa na Sorbonne (primeiro titular: Aulard).
- 1883-1885 Aulard, *Les Orateurs de la Révolution*.
- 1920 Ph. Sagnac, *La Révolution* (1789-1792).  
G. Pariset, *La Révolution* (1792-1799): tomos 1 e 2 da *Histoire de la France contemporaine, de la Révolution à la paix de 1919*, organizada por E. Lavis e Charles Seignobos.

Posteriormente, quando as paixões políticas arrefecem e a República instalada soube defender a pátria durante a Primeira Guerra Mundial, a história revolucionária torna-se menos importante.

- 1939 D. Halévy, *Histoire d'une histoire esquissée pour la troisième cinquantenaire de la Révolution française*, conclui: "Pensem o menos possível nas tolices que têm feito. E sobretudo mais aniversários!" (Ninguém é profeta em sua pátria nem entre seus familiares, pois o segundo centenário foi celebrado com pompa em 1989, sob um governo cujo Ministro do Interior, P. Joxe, era neto de D. Halévy.)

#### A historiografia contra-revolucionária e anti-republicana

- 1909 A. Cochin, *La Crise de l'histoire révolutionnaire*, Taine e M. Aulard.
- 1929 P. Gaxotte, *La Révolution française*, apresenta a Revolução como uma história de complôs de minorias ansiosas por destruir a ordem social.

*A Revolução Russa de 1917 renova o debate ao sugerir uma comparação entre as duas revoluções, francesa a russa, e conduz a uma releitura do Terror em proveito de Robespierre.*

- 1920 Mathiez, *Le Bolchevisme et le Jacobinisme*. Esta obra estabelece um parentesco entre as duas revoluções, francesa e russa.
- 1921 A. Mathiez, *Robespierre terroriste*.

#### Algumas grandes leituras socialistas da Revolução

- 1893 Kropotkine, *La Grande Révolution*. Uma leitura anarquista que exalta o papel revolucionário dos camponeses.
- 1898 Jaurès, *Histoire socialiste de la Révolution française*.
- 1946 D. Guérin, *La Lutte des classes sous la première république*.

*A partir dos anos 60, surgem novas tendências: a de uma historiografia que tende a recolocar a Revolução Francesa dentro de uma corrente muito mais ampla de revoluções europeias; essa corrente começa com a Revolução inglesa de 1689 para terminar na Segunda metade do século 19.*

- 1963 J. Godechot, *Les Révolutions (1770-1799)*, Paris.
- 1963 D. Richet, F. Furet, *La Révolution française: o lançamento desta obra reacendeu uma grande polémica: os dois autores propunham a idéia de "derrapagem" da Revolução Francesa que, após ter seus inícios marcados pela iniciativa das elites, teria franqueado ao povo inculto as rédeas do poder, em 1792, após a declaração de guerra e se entregar à violência e ao terror.*

## BIBLIOGRAFIA

### OBRAS GERAIS

BOURDÉ, G.; MARTIN H. *Les Écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983. (Points Seuil). Reeditada em 1992 com um capítulo de P. Balmand sobre a renovação da história política. Muito completo e prático, claro e de fácil manuseio.

CARBONELL, C.-O. *L'Historiographie*. Paris: PUF, 1981. (Coleção Que sais-je?). Atualizado e acessível.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Les Sciences historiques de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Larousse, 1994. Textos essenciais. Uma antologia de fonte que renova a obra de Ehrard e Palmade.

CHAUNU, P. *Histoire, science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: SEDES, 1974. As primeiras 50 páginas (a história da história) apresentam um resumo claro das escolas históricas francesas.

EHRARD, J.; PALMADE, G. *L'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1964. Obra excelente que apresenta de modo claro, em uma primeira parte, os grandes momentos da evolução da escrita da história, para em seguida fornecer trechos de textos dos principais historiadores, de Villehardouin a Marc Bloch. Uma das melhores obras sobre o assunto.

HILDESHEIMER, F. *Introduction à l'histoire*. Paris: Hachette, 1994. (Les Fondamentaux).



NORA, P. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986. tomo II: "A Nação", vol 1: Historiografia (artigos de B. Guenée, C. Vivanti, M. Gauchet, P. Nora, K. Pomian). Artigos sobre questões precisas que apresentam o estado da pesquisa nesses campos.

NOUSCHI, A. *Initiation aux sciences historiques*. Paris: Nathan Université, 1993. (Col. Fac. Histoire).

RÉMOND, R. (Org.). *Le métier d'historien aujourd'hui*. Paris: Erès, 1988.

SAMARAN, C. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961. (Pléiade). Obra fundamental, mesmo sendo um pouco antiga. Fornece informações úteis sobre assuntos relativos às ciências auxiliares. Ler atentamente os artigos de H-I. Marrou sobre a definição de história e do ofício do historiador; o artigo de Georges Duby sobre a história das mentalidades é um dos primeiros manifestos dessa história nascente em 1961.

THUILLIER, G.; TULARD, J. *La Méthode en histoire*. Paris: PUF, 1987. (Coleção Que sais-je?). Prático, de fácil leitura, discute grandes princípios.

\_\_\_\_\_. *Les Écoles historiques*. Paris: PUF, 1990. (Coleção Que sais-je?). Muito polêmico. Escrito por historiadores que já não apreciam a "nova história" e restringem-se proposadamente ao período moderno e contemporâneo.

## Revistas

*Autrement*, n. 88, mar. e 1987, "Passion du passé, les 'fabricants' d'histoire, leurs rêves et leurs batailles" (org. N. Gautier e J. Rougé). A escrita da história vista pelos jornalistas de *Autrement*. Destinada ao grande público.

*Autrement*, n. 150/151, jan. 1995, "Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire" (org. J. Boutier e D. Julia). A escrita da história e a descrição de suas condições, feita por especialistas. Destinada ao público culto.

## Outras sugestões de consulta

*Historiens et géographes, XX<sup>e</sup> siècle, L'Histoire, Les Annales, Revue historique, Revue historique moderne et contemporaine*. Publicam regularmente artigos sobre o ensino de história, a evolução da disciplina, os novos desafios historiográficos.

*Sciences humaines*, n. 18, "L'histoire aujourd'hui", sept./oct. 1997. Número claro e completo.

## OBRAS ESPECIALIZADAS

ARON, R. *De la dimension de la conscience historique*. Paris: [s.n.], 1961. Uma reflexão sobre a filosofia da história. Um grande clássico.

BARRET-KRIEGEL, B. *Les Historiens et la monarchie*. Paris: PUF, 1988. Muito completo, mas de leitura difícil.

BEAUNE, C. *Naissance de la nation France*. Paris: Gallimard, 1985. Destinada aos especialistas. Uma reflexão apaixonante sobre o surgimento do sentimento nacional na França e os campos sobre os quais esta se fundamentou. Oferece uma rápida síntese do autor sobre esse assunto em *Les Lieux de mémoire* (cf. acima).

BÉDARIDA, F. (Org.). *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1995. Obra coletiva que apresenta as diversas facetas da escola histórica francesa.

BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1949. Obra fundamental. Coleção de notas inacabadas, escritas por Marc Bloch durante a Segunda Guerra Mundial em resposta ao seu filho que perguntava: "Papai, explique-me para que serve a história". A edição é de Lucien Febvre. Excelente introdução a uma reflexão sobre o ofício de historiador. Reeditado por Armand Colin em 1993, com prefácio de Jacques Le Goff.

CARBONELL, C.-O. *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français, 1815-1885*. Toulouse: Privat, 1976. Uma tese de história, erudita e em certos pontos de difícil leitura.

CARR, E. H. *Qu'est-ce que l'histoire?* Paris: La Découverte, 1988. O ponto de vista de um historiador inglês.

CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase*. Paris: Maspero, 1976. Obra polêmica, um texto vivaz.

COUTAU-BEGARIE, H. *Le phénomène nouvelle histoire. Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. 2. ed. Paris: Économica, 1989. Leitura fácil.

DHOCQUOIS, G. *Histoire de la pensée historique*. Paris: Armand Colin, 1992. Uma apresentação do pensamento histórico das civilizações através dos séculos.

DOSSE, F. *L'Histoire en miettes: des Annales à la nouvelle histoire*. Paris: La Découverte, 1987. (reedição). Uma crítica viva da "nova história".

FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953. Importante antologia dos artigos de Lucien Febvre, de fácil leitura. Fundamental para o conhecimento dos centros de interesse e as idéias de um dos fundadores dos *Annales*.

FERRO, M. *L'Histoire sous surveillance*. Paris: Calmann-Lévy, 1985; *L'Histoire racontée aux enfants*. Paris: Payot, 1981. Duas obras de fácil leitura, para a reflexão sobre a manipulação da história com finalidades políticas.

FUETER, É. *Histoire de l'historiographie moderne*. Tradução francesa de J. Jeanmaire. Paris: F. Alcan, 1914. Obra clássica, mas que ainda hoje continua sendo um texto de referência e tem inspirado numerosos autores.

FURET, F. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978. Um texto muito interessante sobre a historiografia da Revolução Francesa.

\_\_\_\_\_. *L'Atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1982. Uma antologia de artigos principalmente sobre o ensino de história e as questões historiográficas.

GÉRARD, A. *La Révolution française, mythes et interprétations, 1789-1970*. Paris: Flammarion, 1970. Muito completo sobre a historiografia da Revolução Francesa.

GUENÉE, B. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980. Técnico e muito especializado. Para o aprofundamento da historiografia medieval.

HALPHEN, L. *Introduction à l'histoire*. Paris: PUF, 1946.

HAUSER, H. *Préface aux sources de l'histoire de France*. Paris: Picard, 1912. O estado da historiografia em 1912. Erudito.

HAZARD, P. *La Crise de la conscience européenne, 1680-1715*. Paris: Fayard, 1978. (reedição). Obra muito ampla, que descreve, de modo hábil e sem dificuldade de leitura, o quadro das grandes correntes de idéias na Europa do século 17.

HUPPERT, G. *L'Idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973. Um livrinho muito completo sobre a historiografia do século 16; realça particularmente a importância de La Popelinière.

LE GOFF, J. *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978. Obra de consulta fácil sobre referências ou explicações sobre a nova história.

\_\_\_\_\_. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.

LEFEBVRE, G. *La Naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971. Uma reflexão interessante por um dos mais renomados especialistas de história da Revolução Francesa.

MARROU, H.-I. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954. Uma reflexão esclarecedora e lúcida sobre a histórica. Obra fundamental.

NOIRIEL, G. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Belin, 1997. Uma excelente atualização, clara, sobre a atual situação da história.

NORA, P. (Org.). *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974. 3 t, reeditado na Coleção Folio-Histoire, 1986. Obra coletiva que reúne os historiadores da "nova história" em torno de temas como os novos problemas, as novas abordagens, os novos objetos, etc. De leitura por vezes difícil, dá uma boa idéia das preocupações dessa escola histórica.

PROST, A. *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996. (Coleção Points). Um curso sobre a história e o ofício de historiador, com textos em caixa: recente e claro.

RÉMOND, R. *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988. Uma reflexão historiográfica sobre um dos canteiros renovados da historiografia.

TULARD, J.; FAYARD, E.; FIERRO, A. *Histoire et dictionnaire de la Révolution française*. Paris: Laffont, 1988. Uma recente atualização sobre a historiografia revolucionária.

VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire, essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971. De leitura difícil, uma obra fundamental para a reflexão sobre a história.

## Revistas

HALKIN, E. E. *Initiation à la critique historique*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1963. (Cahier des Annales, 6). Os grandes princípios do método histórico expostos de maneira clara.

MANN, H. D. *Lucien Febvre, la pensée vivante d'un historien*. Paris: Armand Colin, 1971. (Cahier des Annales, 31). Boa introdução à obra de um dos fundadores dos *Annales*.

MONOD, G. Du progrès des études historiques en France depuis le XVI siècle. *Revue historique*, n. 1, 1876. O manifesto da geração dos historiadores positivistas.

## MEMÓRIAS DE HISTORIADORES

Apenas recentemente os historiadores começaram a explicar suas escolhas, seu ofício, suas concepções e sua disciplina. A partir dos anos 80, multiplicaram-se os testemunhos, autobiografias e entrevistas.

ARIÈS, P. *Un historien du dimanche*. Paris: Seuil, 1980.

BESANÇON, A. *Une génération*. Paris: Julliard, 1987. Mais do que uma reflexão sobre a história, o itinerário de um intelectual.

DUBY, G. *L'Histoire continue*. Paris: Seuil, 1992. (Points Seuil). Uma reflexão, em torno de temas, sobre a vida de historiador. Muito fácil.

GIRARDET, R.; ASSOULINE, P. *Singulièrement libre*. Paris: Perrin, 1990. A reflexão de um historiador original cuja carreira universitária se desenvolveu principalmente no IEP de Paris.

GOUBERT, P. *Naissance d'un historien: hasards et racines* (prefácio no tomo 1 de *Français et l'Ancien Régime, Mélanges offerts à P. Goubert*), 1984.

LE ROY LADURIE, E. *Paris Montpelier, PC-PSU, 1945-1963*. Paris: Gallimard, 1982. Um dos primeiros historiadores da geração da nova história a ter esboçado sua autobiografia, dando particular relevo às suas estreitas relações entre a vida profissional e as escolhas políticas.

NORA, P. et al. *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987. Nascidos no início dos anos 20 – a mais jovem é M. Perrot –, procedendo de horizontes diferentes, com idéias políticas e obras diferentes, sete historiadores explicam como eles “ingressaram na história” e construíram sua obra, por vezes de maneira inesperada.

OZOUF, M. *L'Image dans le tapis, introduction à l'École de la France*. Paris: Gallimard, 1984. Não participou da obra anterior mas seu prefácio cumpre o mesmo objetivo.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

\* Esta listagem limita-se exclusivamente a nomes de historiadores e filósofos

### A

Abelardo, Pedro, 29.  
Aimoin, 38.  
Alain, 111.  
Alembert, d', 68, 83.  
Amyot, 55.  
Angilram, 36.  
Anquetil, 77, 85.  
Argenson, marquês d', 66, 72.  
Ariès, P., 135, 139, 142.  
Aron, J.-P., 142.  
Aron, R., 146.  
Aubigné, A. d', 55.  
Agostinho, santo, 21, 28, 31, 145.  
Aulard, 116.  
Autrand, F., 142.  
Azéma, J.-P., 140.

### B

Bachelard, G., 121.  
Bacon, F., 68.

Badinter R. e E., 142.  
Barante, 93.  
Barruel, abade, 152.  
Basin, T., 50.  
Balduino, 25, 32-3.  
Baulig, H., 117.  
Bayle, 61.  
Beauchamp, 152.  
Beaulieu, 152.  
Beaune, C., 47, 141.  
Beda, 20-1.  
Bellay, J. du, 55.  
Berr, H., 112.  
Bernstein, S., 140.  
Blache, P. Vidal de La., 107, 112.  
Blanc, L., 152.  
Bloch, M., 112, 116-8, 120, 122, 124, 126-7, 133, 135, 141, 150.  
Bodin, J., 59-62, 148.  
Boeck, 106.  
Bolland, padre, 74.  
Bossuet, 16, 69-70, 83, 148.  
Boulainvilliers, 65, 80, 148.  
Bras, G. Le, 117.

- Braudel, F., 118, 123, 128-9, 131-3, 150.  
 Brière, G., 103.  
 Buchez, 152.  
 Budé, G., 54.  
 Burckhardt, J., 83.  
 Burke, 152.
- C**  
 Calmet, Dom, 81.  
 Cange, du, 74.  
 Carcopino, J., 120, 150.  
 Caron, P., 103.  
 Cassiodoro, 21.  
 Cato, A., 52.  
 Caumont, A. de, 91, 149.  
 César, 21, 42, 58, 150.  
 Chartier, J., 47.  
 Chartier, R., 133.  
 Chateaubriand, 88-9, 123, 149.  
 Chaunu, P., 68, 130.  
 Chesneaux, J., 143, 145.  
 Clari, R. de, 43.  
 Cochin, A., 154.  
 Cola di Rienzo, 26.  
 Comynes, P. de, 51-3, 62, 147.  
 Comte, A., 98, 102.  
 Condorcet, 83, 86, 96, 142, 149.  
 Corbin, A., 142, 151.  
 Coulanges, Fustel de, 90, 98-100, 120, 149.  
 Cretineau-Joly, 153.
- D**  
 Daniel, padre, 72, 75, 148.  
 Dares, 21.  
 Delisle, L., 103.  
 Delumeau, J., 137.  
 Demangeon, A., 114, 124, 150.
- Dionísio o Pequeno, 29.  
 Descartes, 68, 76.  
 Détienne, M., 127, 140.  
 Dion, R., 122, 150.  
 Dosse, F., 113, 122-3, 138, 143.  
 Dubos, abade, 65-6, 80, 148.  
 Duby, G., 39, 114, 135-9, 142-3, 151.  
 Duchesne, A., 64, 148.  
 Dupâquier, J., 130, 151.  
 Durkheim, E., 102, 112-3, 117.
- E**  
 Eichorn, 106.  
 Ernoul, 44.  
 Espinas, G., 118.  
 Eusébio de Cesaréia, 16, 21, 34.
- F**  
 Febvre, L., 112, 117-28, 131-3, 138, 150.  
 Fénelon, 71, 148.  
 Ferro, M., 136, 142.  
 Flandrin, J.-L., 142, 151.  
 Flávio Josefo, 21.  
 Fleury, M., 24-5, 37-8, 129.  
 Flodoardo, 23, 37.  
 Fossé, Th. Du, 74.  
 Foucault, M., 137, 142, 151.  
 Fréret, N., 65.  
 Froissart, J., 44-5, 147.  
 Furet, F., 87, 131, 133, 136, 155.
- G**  
 Gaguin, R., 32, 50.  
 Ganiage, P., 129.  
 Garasse, padre, 65.  
 Gaxotte, P., 150, 154.  
 Gernet, L., 126, 140.  
 Gervinus, 106.

- Gibbon, E., 84, 146.  
 Gilles, N., 24-5, 50.  
 Girardet, R., 140, 151.  
 Godechot, J., 155.  
 Godofredo de Monmouth, 21.  
 Godofredo de Villehardouin, 43, 147.  
 Goubert, P., 130, 151.  
 Granet, M., 126.  
 Granier de Cassagnac, 152.  
 Gregório de Tours, 34-6, 48, 81, 147.  
 Guérin, D., 155.  
 Gui, B., 39-40.  
 Guichardin, E., 56.  
 Guilherme de Malmesbury, 25.  
 Guilherme de Nangis, 38-9.  
 Guilherme, o Bretão, 46.  
 Guizot, E., 91-3, 149.
- H**  
 Haillan, Girard du, 51, 148.  
 Halbwachs, M., 117-18, 124.  
 Halévy, D., 154.  
 Hauser, H., 115-16, 118.  
 Hazard, P., 67, 69, 72.  
 Hegel, 134.  
 Helânico de Metilene, 13.  
 Henry, L., 129-30.  
 Hermant, G., 74.  
 Heródoto, 12-3, 63.  
 Hincmar, 22, 31, 36.  
 Hugo de São Vítor, 18.  
 Huppert, G., 54, 61.
- I**  
 Isidoro de Sevilha, 21, 27
- J**  
 Jaurès, J., 150, 155
- Jean de Saint Victor, 39.  
 Joinville, Jean de, 44, 147.
- K**  
 Kant, E., 96.  
 Kendall, P., 141.  
 Kropotkine, 155.
- L**  
 Laboureur, J. le, 64, 148.  
 Labrousse, E., 116-7, 150.  
 Lacretelle, C.-J., 149, 152.  
 Lamartine, A. de, 149, 152.  
 Lambert d'Ardres, 23, 33.  
 Lamy, padre, 68.  
 Langlois, Ch.-V., 103-5, 150.  
 La Popelinière, 62-3, 78, 148.  
 Lassen, 106.  
 Lavissee, E., 79, 101, 104-5, 107-8, 150, 153.  
 Lebrun, F., 130, 151.  
 Lefebvre, G., 117, 150.  
 Lemaire de Belges, J., 51, 147.  
 Lenoir, A., 91.  
 Le Goff, J., 133, 135, 142, 151.  
 Le Roy Ladurie, E., 130, 135, 137, 141, 151.  
 Lescot, R., 39.  
 Lévi-Strauss, Cl., 129.  
 Loraux, N., 140.  
 Lucano, 18, 21.  
 Luchaire, A., 105.
- M**  
 Mabillon, Dom, 75-6.  
 Mably, 71, 148.  
 Maquiavel, 52, 58.  
 Maimbourg, padre, 69.  
 Maine, La Croix du, 54.

- Mantoux, P., 115-6, 150.  
 Marignola, J. de, 41.  
 Marrou, H.-I., 158.  
 Martin, J.-C., 40, 143.  
 Martinho o Polonês, 21, 35.  
 Martonne, de, 114.  
 Mathiez, A., 154.  
 Mauss, M., 113.  
 Mérimée, P., 91.  
 Mézeray, 51, 67, 69, 72, 148.  
 Michaud, 93, 149.  
 Michelet, J., 93, 95-6, 104, 107, 123, 134, 138, 149-50, 152.  
 Mignet, 152.  
 Milza, P., 140.  
 Momigliano, A., 123.  
 Mommsen, T., 106.  
 Monluc, B. de, 55.  
 Monod, G., 103-4, 106-8, 150.  
 Montaigne, M. de, 55.  
 Montesquieu, 61, 80-1, 84.  
 Montfaucon, 75.  
 Montreuil, J., 46.  
 Moreri, 74.  
 Mousket, 47.  
 Moyne, padre Le Saint Réal, 68.
- N**  
 Niebuhr, 106.  
 Nogent, G. de, 43.  
 Nora, P., 103, 133, 136-7, 151.
- O**  
 Orgemont, P. d', 46.  
 Orósio, 21, 34.
- P**  
 Palaye, La Curne de Sainte, 74.  
 Papenbrœck, D. Van, 75-6.  
 Paris, G., 104.

- Pariset, G., 153.  
 Pasquier, E., 57-9, 62, 65, 78, 147.  
 Pastoureau, M., 142.  
 Paulo Diácono, 21.  
 Pedro Comestor, 19, 21.  
 Peiresc, N. de: 73.  
 Perrin, Ch.-Ed., 117.  
 Perrot, M., 116, 137.  
 Pertz, 106.  
 Piganiol, A., 118.  
 Pirenne, H., 118, 120, 124.  
 Plan Carpin, J., 41.  
 Plutarco, 55, 69.  
 Políbio, 15.  
 Pordenone, Odorico de, 41.  
 Pouilly, Levesque de, 77.  
 Primat, 38-9.  
 Próspero de Aquitânia, 21.  
 Prudêncio, 36.
- Q**  
 Quinet, E., 149, 153.  
 Quinto Cúrcio, 21.
- R**  
 Rambaud, A., 104.  
 Ranke, L., 105-6.  
 Raul Glaber, 39.  
 Reinhard, M., 130.  
 Remond, R., 150.  
 Renan, E., 94, 100, 150.  
 Renouvin, P., 140.  
 Revel, J., 133, 138, 151.  
 Richer, 37.  
 Richet, D., 155.  
 Rigord, 38.  
 Rist, C., 118.  
 Rosweyde, H., 74.  
 Roupnel, G., 122.

- Roux, 152.  
 Roy, Loys le, 61.  
 Rufino, 21.
- S**  
 Sagnac, P., 153.  
 Sainte Marthe, A.-L. e D., 74.  
 Saint Quentin, Dudon de, 46.  
 Salústio, 15, 18, 21, 31, 42.  
 Sarpi, padre, 74.  
 Savigny, 106.  
 Ségur, bispo de, 153.  
 Seignobos, C., 104-5, 107, 112, 119, 150, 153.  
 Senlis, N. de, 25, 43.  
 Siegfried, A., 118, 140.  
 Simiand, F., 112-3, 115-7, 129.  
 Simon, R., 75.  
 Sion, J., 124.  
 Sirmond, padre, 74.  
 Sismondi, 93.  
 Stoetzel, J., 128.  
 Suetônio, 15, 21, 31, 42.  
 Suger, 32, 38, 147.
- T**  
 Tácito, 15, 97.  
 Taine, H., 98-100, 149-50, 153-4.  
 Thierry, A., 88, 90, 93-7, 109, 149.  
 Thiers, L.-A., 152.  
 Thou, J. de, 55, 73, 147.  
 Tucídides, 58, 71.  
 Tillemont, Le Nain de, 74.  
 Tiro, Guilherme de, 43.  
 Tito Lívio, 15, 21.  
 Tocqueville, 98, 149, 153.  
 Toynbee, A. J., 134, 146.  
 Troyes, Chrétien de, 44.  
 Turpino (Pseudo), 21, 38, 44.

- V**  
 Valério Máximo, 21.  
 Valla, L., 56.  
 Varillas, 69.  
 Vernant, J.-P., 127, 136, 140, 151.  
 Vérone, P.-E. de, 51.  
 Vertot, 69.  
 Vicente de Beauvais, 21, 25, 40.  
 Vico, G., 96, 134.  
 Vidal-Naquet, P., 127, 136, 140, 151.  
 Vignier, Nicolas, 56.  
 Vilar, P., 130.  
 Voltaire, 61, 72, 79, 81-4, 104, 123, 148.  
 Voragine, J. de, 41.  
 Vovelle, M., 139, 151.
- W**  
 Waitz, 106.  
 Wallon, H., 112.  
 Winock, M., 140.

### **Sobre o Livro**

<i>Formato</i>	14x21 cm
<i>Tipologia</i>	Minion (texto) Minion (títulos)
<i>Papel</i>	Reciclato 70 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 250g/m <sup>2</sup> (capa)
<i>Impressão</i>	Sob demanda
<i>Acabamento</i>	Costurado e colado
<i>Tiragem</i>	1.000

### **Equipe de Realização**

<i>Coordenação Executiva</i>	Luzia Bianchi
<i>Produção Gráfica</i>	Renato Valderramas
<i>Edição de Texto</i>	Renata Vieira e Villas Bôas
<i>Assistentes de Edição de Texto</i>	Beatriz Rodrigues de Lima Fernanda Godoy Tarcinalli Valéria Biondo
<i>Parecer Técnico</i>	Luiz Eugênio Vêscio
<i>Revisão</i>	Beatriz Rodrigues de Lima
<i>Projeto Gráfico</i>	Cássia Leúcia Carrara Domiciano
<i>Criação da Capa</i>	Carlos Fendel
<i>Catálogo e Referências Bibliográficas</i>	Eliane de Jesus Charret
<i>Diagramação</i>	Tatiana Peres

### **Impressão e Acabamento**



Gráfica Bandeirantes S/A